



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUIZ FELIPPE SANTOS PERRET SERPA

GRUPOS DE ESTUDOS:
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DO
PROJETO PARAGUAÇU

Salvador
2005

LUIZ FELIPPE SANTOS PERRET SERPA

**GRUPOS DE ESTUDOS:
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DO
PROJETO PARAGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Dinéa Maria Sobral Muniz

Salvador
2005

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação - UFBA

S486 Serpa, Luiz Felipe Santos Perret.

Em defesa dos grupos de estudos: constituição e funcionamento nas práticas discursivas do Projeto Paraguaçu / Luiz Felipe Santos Perret Serpa. – 2005.

162 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2004.

Orientadora: Profa. Dra. Dinéia Maria Sobral Muniz.

1. Atividades de campo. 2. Estudos em grupo. 3. Projeto Paraguaçu. 4. Análise de discurso. 5. Subjetividade. I. Muniz, Dinéia Maria Sobral.

II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 378. 00798142

AGRADECIMENTOS

Durante o meu processo de construção, e de construção desse estudo, muitas pessoas foram relevantes. Reservo, nesse momento, o meu gesto de agradecimento.

A Dinéa Maria Sobral Muniz, minha orientadora, pela aceitação de um projeto, inicialmente difuso, mas que foi se desenhando aos poucos; agradeço pela enorme paciência com o meu processo caótico...

A Miguel Bordas, Lícia Beltrão, Aline Moura e Lilian Sales pelos diálogos cada vez mais instigantes e pelo ambiente criado dentro do Núcleo de "Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica" da FACED...

Ao pessoal da Secretaria de Pós-Graduação em Educação bem como às pessoas do Departamento de Educação II, da UFBA, pela facilidade criada no contato com minha orientadora e no encaminhamento da dissertação...

Às bibliotecárias da UFBA, em especial Sônia e Auxiliadora, pelos serviços prestados e pela boa vontade em me receber no local...

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)...

À família do Projeto Paraguaçu (FACED-UFBA), que permitiu que eu usasse os relatos da investigação e que também redigiu esse estudo junto comigo, mesmo que não presencialmente...

À família de Santiago do Iguape, distrito do município de Cachoeira, que propiciou bons momentos de convivência e mudou os caminhos da minha formação humana e acadêmica...

Aos colegas de mestrado, às estudantes do Estágio Docente e aos colegas e às professoras do Projeto Salvador, por amadurecerem ainda mais os diálogos e por me propiciarem estudo constante...

A meu pai, **UM AGRADECIMENTO ESPECIAL**, por me provocar constantemente, ora na vida, em geral, ora na Academia, em particular; esse trabalho também é seu!

A todos não citados, mas que tiveram igual importância no estudo em questão, o meu muito obrigado.

...na parceria do jogo, nenhuma jogada
é em si e *de per se* neutra: em cada jogada,
calculam-se possibilidades; correm-se riscos.
E os parceiros tornam-se co-agentes.
E cúmplices.
O outro é a medida das minhas jogadas.

João Wanderley Geraldi, 1996

RESUMO

Essa pesquisa procurou entender como se constituiu um grupo de estudos e como este funcionou num trabalho de campo (o Projeto Paraguaçu), especificamente nas práticas discursivas – atividades de leitura da experiência de convivência com os grupos humanos de Santiago do Iguape (distrito do município de Cachoeira) e de registro desta. Defendo, pois, uma outra dinâmica para o educar, que não se pauta nas noções de “aula” e de “trabalho de grupo”, reforçadas no contexto contemporâneo e insuficientes para uma re-existência diante da disseminação dos não-lugares e da produção massiva de “fabulações”. Escolhi, pois, oito relatos escritos e os analisei sob a ótica discursiva, o que implica em vê-los não só como letras numa folha de papel, mas também como fruto da convivência entre pessoas e, portanto, com um funcionamento dependente da negociação entre os envolvidos na relação. Para análise, fiz uso dos procedimentos e princípios da Análise de Discurso. A arquitetura textual da dissertação é uma analogia com o jogar, já que este requer convivência. Esse estudo de caso revelou a importância das ressonâncias na constituição e no funcionamento dos grupos de estudos.

Palavras-chave: Atividades em campo, Estudos em grupo, Projeto Paraguaçu, Análise de Discurso, Subjetividade.

RESUMEN

Esta investigación intentó comprender como se constituyó un grupo de estudios y como este ha funcionado en el contexto de un trabajo de campo (el Proyecto Paraguaçu), más específicamente en sus prácticas discursivas - actividades de lectura sobre la experiencia de convivencia con unos grupos humanos de Santiago do Iguape (pequeño pueblo rural perteneciente al municipio de Cachoeira) y sobre sus registros escritos. Con ello lo que defiende es otra dinámica para el educar, la cual no se basa en las nociones de "clase" y de "trabajo de grupo", tan reforzadas en el contexto contemporáneo, pero sin embargo insuficientes para la creación de una re-existencia ante la diseminación de los no-lugares y la producción masiva de "fabulaciones". He elegido ocho relatos escritos y los he analizado bajo una óptica discursiva, lo que implica mirarlos no solamente como letras en una hoja de papel, sino también como fruto de la convivencia entre personas teniendo, por ello, un funcionamiento dependiente de la negociación entre las personas involucradas en la relación. Para el análisis, he utilizado los procedimientos de Análisis del Discurso. La arquitectura textual de esta disertación es una analogía con el jugar, ya que este requiere la convivencia. Este estudio de caso ha revelado la importancia de las resonancias en la constitución y en el funcionamiento de los grupos de estudio.

Palabras claves: Actividad en campo, Estudios en grupo, Proyecto Paraguaçu, Análisis del Discurso, Subjetividad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa atual do município de Cachoeira	33
Figura 2 -	Mapa da Baía do Iguape no século XVIII	35
Figura 3 -	Antiga fábrica de dendê no povoado de Acutinga	38
Figura 4 -	Samba de roda em Santiago do Iguape	39
Figura 5 -	Praça da Matriz em Santiago do Iguape	43
Figura 6 -	Oficina de capoeira no distrito de Santiago do Iguape	47
Figura 7 -	Documento de reconhecimento das comunidades quilombolas	47
Figura 8 -	Produção de dendê no povoado do Tombo	48

SUMÁRIO

1	ANTES DE JOGAR	10
2	COMO É O LANCE?	12
3	JOGANDO NA RODA: VIVÊNCIAS NOS TRABALHOS DE CAMPO	29
4	JOGADA DE MESTRE: PAQUERANDO A ESCRITA E APRENDENDO NO ESTÁGIO	50
5	AS REGRAS DO JOGAR: DE COMO FOI O CAMINHAR...	62
6	JOGANDO EM PARCERIAS: O FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE ESTUDOS	73
6.1	AS CONDIÇÕES MAIS AMPLAS DO DIZER DE CADA UM	73
6.2	O MEU OLHAR SOBRE COMO CADA UM ORGANIZOU O SEU DIZER (AS FORMULAÇÕES)	76
6.2.1	Parceira NE: cada palavra no seu <i>grupo</i>	76
6.2.2	A formulação de JM: atenção às fabulações	83
6.2.3	A formulação de NA: lidando com a sensibilidade	87
6.2.4	A formulação de SH: a desconfiança da eleição de lideranças	89
6.2.5	A formulação de AL: tensionando posições	95
6.2.6	A formulação de AU: a fase do autoconhecimento	97
6.2.7	A formulação de IV: em busca de outras parcerias para sobrevivência do grupo	99
6.2.8	A formulação de GL: parcerias constantes nos espaços possíveis	103
7	O FIM DO JOGO É OUTRO COMEÇO...	109

7.1	A FUNÇÃO DAS RESSONÂNCIAS DENTRO DO GRUPO DE ESTUDOS	111
7.2	PALAVRAS FINAIS	112
	QUEM JOGOU JUNTO: AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
	ANEXO-A: RELATO DE NE	118
	ANEXO-B: RELATO DE JM	120
	ANEXO-C: RELATO DE NA	121
	ANEXO-D: RELATO DE SH	123
	ANEXO-E: RELATO DE AL	128
	ANEXO-F: RELATO DE AU	130
	ANEXO-G: RELATO DE IV	133
	ANEXO-H: RELATO DE GL	138
	ANEXO-I: PROPOSTA DE TRABALHO EM JAGUARIBE	147
	ANEXO-J: PROPOSTA DE TRABALHO EM SANTIAGO DO IGUAPE	152

1 ANTES DE JOGAR...

Antes de começar propriamente a jogar, devo desembaralhar o sentido pretendido do termo *jogar*!

Quando falo de jogo (ou do jogar), imediatamente os leitores irão associar a palavra aos sentidos acumulados até então. Predominam os sentidos arquivados (e empoeirados nas gavetas do passado) porque são aqueles vinculados às pessoas autorizadas a pensar. Jogar, aqui, não é considerado em uma só dimensão: a dos tabuleiros, a de roda, a de amarelinha, a de linguagem; todas elas atravessam, inevitavelmente, a política de sentido que aqui recolho. Porque o jogar está pensado como *atividade interativa entre quem lê e quem escreve, entre quem convive com o outro*; essa uma das possibilidades encarnadas em quaisquer dimensões contempladas. Por isso, os leitores não se espantem se pelo texto afora verem referências a jogos de todo o tipo, desde os de tabuleiro, passando pelos infantis, até chegar nos digitais. Qual é o jogar que não tem relação entre pessoas?

Mas... como é mesmo o lance? Perguntarão alguns dos leitores. O meu lance (ou os meus lances) é (ou são) propositalmente de *desfoque* do olhar. Quero romper com o *habitual*, o *costumeiro*. A minha intencionalidade é romper com o olhar *unidimensional*, o olhar *viciado* dentro de um campo discursivo considerado – o de construção de um texto dissertativo, o dos sentidos do jogar e o do processo de constituição das pessoas.

Não tenho, pois, a intenção de esgotar a imaginação do leitor. É inegável, entretanto, que a analogia com o jogar me faz antecipar duas das dimensões que estão na minha intencionalidade, enquanto função-autor dessa dissertação (isso mesmo: a autoria é uma função social!): uma, que seria a que diz respeito à feitura do próprio texto dissertativo, que apresenta regras no fazer (uma memória arquivada do que seja a escrita desse gênero), mas que abre possibilidades de *invenções*, não necessariamente, novas, mesmo porque não existe nada que tenhamos dito que seja novidade; e outra referente à constituição subjetiva (a minha principalmente, já que os acontecimentos envolvem a minha pessoa – até mesmo a análise parte de uma posição de analista que é minha). Aí, pego de empréstimo a concepção esboçada por

Serpa (2004) associa ao sentido do jogar que corresponde à postura do jogador de estar sempre jogando, na tensão entre o que pode acontecer (a precipitar) e o que acontece (o precipitado). Isso atravessa a vida, em geral, e os nossos percursos traçados nesta; daí, a analogia ser válida. Estas são as minhas intenções de dar sentido ao jogar, mas jamais vou esgotar as aberturas de um texto, mesmo porque essa intencionalidade vai se completar com as atitudes dos leitores.

Há ainda uma outra intencionalidade: a de trazer o universo digital, nesses tempos contemporâneos das linguagens das tecnologias proposicionais (dos computadores), para a minha dissertação. Peguei de empréstimo a boa idéia de Prata (2001), em que esse escritor procura **negritar** (um termo do universo digital que quer dizer tornar negro) a palavra de uma crônica que será assunto da próxima e assim por diante. Re-significo esse gesto, procurando negritar (e destacar em itálico) as palavras que indicam que o leitor pode saltar sua leitura ou retroceder, conforme desejo próprio (para rememorar um aspecto citado ou para aprofundar-se, adiantando a leitura, acerca de uma referência vaga). As palavras negritadas (e em itálico) são os títulos ou subtítulos das sessões (capítulos). Quando elas aparecerem *assim*, os leitores saberão que se trata de uma provocação do autor.

Obviamente, que reconheço que a prática de leitura, normalmente, não parece ser linear, porém não há convite, provocação de alguém que escreve. O jogar está nessa minha provocação pelo movimento do leitor, que vai depender da sua penetração dentro do assunto estudado e de seu desejo, de sua *ressonância* diante da proposta. A provocação não requer obrigação do leitor, mas sim uma escolha, uma aceitação em prosseguir nos lances sugeridos ou não, como ocorre no jogar infantil. Vai inventar outros rumos ou vai jogar comigo? Essa é a pergunta fundante dessa estratégia de *link* – uma estratégia digital de caráter intertextual – que vai aparecer no texto dissertativo e que parece apontar para uma relação mais próxima de ambos os interlocutores.

2 COMO É O LANCE?

Conforme aponte na jogada seguinte, o leitor tem opção de escolher como quer se relacionar comigo, autor desse texto: ou de uma forma mais explícita, aceitando algumas das direções sugeridas por mim; ou de uma forma mais implícita, seguindo seu próprio rumo, sem escutar a minha voz.

No que concerne às possibilidades oferecidas por mim, posso dizer que há uma diversidade nos percursos assumidos pelos leitores. Conforme familiaridade com os antecedentes *UFBA em Campo* e *Projeto Paraguaçu*, por exemplo, há aqueles que se isentam da tarefa de estacionar na jogadas relacionadas a tais assuntos (já previamente!), ou melhor, de lerem os referentes capítulos, há aqueles que lêem para se ter uma visão panorâmica, há aqueles ainda que lêem mais detalhadamente sobre esses antecedentes.

E por que escolhi a analogia com o jogar?

De certa forma, já adiantei na sessão anterior: se considero a arquitetura do texto dissertativo, posso dizer que a construção deste obedece a algumas regras e tem uma interação que atravessa o processo, características essenciais do jogar. E, na minha opinião, há uma ludicidade, já que venho *paquerando a escrita* desde muito tempo. Essa é uma questão importante.

Do ponto de vista da constituição subjetiva, estabeleço tal como Serpa (2004), na sua obra, que a pessoa se constitui por um movimento em que a nossa singularidade (diferença) em relação aos outros indivíduos está no modo de *vibração* em nós que o evento provoca (de *ressonância*). Falando fisicamente, estamos acostumados a uma força externa que nos impulsiona, nos faz sair do repouso. Quando falamos em *ressonância*, significa dizer que o acontecimento pode ou não provocar uma inquietação que vai gerar um movimento próprio, sem necessidade dessa força externa. Estamos concordando com as idéias de Silva (2002), quando ele diz que existe um percurso filosófico pautado no devir espanto-análise-reflexão-crítica-ação criativa, ou com Galeffi (2003, p. 25) quando este reconhece que é preciso “ultrapassar os modos e modalidades instituídos da educação formal vigente” estabelecendo uma atitude de “indignação” ao estado das coisas dadas. A *vibração*

(*ressonância*) passa pela possibilidade de espanto diante das coisas do cotidiano, de questionamento e ação no mundo.

Assim, ao mesmo tempo em que a repetição é possibilitada pelo retorno do evento (a possibilidade de repetição das faces, no jogo de dados, por exemplo), a singularidade (diferença) emerge do percurso estabelecido, da vibração, da ressonância. No entanto, como diz Serpa (2004, p. 157), “Esse espaço virtual acompanha o acontecimento, mas não é acompanhado por este, tal como um dado, quando lançado acompanha o evento, mas não se constitui nele”: significa dizer que temos um espaço de possibilidades de eventos que nos acompanha quando jogamos e que é igual para todos, porém, quando o evento se atualiza/precipita/acontece, há uma *morte* desse espaço das possibilidades – este não acompanha o acontecimento, já que algo de singular se instaura. Mais uma vez o exemplo do jogo de dados: quando lanço o dado e “dá a face seis”, seguida geralmente de algum enunciado como “deu seis!”, o espaço das possibilidades (podia dar um, dois, três, quatro, cinco ou seis) não acompanha esse acontecimento, já que há um apagamento momentâneo deste.

Resolvemos optar também por essa postura, uma vez que as denominações que são usadas para fazer referência à constituição da nossa *personalidade* (ou *pessoalidade*) têm se desgastado bastante. O que ocorre é logo a associação dessas denominações aos seus *donos*. Busquei, pois, outros modos de dizer que podem incluir a expressão *atualização dos lances* (da pessoa).

O *lance* surge como sinônimo de *subjetividade*, ou melhor, como um instante em que o sujeito emerge, um momento em que me mostro para os outros, mesmo diante de situações aparentemente *comuns*. Para cada evento (acontecimento) que se precipita (acontece), mostramos uma parte de nós (e não o nosso todo, como imaginamos). São fluxos. Somos constituídos de lances, de fluxos e, às vezes, tachamos nossa pessoa a partir de um desses lances, desses fluxos – daí expressões tão conhecidas tais como “fulano está tirando a máscara”, “fulano é homem de duas faces”, “nunca esperei isso de fulano” etc. Essa opção pelo termo lance tem a ver com o universo do jogar também.

Dito isso, posso partir para o foco dessa dissertação. Centro, a análise, nos relatos escritos elaborados pelos estudantes universitários de cursos diferentes (e

uma coordenadora), resultantes de uma atividade de campo – o Projeto Paraguaçu –, vinculada às Atividades Curriculares em Comunidade (ACC), que objetiva a convivência com os grupos humanos de Santiago do Iguape, parte do município de Cachoeira, para que estes alcancem a autonomia nos seus modos de vida, dentro da sua própria cosmovisão, e para que a instituição possa experimentar outras vivências e convivências com pessoas, outros lugares, outras metodologias, outros pontos de reflexão. *Jogando na roda*: o Projeto Paraguaçu busca ser singular, dentro das formas de educar já estabelecidas.

O estudo em questão tem a intenção específica de compreender como funciona o grupo de estudos desse projeto nas práticas discursivas: como as formulações de cada um (envolvido nesse trabalho de campo específico) – embebidas de diálogos envolvendo a todos – reforçam esse grupo de estudos e diferenciam os modos de ler a experiência e redigir acerca desta, num contexto contemporâneo, de disseminação dos não-lugares, de banalização dos discursos e da escrita burocrática (prestadora de contas).

Os relatos escritos, então, são analisados na perspectiva discursiva. Só vale o que está escrito porque tem relação com as condições em que foram produzidas esse texto (o discurso). Tais condições envolvem o que já foi dito (memória discursiva), o que se pode dizer dentro daquele campo discursivo (formação discursiva) e as posições que cada pessoa ocupa. Por isso, se os leitores estão acostumados a olhar o texto como algo estático, como algo para se decifrar (se decodificar) podem ir enriquecendo as possibilidades de olhar; podem buscar desfocá-lo.

Tais relatos alimentam-se da filosofia de ação do entre-lugar. Essa filosofia, por si só, se constitui em uma invenção frente às dinâmicas hegemônicas dos não-lugares que tendem a dissolver os lugares cada vez mais.

Mas, para entendermos o que foi dito anteriormente, preciso esclarecer que, aqui, estou adotando um novo conceito que é o de entre-lugar, pensado e discutido durante as nossas¹ próprias vivências em campo. Portanto, não é algo que

¹ Digo nossas, porque juntamente com um grupo de estudantes, estive participando do Projeto Paraguaçu e este conceito do entre-lugar está ainda sendo construído coletivamente.

se tenha um consenso. Visando facilitar a familiarização do leitor, no que concerne aos conceitos que estão nesse recorte, será preciso que eu recorra a uma outra concepção: a de “lugar antropológico” que, nas palavras de Augè (1994, p. 51) assim se define:

Sem dúvida, o estatuto intelectual do lugar antropológico é ambíguo. Ele é apenas uma idéia, parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros. Essa idéia pode ser parcial ou mitificada. Ela varia com o lugar ou ponto de vista que cada um ocupa.

Por isso, o lugar antropológico se “pretende” (e “pretendem-nos”) “identitários, relacionais e históricos”, justamente por ser uma “idéia”. Nele, há “uma estabilidade mínima”, isto quer dizer que nos lugares existem algumas “senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores”. Estes são marcados por uma história, uma teia de relações e por processos identitários.

O interessante dessa definição é que, não necessariamente, o lugar é visto como ponto agregador de pessoas em torno de objetivos comuns (comunidade coesa), mas como uma idéia, por isso nem todos os que se relacionam com o lugar verão neste um foco de identidade, de relação e de história (daí, o uso do termo pretender).

A essa conceituação, o mesmo autor (Augè, 1994, p. 73) opõe os não-lugares, que são “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico”, características que marcam os anteriores.

Os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta (p. 36).

Podemos citar, como exemplo desse último caso, um *shopping*, em que os consumidores só são identificados ao comprar e permanecem anônimos enquanto estão circulando pelas lojas. Na maioria dos casos, os diálogos se restringem a algumas palavras básicas para a comunicação entre consumidor e vendedor. As

relações que se desenrolam nos não-lugares se pautam numa interação direta dos indivíduos com textos ou com...

outros enunciantes que não pessoas "morais" ou instituições (aeroportos, companhias aéreas, Ministério dos Transportes, sociedades comerciais, polícia rodoviária, municípios), cuja presença se adivinha vagamente ou se afirma mais explicitamente ("o Conselho Geral financia este trecho da estrada", "o Estado está trabalhando para melhorar suas condições de vida"), por trás das injunções, dos conselhos, dos comentários, das "mensagens" transmitidas pelos inúmeros "suportes" (painéis, telas, cartazes) que são parte integrante da paisagem contemporânea (Augè, 1994, p. 89).

Os entre-lugares, por sua vez, surgem como uma das possibilidades de não limitar o movimento histórico apenas à construção desses não-lugares (tendência que vigora atualmente).

Com os entre-lugares, os lugares serão enriquecidos com diálogos ressonantes: diálogos provocados a partir da convivência entre duas pessoas (ou grupos humanos), que são "tocadas" ("tocados") por uma questão de interesse mútuo e que vão envolver a troca de historicidades, identidades e teia de relações diferentes, caminhos diferentes (já caminhados), gerando, no caso de grupos humanos, processos relacionais contínuos de auto-organização. O essencial dos entre-lugares é que levam as pessoas a não se fecharem nos seus lugares, fazendo dessa *idéia* dos lugares antropológicos uma barreira intransponível. Mas também não requer um apagamento das fronteiras desses lugares.

A característica básica é a conjunção de valores, a não hierarquia desses, de modo que os entre-lugares terão a *reflexividade* como maior herança. A intensidade e duração desse diálogo dependem do quanto as pessoas ou os grupos humanos forem "afetados" durante o processo de convivência. Os entre-lugares, geralmente, são menos sólidos do que se pensa.

Eles surgem como possibilidade, num momento em que observamos apelos freqüentes por outros caminhos: "A sociedade deve portanto inventar novas instâncias para a integração das pessoas" (Ortiz, 1998, p. 119).

E por causa de que isso se converte numa necessidade? Vários autores - Ortiz (1998), Augè (1994), Cohen (2000) e Silva (2000), Serpa (2004) e Santos (2000) -

caracterizam a contemporaneidade como um momento que rompe com o centralismo e as certezas do mundo moderno. A modernidade fabricou o “homem médio” (Augè, 1994), desterritorializando os locais para a criação do Estado Nacional. Todas as medidas foram nessa direção e esse ideal nacionalista engoliu os “vestígios das culturas locais” (Revel, 1989, p. 168)².

Ortiz marca a transição para a contemporaneidade, discutindo dois conceitos: o de internacionalização e o de globalização.

Internacionalização se refere simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas, isso não é um fenômeno novo. A globalização da atividade econômica é qualitativamente diferente. Ela é uma forma mais avançada, e complexa, da internacionalização, implicando num certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas. (p. 16).

Nessa “integração funcional”, não existe um comando central perceptível. Cada grande empresa controla suas próprias finanças de seu próprio lugar, mas o que permite uma comunicação bem sucedida é a tecnologia proposicional (Serpa, 2004), o computador.

A diferença básica da contemporaneidade para a modernidade é que, nesta, uma família de técnicas nasce conforme necessidades contextuais, mas não se há um comércio entre elas, uma comunicação, como vem acontecendo naquela (Santos, 2000). O que quer dizer isso? Cada vez mais as técnicas se combinam para conseguir uma produtividade maior – é a tentativa de alcançar a mais-valia, que promove a competitividade entre as empresas e a pressão nas Universidades (Santos, 2000).

Aparentemente, não há um comando centralizado como era com o Estado-Nação. O que há é um “princípio da circulação” (Ortiz, 1998) marcado pela transformação do espaço-tempo e das subjetividades. Serpa (2004) classifica esse momento como “planetarização do território” que, dizendo de outro modo, seria o apagamento das fronteiras dos Estados Nacionais e a disseminação dos não-lugares, segundo visão desse mesmo autor. Porém, lembra Santos (2000) que o Estado está em comunhão com o processo de globalização e se isenta, propositadamente, das

² Apud SERPA (2004, p. 146).

responsabilidades que são de sua alçada tais como saúde de qualidade, um projeto para educação e por aí vai. O que o Estado faz crer é que está *morto*, visando alimentar uma série de “fabulações” que sustentam a perversidade dessa globalização (Santos, 2000), dentre elas a idéia de que as empresas e indivíduos são livres para produzir e crescer dentro da sociedade.

Quanto ao espaço-tempo, Serpa (2004) caracteriza-o dizendo que o que há é uma “espacialização do tempo” e uma “sincronicidade do espaço”. A primeira característica é marcada pela possibilidade de qualquer grupo humano veicular sua “cultura” via rede, já que há uma horizontalidade (não hierarquia) estruturante nessa tecnologia.

Teoricamente, todos os grupos tem a possibilidade de disponibilizar as suas versões no espaço da rede. Já a segunda, é determinada pela “produção da informação e de sua propagação pelos meios de comunicação” (Serpa, 2004, p. 155), constituindo-se, portanto, em arena de luta por parte dos grupos de pessoas envolvidos.

Em outras palavras, podemos, teoricamente, pela estrutura que a rede apresenta, acessar e conhecer qualquer grupo humano e sua temporalidade específica, porém a informação veiculada nos meios de comunicação de massa é excludente porque se constitui em alvo de disputa pelo poder. Daí, a insistência dos provedores que apontam caminhos e restringem acesso, para controlar essa liberdade estruturante da rede. De fato, o acesso dos grupos humanos é controlado.

Esse contexto constrói outra concepção de sujeito que não passa mais por aqueles racionais da modernidade. Silva (2000; In: Cohen, 2000) chama atenção para a diluição de fronteiras entre “homem” e “máquina”. Chega a propor que esse contexto é povoado de “ciborgues”. Ortiz (1998, p. 8) parece corroborar quando constata que:

Marlboro, Eurodisney, *fast-food*, Hollywood, chocolates, aviões, computadores são os traços mais evidentes de sua presença envolvente. Eles invadem nossas vidas, nos constroem, ou nos libertam, e fazem parte da mobília de nosso dia-a-dia. O planeta, que no início se anunciava tão longínquo, se encarna assim em nossa existência, modificando nossos hábitos, nossos comportamentos, nossos valores.

“O sujeito” racional se fragmenta revelando os outros *lances* que habitam o indivíduo, atualizando-os. O que, a princípio, parece atemorizante, monstruoso.

Isso tornou inviável o uso do conceito de “cultura”, já que o sentido filiado à memória discursiva (a um já-dito) enxerga os agrupamentos humanos “como totalidades plenas” (Augè, 1994, p. 35). O conceito está vinculado à noção de patrimonialismo, inviabilizando o entendimento dos leitores de que estas estão em funcionamento; daí, fala-se muito em *preservação cultural*. Pressupõe-se que há um fechamento dessas “culturas” sobre elas mesmas, mesmo quando, aparentemente, se usa um termo mais contemporâneo como o “pluriculturalismo” ou “multiculturalismo”.

...substantificar cada cultura singular é ignorar tanto seu caráter intrinsecamente problemático, comprovado, contudo, quando preciso, por suas reações às outras culturas ou pelos movimentos bruscos da história, quanto à complexidade de uma trama social e de posições individuais...

Quando se transforma “o sujeito”, busca-se outras formas de nomeações de dizer “as culturas” e “os sujeitos”, que, agora, se estilhaça a ponto de Tomaz Tadeu (In: Cohen, 2000, p. 17), jogando com outros autores, lembrar que “Se com Foucault aprendemos que o *sujeito* é um artifício de linguagem, com Deleuze e Guattari aprendemos que o *sujeito* é um artifício - ponto”. Duschatzky e Skliar (In: Larrosa e Skliar, 2001) escrevem um artigo muito interessante colocando em xeque as “versões discursivas sobre a alteridade”. A pergunta central é “Quem são os outros?”, para qual os autores retrucam:

O travestimento discursivo parece ser uma das marcas mais habituais, desta época. Com a mesma rapidez na qual se sucedem as mudanças tecnológicas e econômicas, os discursos sociais se revestem com novas palavras, se disfarçam com véus democráticos e se acomodam sem conflito às intenções dos enunciadores do momento. Em que medida as retóricas da moda - como por exemplo aquelas que reivindicam as bondades do multiculturalismo, que pregam a tolerância e que estabelecem o início de um tempo de respeito aos outros - estão anunciando pensamentos de ruptura com relação as formas tradicionais em que a alteridade foi denominada e representada? (In: Larrosa e Skliar, 2001, p. 119).

Os autores relacionam as versões às posturas educacionais mais comuns. A primeira que se funda no “outro como fonte de todo o mal”, mais conhecida de todos é aquela que apaga os conflitos e estabelece “oposições binárias”, com o objetivo de “descartar o componente negativo, o não-idêntico” (p. 126). A segunda se baseia no dito “Os outros como sujeitos plenos de uma marca cultural” e que enxerga “as culturas” como “comunidades homogêneas de crenças e estilos de vida” (p. 127). Aí se dá a crítica ao multiculturalismo. Dizem os autores:

No campo educativo, a entrada do multiculturalismo é recente, visto que o pensamento etnocêntrico miserabilista (...) tem funcionado desvalorizando as outras narrativas e produzindo uma gramática escolar fortemente disciplinadora e homogeneizante. Não obstante, podemos identificar três “traduções” pedagógicas do multiculturalismo. A primeira delas é olhar o multiculturalismo a partir de uma ótica folclórica caracterizada por uma trajetória *turística* de costumes de povos e culturas essencializados. A partir daqui, a diversidade cultural converte-se em uma efeméride, que engrossa a lista dos festejos escolares, ou em um espetáculo do exotismo.

A segunda tradução é aquela que reduz a diversidade ao “déficit”. Assim, quando se fala em diversidade, isso é feito para dar nome ou aos pobres, ou aos sujeitos com “necessidades especiais”. Não esqueçamos que, a partir de chaves etnocêntricas de leitura, ambos os casos são equivalentes a privação ou a um estatuto de minoridade.

Por último, haveria uma terceira tradução educativa que toma a forma de reivindicação do localismo como retórica legitimadora da autonomia institucional. A suposição cultural relativista de “cada qual segundo o cristal com que se olha” aqui toma a forma de “cada escola segundo suas disponibilidades, recursos técnicos e humanos, condições institucionais e capacidade de gestionar os riscos da competitividade”. (p. 131).

A maior crítica ao multiculturalismo apresentada por Duschatzky e Skliar (In: Larosa e Skliar, 2001, p. 128-9)³ é o apagamento dos conflitos políticos que atravessam algumas culturas – e que as constituíram enquanto grupo cultural. Alguns grupos humanos não se *reuniram* pacificamente, mas sim por meio de políticas totalitárias.

³ Jogando com autores tais como S. Zizek, “Multiculturalismo o la lógica cultural del capitalismo multinacional” (In: F. Jameson e S. Zizek, **Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo**, Buenos Aires: Paidós, 1998) ; e também Nancy Fraser, “La justicia social en la era de las políticas de identidad: redistribución, reconocimiento y participación” (**Apuntes de Investigación**, Año II-No 2/3, Buenos Aires, 1998).

A terceira versão se apóia no lema “o outro como alguém a tolerar”, a que os autores retrucam que “A tolerância também é naturalização, indiferença frente ao estranho e excessiva comodidade frente ao familiar” (p. 137). Em outros termos, o tolerar pode abrir espaço para uma relatividade do tipo “tudo é segundo a cor com que se olhe”, de forma que nada pode ser interrogado – nem mesmo considerando os “contextos e situações concretas”, tal como aparece na terceira versão pedagógica do multiculturalismo.

Por isso, intenciono uma nova forma de pensar a “cultura”. Dentro dessa perspectiva, cada indivíduo se diferencia pelos eventos acumulados nos jogos subjetivos. A coincidência de eventos constrói o que Augè (1994) denomina de “lugar antropológico”, uma idéia cultivada por aqueles que dele fazem parte e por aqueles que circundam esse lugar. Esse conceito, portanto, não equivaleria ao de “cultura” pensada como patrimônio, nem como grupo fechado, mas como idéia. Por essa razão, os lugares são atravessados pelos não lugares e vice-versa. Como diz Augè (1994, p. 98), “os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se”. Se assim não fosse, estaria aqui tomando os lugares como sinônimo daquelas noções alimentadas pelo multiculturalismo esboçadas por Duschatzky e Skliar (In: Larrosa e Skliar, 2001). Os entre-lugares são tentativas de não haver imposição dos não-lugares sobre os lugares, mas sim uma convivência entre ambas as possibilidades.

O Projeto Paraguaçu se insere nessa tentativa de abertura para esses entre-lugares. Iniciado a partir do *UFBA em Campo*, Programa maior e que foi fundado no Reitorado de Serpa com a intenção de romper com essa tendência de associar a instituição ao Mercado, esse projeto guarda a idéia do programa anterior, só que numa dimensão menos abrangente. Visa tentar buscar outros caminhos reflexivos e de ação para a Universidade e melhorar o modo de vida dos grupos humanos, dentro dos valores do local, estimulando a auto-organização destes. A experimentação metodológica está na observação de *potencialidades* (ações e associações coletivas que já estão funcionando) e não de *problemas* ou *faltas*. O projeto prioriza estudantes de cursos diferentes para a experiência, a fim de que estes possam conviver com pessoas de outros ambientes acadêmicos também. Cada viagem (geralmente, aos fins de semana) é registrada em relatos escritos e orais, estes

últimos desenrolaram-se durante os encontros das quartas-feiras em Salvador, com o objetivo de haver um acompanhamento de todos sobre os eventos agenciados.

Há ainda uma outra função para os relatos escritos. Jogo com Lopes (In: CEAP, 2003, p. 45), quando ela lembra que o registro permite a reflexão, um mergulho nas próprias raízes, a atenção ao contexto. “Ao escrever, refletimos não apenas sobre o objeto narrado (...), mas também sobre nós mesmos, nossa atuação enquanto protagonistas dos fatos, expondo emoções, medos e projetos” (In: CEAP, 2003, p. 50). A autora lança ainda uma pergunta desafiadora: “Como tornar o registro instrumento útil para a melhoria da qualidade do ensino e não simplesmente uma prática burocratizada e desprovida de significado?” (p. 46).

O que seria essa prática burocratizada e desprovida de significado para a qual Lopes (In: CEAP, 2003) chama atenção? Santos (2000) ajuda a responder tal pergunta quando pontua que esse contexto da globalização perversa provoca uma mudança em todos os vetores das relações humanas. Quando a competitividade se sobrepõe a todos, a publicidade passa a ter uma penetração em todos os setores da vida social. Ao contrário da modernidade, em que a produção determinava a forma de divulgação; agora, a publicidade se adianta à produção e desenha o consumidor, e a própria produção. E essa publicidade é, muitas vezes, enganosa. Daí, as “fabulações” serem uma espécie de publicidade acerca das vantagens da globalização. São, na verdade, palavras travestidas porque não condizem com o que se atualiza. E aí entra em jogo o papel da mídia que oferece “uma informação manipulada, que em lugar de esclarecer, confunde” (Santos, 2000, p. 39). Concordo com Santos (2000) quando ele afirma que a informação, do modo como é passada, tem um caráter muito mais de convencimento do que de instrução.

Trazendo para o universo dos relatos escritos em atividades de trabalho de campo, posso afirmar que as práticas de escrita têm caminhado nessa mesma direção: “o evento já é entregue maquiado ao leitor” (Santos, 2000, p. 40). Isso quer dizer que, antes mesmo de ir a campo, os leitores da experiência já tem uma arquitetura textual montada na cabeça que nem mesmo as vivências podem alterar esse *plano*. Por isso digo que esse tipo de escrita é burocratizada e sem significado. O discurso antecede a produção de leitura. A leitura não é vista como produção.

Posso, então, dizer que esse tipo de postura tem sido uma assinatura de filiação as palavras do não-lugar, uma vez que o que se está priorizando, cada vez mais, é o olhar econômico relacionado com o ideal de mais-valia, de produtividade. Os lances atualizados nesses relatos escritos centram as descrições das ações dos grupos humanos da universidade sobre os outros das comunidades. São relatos de quem quer mostrar que prioriza os produtos, conforme estabelece os ideais do Mercado, e não a reflexão, o processo de aprendizagem; relatos que se isentam de impressões e favorece a ilusão do *neutralismo científico*. Não que eu queira aniquilar essa forma de escrita e leitura da experiência em campo, mas que não centralizemos somente nesses modos de dizer.

Por isso, estou procurando investigar essa temática. Defendo a tese de que o educar pautado no entendimento do grupo de estudos em questão promove uma atenção à construção do discurso e sua textualização (materialização em texto) bem como uma reflexão acerca dos nossos processos identitários. A atenção ao discurso pode ser um caminho para a compreensão das “fabulações” que andam sendo disseminadas, junto com os não-lugares, e para “dar sentido a cada minuto da nossa vida”, educar, segundo nos diz Moacir Gadotti, em entrevista para o correspondente Marcos Faerman⁴.

E por que o ambiente extensionista? Porque nos trabalhos de campo temos contato com a vida que é um caldeirão de possibilidades de jogadas. Não limitamos eventos e nem escolhemos/sabemos com quem vamos cruzar e conviver. Nesse "caos", os eventos se auto-ordenam e criam suas próprias estabilidades. Aprender com a vida é aprender um pouco de nós, de nossas possibilidades de atualização. É ter a oportunidade de viver em movimento.

A importância desse estudo está nisso: no entendimento de que os discursos em sala de aula (e não só) podem ser alvo de atenção especial, de preferência que isso seja feito em grupos de estudo, porque, aí sim, há uma oportunidade de alcançar um “excedente de visão” (Bakhtin, 2000), um olhar mais abrangente. Dessa forma, evitamos reforçar as "fabulações" (travestindo nossos

⁴ Essa entrevista foi conseguida de uma xérox retirada da Revista Educação, de fevereiro de 1999, porém não há como especificar mais, uma vez que tive acesso a partir das pastas de meu pai, no seu armário.

discursos) e atuar como publicitários nas práticas educativas.

O "excedente de visão" integra a teoria do dialogismo desenvolvida por Bakhtin (2000) descrita com base nos estudos da natureza da relação entre personagem e autor. O autor toma o aspecto físico para elaborar a teoria. Esta se pauta na lei do posicionamento, na diferença dos horizontes de visão. O autor nos diz que:

Quando contemplo um homem situado fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver. (Bakhtin, 2000, p. 43).

A partir disso, posso afirmar que preciso do outro para ampliar meu horizonte de visão. Quanto mais reúno diferentes horizontes de diferentes pessoas, mais enriqueço o meu poder de ver a mim mesmo. Isso vale para a leitura de um fato, de um acontecimento. Por isso, torna-se importante levar essa perspectiva para um trabalho de campo.

Digo trabalho de campo, e não extensão. O termo *extensão* tem um significado, a meu ver, que restringe as oportunidades de vivência de contextos e convivência com pessoas a que me referi. Isso porque quando se pensa em extensão, associa-se a um prolongamento das atividades de pesquisa e ensino. E isso está incrustado nos discursos. Faz parte da memória discursiva (o já-dito, o instituído) do ambiente acadêmico. Por isso, preferi utilizar a expressão trabalho de campo, que talvez não seja a mais apropriada, mas desfaz as pretensões de "amarrar" os sentidos variados do termo. Quando afirmo que o Projeto Paraguaçu é um trabalho de campo e não uma atividade extensionista, não hierarquizo os três elementos do tripé (ensino, pesquisa e extensão - aqui considerada como uma atividade de prestação de serviços ou de assistencialismo), possibilitando afirmar que num trabalho de campo as três formas podem se manifestar, durante a convivência.

Então, uma outra pergunta se faz necessária: e você quer considerar os relatos escritos e não os orais, por quê? Por que o foco é nas pessoas que vivem a Universidade e não nos moradores de Santiago do Iguape? A primeira questão tem

muita relação com a segunda. O foco nas pessoas da instituição faz parte de uma ação afirmativa no sentido de *quebrar* com o discurso uniforme sobre a “comunidade”. Se falar hoje em comunidade é uma afronta, uma redução pretensiosa, então por que não oferecer uma outra alternativa (uma das...)? Só poderia analisar acerca da realidade em que tenho maior penetração. E por ser essa a realidade (da instituição), a escrita se firma como a modalidade mais presente. Além disso, a vivência que tive (e tenho) com essa modalidade é muito mais íntima e desinibida. Contudo, vale lembrar que a escrita na perspectiva discursiva não se restringe ao que está no papel, mas a todas as circunstâncias que envolvem o registro.

E como são as regras desse jogar? Bem, antes de qualquer coisa, cabe filiar nossos passos, anteriores à pesquisa propriamente dita, a uma das orientações de ação, metodológica, conforme características mais marcantes no meu movimento de trabalho. Nesse momento é oportuno lembrar que o tema dessa dissertação vinculava-se ao Paraguaçu e este projeto já estava em andamento. A marca deste último é a experimentação metodológica. O meu interesse pelos relatos escritos não veio *a priori*, e sim no decorrer dessa vivência dentro do Paraguaçu.

Neste, fizemos entrevistas abertas, em que as pessoas abordavam o conteúdo temático (assunto) que lhes convinha, registramos alguns dados nos cadernos de campo (utilizados inicialmente) e relatamos oralmente o que se passava, em encontro às quartas-feiras na Faculdade de Educação da UFBA, com o objetivo de socializar as informações de determinada viagem, a qual nem todos participavam. Os relatos foram feitos com base nessa dinâmica e com certa liberdade no formato. O objetivo dessa feitura era também para que todos ficassem conhecendo, de maneira sistemática, os eventos que foram vivenciados por cada um dos estudantes e mesmo a coordenadora de campo, já que a fala evapora e a escrita é mais perene. Os relatos escritos também ajudariam na confecção de um relato escrito maior, a ser entregue para os financiadores do projeto.

O desenho do estudo só se completou com o decorrer do próprio Mestrado. A idéia de estudar essa forma de escrita surgiu imediatamente, porém as especificidades brotaram com a convivência com o material e com pessoas

importantes na maturidade teórica-prática e prática-teórica.

A seleção do material (os relatos escritos) se deu com certa dificuldade, mas privilegiou o momento efervescente do Paraguaçu – nem início, em que o diagnóstico predomina; nem fim, em que as incertezas ou o estranhamento já não são tão fecundos. É na passagem da primeira para a segunda fase do projeto (em que a convivência se embebe de uma quantidade de propostas para construção coletiva por parte dos grupos humanos locais) que situamos nossas curiosidades acadêmicas. Julgamos, por isso, que o nosso estudo tem um caráter de estudo de caso que se aproxima da perspectiva do que Bogdan e Biklen (1994) denominam de *análise situacional*, visto que o que está em foco é a impressão de cada pessoa (participante de experiência) acerca da relação com os grupos humanos locais, com os colegas de trabalho, e consigo mesmo após a vivência: as formulações e ressonâncias dentro do grupo de estudos. São vários pontos de vista de uma situação de vivência “comunitária”.

A escolha dos relatos escritos obedeceu, sobretudo, uma condição: que estes não fossem inteiramente narrativos-descritivos, mas também interpretativos e se fundassem em situações de *reflexão* coletiva sobre as vivências em grupo ou com grupos, ou sobre a própria pessoa e/ou processo de escrita. Escolhi oito relatos/situações/gestos de interpretação, mais recentes, e de oito pessoas diferentes – estudantes de Artes Plásticas (dois), estudante de História, estudantes de Ciências Sociais (dois), estudante de Psicologia, estudante de Pedagogia e Coordenadora de Campo (sem curso superior) – alguns oriundos do UFBA em Campo (seis), outros da ACC (dois).

Houve uma consulta a essas pessoas acerca da possibilidade de análise (em tempos distintos) e, em função disso, uma estruturação do *corpus*.

Mesmo não havendo a preocupação com a triangulação dos dados, como requer o estudo de caso – o que se constitui numa das principais características dessa técnica de pesquisa –, vejo que a concepção da Análise de Discurso pressupõe que o texto em si é uma fonte de variadas possibilidades de dados, não havendo necessidade de aprofundamento na quantidade de material ou de dados (perspectiva discursiva do texto).

Para a análise, apesar de toda a dificuldade em praticar a Análise de Discurso, visto que se trata de uma área do conhecimento que requer certo rigor teórico-prático, utilizei algumas leituras de Brandão (2002), Maingueneau (1997, 2000), Foucault (2000a, 2000b), Lagazzi (1988), Orlandi (2001a, 2001b, 2002), entre outros autores e autoras, e procedi da seguinte forma:

1. Li os relatos escritos (o corpus) várias vezes;
2. observei quais vestígios emergem em cada relato, a partir do objetivo do recorte (o funcionamento dos grupos de estudo dentro do contexto contemporâneo, considerando as leituras de mundo, das experiências com o outro);
3. parti do que estava dito, relacionei com o não dito (principalmente a memória do campo discursivo dos trabalhos de campo, considerando esse contexto contemporâneo em que vivemos) para compreender o processo discursivo (como se atualizavam as formulações);
4. cruzei cada análise entre si, procurando compreender as funções das ressonâncias (*tons*) no funcionamento do grupo de estudo do Paraguaçu;
5. interpretei as análises que fiz, a partir do que ficou evidenciado.

Esse estudo não tem intenção de generalização, porém é inevitável que algumas situações de trabalho de campo se “encaixem” para esse caso específico. Isso se baseia no que Bogdan e Biklen (1994, p. 70) apontam como o objetivo da pesquisa qualitativa que é simplesmente “melhor compreender o comportamento e experiência humanos”. Portanto, qualquer generalização será fruto do natural, não da minha intenção.

Seguindo nesse jogo, para os leitores que preferirem um modo de caminhar apenas, passo ao lance seguinte abordando um pouco das concepções de universidade e trabalho de campo e acerca da localidade de Santiago do Iguape e das vivências do Projeto Paraguaçu. Em seguida, teço uns comentários a respeito da familiaridade construída com a escrita e com alguns conceitos adquiridos no Estágio Docente Orientado referentes às noções de leitura, intertextualidade, texto e discurso.

Depois, trago as regras desse jogo de preparação e concretização de um estudo de mestrado. Por fim, lanço umas inconclusões que abrem uma possibilidade para estudos posteriores nesse campo discursivo.

3 JOGANDO NA RODA: VIVÊNCIAS NOS TRABALHOS DE CAMPO

O meu envolvimento com a Universidade partiu de diálogos com meu pai, Felipe Serpa, e de alguns debates no seio do próprio Programa UFBA em Campo. O que quer dizer que a minha concepção é fruto da minha vivência nos trabalhos de campo. Pode ser apenas um lance, mas, mesmo assim, atrevo-me a apresentar o que penso bem como as minhas incursões pelas veredas dos trabalhos de campo, o que, de certa forma, me constituiu enquanto pessoa e pesquisador dessa temática em questão.

Penso, pois, que a Universidade, enquanto instituição que responde pela produção do conhecimento, precisa estar atenta para os acontecimentos sociais que constroem o contexto local, regional e nacional. Esse estar atenta, no entanto, não significa dizer que somente pensemos na relação da instituição com os grupos humanos da sociedade, tomando como parâmetro exclusivo o sistema produtivo capitalista - uma realidade que vem se firmando ao longo das práticas acadêmicas. Julgamos que o papel da Universidade é, pois, conjuntamente com diversos parceiros institucionais, sejam ONGs (Organizações Não-Governamentais), sejam órgãos do Estado, sejam setores privados, pensar sobre as questões regionais e, porque não, nacionais, sob a ótica do diálogo, sem se restringir a um desses possíveis caminhos. Se nos atrelamos, essencialmente, ao sistema produtivo, há o perigo de associar a Academia a uma empresa, em que as pesquisas não podem ser publicizadas. Como resultado dessa associação, existem pressões por velocidade nas pesquisas o que pode comprometer a qualidade e o desejo dos pesquisadores para com os temas escolhidos.

Os trabalhos de campo têm uma possibilidade de abertura de muitos caminhos possíveis para transformação da Academia. Digo isso porque, através deles, vivemos realidades diferentes da sala de aula e entramos em contato com outras pessoas, inclusive estudantes de cursos distintos, coisas que a Universidade pouco alimenta, criando escolas (faculdades ou institutos) fechadas em suas quatro paredes. Atenuam-se as fronteiras entre disciplinas e/ou especialidades. Além disso, os três pilares da instituição, ensino, pesquisa e extensão, revezam-se, havendo

momentos em que se faz necessário cada um deles.

Por isso, opto pela diferenciação de atividades de extensão e os trabalhos de campo. A meu ver, as primeiras cobrem posturas assistencialistas e prestadoras de serviço, já que a palavra extensão passa a idéia de alargamento de alguma coisa que já se faz (algo pré-definido); os segundos se caracterizam pela vivência do acontecimento, da enunciação, do inesperado, não havendo previsão do que poderá ocorrer.

A Universidade se transforma no momento em que se muda o caráter do conhecimento (Serpa, 2004). Na medida que o conhecimento se transforma em mercadoria, a necessidade de quebrar essa única direção se faz presente. Daí, o Projeto Paraguaçu surge como possibilidade de esboçar um caminho possível.

Antes, porém, vou retroceder meu *pino* em algumas casas para fazer uma referência, mesmo que não tão extensa, as minhas vivências em campo, somente para que os leitores entendam como me constitui nesse período tenso de decisão do objeto e mesmo de pesquisa efetiva.

Acumulei, então, jogadas, vivenciando o Programa UFBA em Campo, o Programa do Governo – Universidade Solidária – e, por fim, o Projeto Paraguaçu.

Acerca do Programa *UFBA em Campo*, podemos dizer que foi idealizado por meu pai, Felipe Serpa e seu Pró-reitor de Extensão Paulo Lima, na época do seu reitorado (1994-98), e que consistiu em uma iniciativa organizada para desmistificar a visão de extensão como mero “apêndice da Universidade” e sim como grande estimuladora de novos espaços de aprendizagem, em sintonia com o universo sócio-econômico, político, cultural etc. dos diversos grupos humanos.

A pretensão principal de Serpa era “criar novos espaços de produção e reprodução do conhecimento, superando o caráter iluminista e autárquico da Universidade em relação à sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1998a, p. 16).

A primeira versão, experimental, inovou ao colocar os estudantes como grandes condutores do diálogo universidade/ comunidade, permitindo que estes sentissem novos modos de aprendizagem. Denominada de “Pulando a Fogueira”, contou com a participação de, mais ou menos, duzentos estudantes de cursos

diferentes (divididos em quadrilhos), distribuídos em cinquenta municípios de regiões diferentes da Bahia. O período foi nos festejos juninos, durante dez dias. Só a coordenação era de professores, mas, no campo, apenas os estudantes conduziram o processo.

A minha participação veio com a “Caravana das Águas”. Esta foi uma proposta de um grupo de estudantes, experimentando novos modos de participação no processo de produção do conhecimento, sem a coordenação de professores. Realizada em oito municípios, com trinta acadêmicos (dispostos em equipes interdisciplinares) e doze colaboradores das comunidades, centrou o olhar sobre os recursos hídricos. O período foi de quinze dias. Ficamos no município de Seabra. Focalizamos nossas ações, basicamente nas escolas de ensino médio, com o apoio de grupos ambientalistas e a prefeitura.

Também a experiência extra-UFBA em Campo - “Universidade Solidária”, Programa do Governo Federal que levou equipes de universidades diferentes para interiores de outros Estados, em uma espécie de intercâmbio, para vivência de vinte e um dias - foi ímpar. Trouxe-nos a possibilidade de uma convivência mais forte entre o próprio grupo interdisciplinar (treze pessoas) e com os grupos humanos de Olinda Nova do Maranhão (MA), inaugurando as primeiras sementes teóricas do Projeto Paraguaçu. Aqui, buscamos cumprir a filosofia semelhante ao do Paraguaçu, mas por ser um momento experimental, terminamos, mesmo sem levar materiais *a priori*, cedendo à postura iluminista: demos cursos de formação para os professores e fizemos algumas oficinas, organizados por nós, apenas.

A partir de 1999, surgiu a idéia de criação do Projeto Paraguaçu. Construído, aos poucos, por Serpa e alguns de nós, estudantes, esse novo trabalho tem mantido a mesma filosofia do Programa UFBA em Campo, só que numa dimensão reduzida.

Partimos da convivência entre estudantes da universidade e pessoas dos grupos humanos de Santiago do Iguape para construirmos entre-lugares que possibilitem o enriquecimento dos lugares de origem (“universidade” e

“comunidade”)⁵. Esses entre-lugares não são caracterizados pela permanência. São lugares que se dissolvem logo ou não, dependendo do grau de envolvimento, da ressonância entre os conviventes, sedimentando algo que modifica as relações no interior tanto da “universidade” como da “comunidade”.

Pautamos, pois, nossas ações nessa idéia buscando construir, conjuntamente, coisas que não ferissem os valores dos grupos humanos, apenas enriquecendo seus modos de vida. Para a instituição, desejamos criar outras possibilidades de estudo, de vivência de ambientes e convivência entre sujeitos. Nada de levar algo *a priori* (materiais relacionados às especializações de cada estudante), mesmo porque, a princípio, não tivemos um “foco de atuação” (trabalho com os professores, com as crianças, com o lixo, com as mulheres etc.), fomos construindo linhas de trabalho a partir das ressonâncias.

Já o surgimento das *Atividades Curriculares em Comunidade*, as ACC, trouxe novidades em relação aos efeitos do Programa inicial, o UFBA em Campo (ACC, 2003, p. 5-6):

Como **extensão**, a ACC visa a promover diálogos com a sociedade, para reelaborar e produzir conhecimento sobre a realidade, de forma compartilhada, para descoberta e experimentação de alternativas de resolução e encaminhamento de problemas. (...) Como componente curricular, a ACC tem características comuns às demais disciplinas: obrigatoriedade, carga horária, creditação e propósito acadêmico. Diferencia-se entretanto pela liberdade na escolha de temáticas, na definição de programas e na experimentação de procedimentos metodológicos, bem como pela possibilidade de assumir um caráter renovável a cada semestre, ou de comportar a continuidade da experiência por mais de um semestre. Distingue-se do **estágio curricular** (atividade vinculada academicamente à Universidade), ou do **estágio não curricular** (atividade vinculada ao contratante externo), pois a experiência não objetiva o exercício pré-profissional num campo específico de trabalho ou o exercício de aplicação do conhecimento obtido no curso.

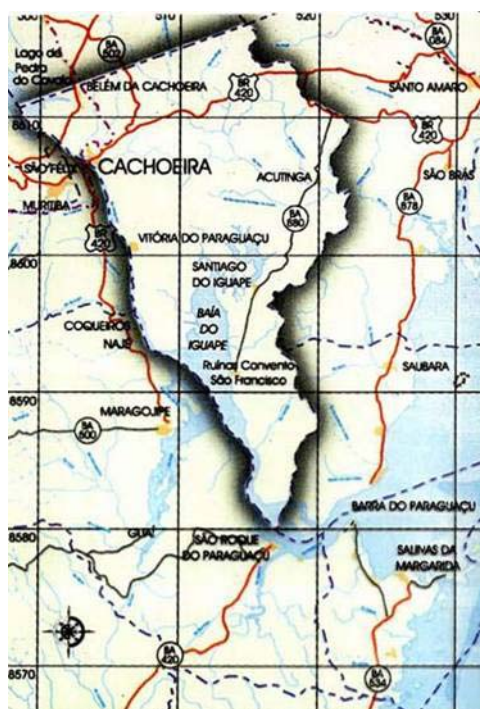
O trabalho de campo *invade* o currículo de graduação, contando com uma carga horária de sessenta horas e rendendo quatro créditos aos estudantes.

⁵ Essa denominação, na nossa concepção, reduz, e muito, as relações intersubjetivas de convivência dentro desses grupos humanos e mesmo dentro da instituição. Criamos a ilusão de coesão absoluta entre as pessoas e esquecemo-nos dos conflitos ideológicos, políticos, econômicos e outros que atravessam o cotidiano desses lugares.

Desde o surgimento das ACC, o Projeto Paraguaçu tem se mantido com financiamento desta (via Pró-Reitoria de Extensão) e também com um recurso conseguido junto à atual FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) - antiga CADCT (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Para facilitar o entendimento de leitores exigentes, opto por uma estada mais duradoura antes de mover meu *pino*. Farei uma breve exposição, ao lado de algumas vozes locais, do ambiente de Santiago do Iguape. E onde fica Santiago? Abaixo, uma localização geográfica (figura 1):

Figura 01



Fonte: SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO/ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO. Roteiros Ecoturísticos da Bahia - Baía de Todos os Santos. Salvador, A Secretaria, 2000, p.124.

Estamos⁶, pois, no Recôncavo Baiano. Na parte ocidental da Baía de Todos os Santos, mais acima de onde o rio Paraguaçu desemboca, está localizada a Baía do Iguape. Nesta, especificamente ao norte, está situado o Vale do Iguape, uma "extensa

⁶ O uso do verbo na primeira pessoa do plural se faz necessário, em minha opinião, na medida em que o Projeto Paraguaçu envolve tanto pessoas de Santiago do Iguape quanto pessoas da Universidade que foram de extrema importância para o meu caminhar por essa experiência.

planície cortada pelos rios Sucupema e Acu'' que termina numa escarpa a seis ou sete quilômetros da beira d'água (Barickman, 2003).

Este vale abriga o distrito de Santiago do Iguape, ao norte da Bacia, pertencendo ao município de Cachoeira.

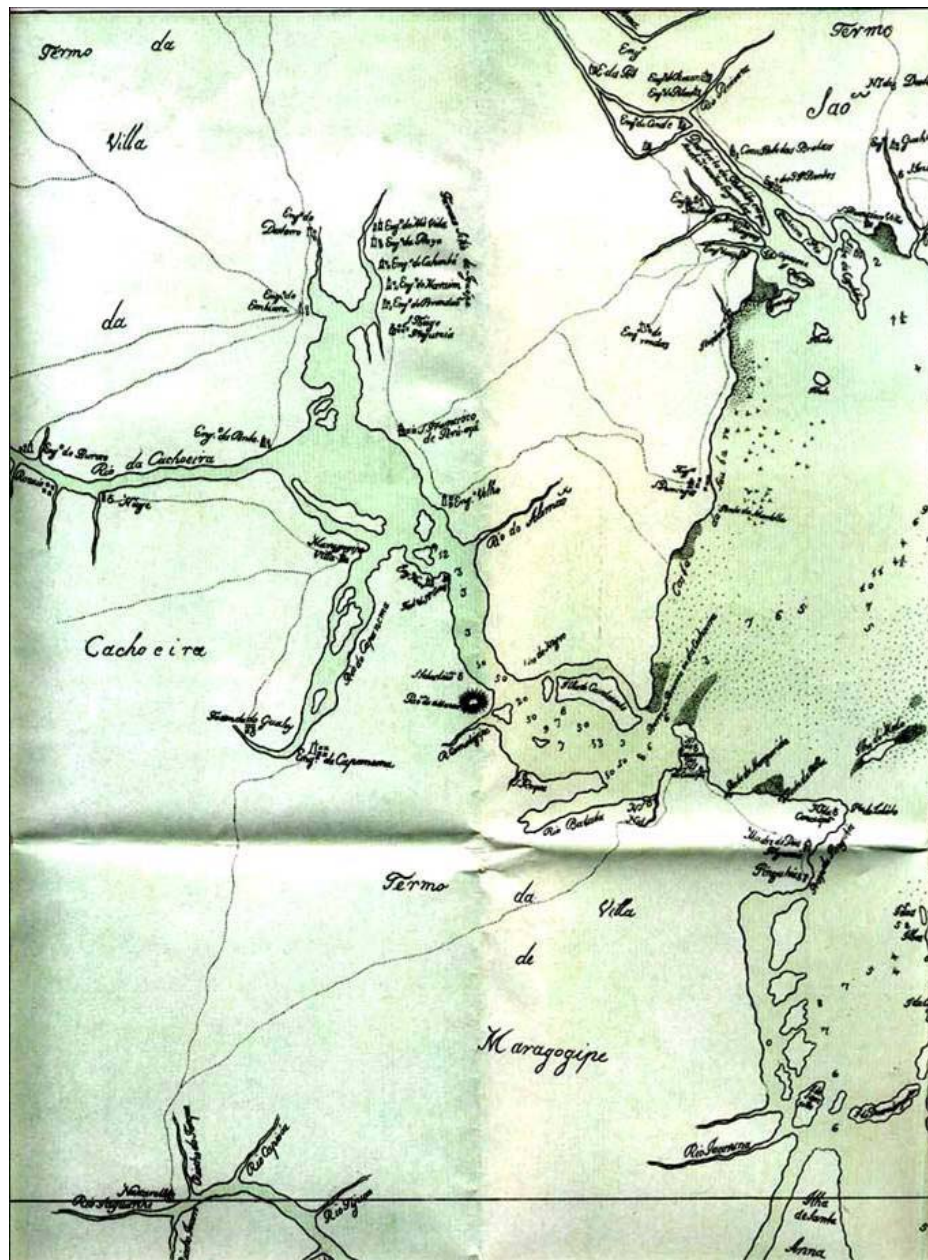
Existem duas formas de chegar à localidade. A primeira, saindo de Salvador pela BR-324, no ônibus para São Félix, subindo o viaduto do quilômetro 59 e seguindo na BR-420 (passando por Santo Amaro) até o entroncamento, em frente a um posto de gasolina, onde uma estrada encascalhada (BA-880) leva até o distrito de Santiago do Iguape (cerca de quinze quilômetros, passando pela ex-fábrica Opalma). A segunda, seguindo de ônibus para Santo Amaro e tomando o transporte direto para o distrito (13:00 e 17:15).

A região tem outros povoados que circundam o distrito e que fazem parte do Vale: Caonge, Calembá, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, São Francisco do Paraguaçu, Embiara, Calolé, Dendê. Não tive oportunidade de visitar todos, mas cito alguns. Tais povoados são remanescentes de quilombos.

Santiago do Iguape, no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, tinha uma importância muito grande na Bahia, especificamente, no Recôncavo. Salvador era a capital da Coroa e a indústria açucareira despontava como um lucrativo negócio. Na parte norte da Baía de Todos os Santos, o solo é massapé (ou massapê) e, portanto, mais propício à cultura do açúcar. Na parte sul, o solo é mais argiloso e arenoso, facilitando o cultivo de feijão, mandioca e fumo. Por isso, o norte voltou-se mais para o produto de exportação, o açúcar, não se excluindo de plantar essas outras culturas, seja para o abastecimento da capital, seja para subsistência de pequenos lavradores, ou mesmo dos engenhos. O sul explorou mais a farinha de mandioca, principal produto de subsistência da época.

Localizada que estava na parte sul da Baía, a freguesia de Santiago do Iguape reunia, segundo o censo de 1835, vinte e três engenhos (vide figura 2). Dizia Barickman (2003) que "o contraste entre o Iguape e qualquer uma das freguesias fumageiras ou produtoras de mandioca tradicionais" era tão grande "que dispensa comentários". Acrescenta ainda que, para a época, a freguesia era uma região densamente povoada.

Figura 02



Fonte: VILHENA, Luis Santos. *A Bahia do século XVIII*, apud FEIJÓ (2003).

Além da economia de exportação e também interna bem desenvolvida, Santiago do Iguape era um ponto de colonização forte. Considerando que a terra não se localizava no interior – apesar de que no Recôncavo tais terras foram bem exploradas devido à necessidade de nutrir os engenhos com a madeira de lei –, os portugueses não demoraram a construir uma igreja de frente para o rio: a Igreja Matriz, símbolo da localidade, foi construída durante o século XVI. Hoje, a Igreja

Matriz é tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Segundo relatos locais:

A igreja tinha uma riqueza medonha... por dentro toda de azulejo, mais de mil castiçais, até os santos levaram todos... só ficou São Tiago e São Benedito, porque são teimosos...⁷

Além desse distrito, o povoado de São Francisco do Paraguaçu, a sete quilômetros de distância, também foi um ponto de colonização forte, já que serviu de moradia para os jesuítas. Uma prova concreta disso é a construção imponente do Convento de Santo Antônio. Hoje, restam apenas as ruínas que estão sendo restauradas, pouco a pouco, pelo Patrimônio Histórico.

Em função dessa circulação de renda e de pessoas, havia necessidade de grande quantidade de mão-de-obra para a construção de engenhos, da igreja e mesmo de práticas cotidianas. Os escravos na região do Recôncavo, segundo censo de 1835, somavam 89 mil. Na freguesia de Santiago do Iguape, havia muita concentração de escravos e o número médio por engenho era de 122,8. O resultado disso parece ter sido a presença forte de negros bem como de sua cultura no distrito.

Quando o assunto é renda, muito se fala acerca da época áurea de Santiago do Iguape. Os moradores abordam o passado de fartura de peixes e de produtos agrícolas que iam de embarcações para Salvador.

O navio, *encaitava* todos aí... mandava três vezes na semana buscar bolachas lá na Bahia pra vender aqui... vendia duas a três canoas de cana aqui dentro... a cachaça vem de Santo Antônio de Jesus... aqui tinha tanta usina... Cutinga, Murundu e a Vitória...

A pesca aqui hoje arriou... aqui era um lugar que se achava o peixe a qualquer hora... hoje mudou muito, isto se deve a barragem... a outra é que apareceu a camarãozeira... acabou de derrotar, porque pesca duas ou mais vezes com a rede andando por debaixo d'água pra baixo e pra cima, acabou tudo... hoje tem muito pouco peixe, até a tainha sumiu, curimã era tanto que dava medo... com a barragem a água não vem mais, os peixes foram sumindo... siri, tinha demais, ninguém ligava... hoje, ninguém perde...

⁷ As passagens referentes às vozes dos moradores de Santiago do Iguape ainda não estão disponíveis, visto que integram o acervo do Projeto Paraguaçu que não foi sistematizado. Portanto, para consulta do material, procurar membros do projeto em questão.

O estudo de Barickman (2003) reforça esses depoimentos. Nele, o autor trata da produção para exportação – na época, séculos XVIII e XIX, a cultura era de cana-de-açúcar – e também da economia interna das freguesias do Recôncavo.

O Iguape era uma das mais importantes freguesias. Passavam por lá o cultivo da cana e as culturas de subsistência. A região teve até um engenho central⁸, construído por uma firma inglesa, a *Denis, Blair and Company*. Os pescadores, segundo censo de 1835, eram em número de 86 e os “mariscadores” somavam apenas seis (uma mulher). Havia ainda 272 pequenos agricultores.

Hoje, tudo isso permanece. Quase todos os moradores vivem da pesca, fonte de renda da região. O trabalho é bem dividido. A maioria dos homens pesca e das mulheres marisca.

O trabalho das marisqueiras é um pouco pesado, porque tem que tirar ostra, sururu... tem que sair cedo, no da maré, tirar ostra, ferventar, catar, para vender... o siri que é tirado de gancho também é trabalhoso, quem não conhece a loca, não tira um siri... é muito difícil... a maioria vive disso, não tem outra coisa...

Ainda há aqueles que vivem da agricultura, principalmente as pessoas do Caimbongo (atualmente um assentamento do MLT, Movimento de Libertação pela Terra). E também podemos observar os povoados que produzem dendê, uma lucrativa opção na época áurea em que a fábrica de dendê, Opalma, localizada em Acutinga (a caminho de Santiago), estava em franco funcionamento.

Essa fábrica beneficiava a produção e oferecia trabalho para mais de mil moradores. Hoje, restam ruínas da Opalma e a cana parece ter sido retomada. O objetivo, entretanto, é fornecer matéria-prima para a produção de álcool; a mão-de-obra empregada é de Alagoas. Por isso, na estrada de barro, a plantação de cana-de-açúcar é considerável. Para que os leitores tenham idéia da importância da fábrica, até hoje o povoado é chamado pelo nome de Opalma:

⁸ Como na nota do livro de Barickman (2003, p. 190), transcrevo a explicação do que era o engenho central: “Os engenhos centrais, com modernas instalações completamente mecanizadas para o fabrico do açúcar, foram de certa forma os precursores das usinas. Mas, ao contrário das usinas, muitas vezes dependiam exclusivamente de fornecedores de cana para sua matéria-prima. Era esse o caso do Engenho central do Iguape e dos outros propostos pela Denis, Blair and Company.”

Figura 03



Fonte: Arquivos do Projeto Paraguaçu

Existia, além disso, outra forma de renda: a construção de saveiros. Atualmente, está em extinção, pois somente Seu Tatuí, no distrito de Santiago do Iguape, e Seu Tobico, no povoado de São Francisco do Paraguaçu alimentam essa arte. Como Seu Tatuí faleceu recentemente, não havendo mais quem possa passar os ensinamentos acerca dessa arte, dentro do distrito. Existe um auxiliar que demonstra interesse em ensinar para os jovens da região, mas ele não é radicado no local.

A dinâmica envolvendo a rede de relações entre pescadores, donos dos instrumentos de pesca e intermediários (os comerciantes) é de tamanha complexidade que me vali dos depoimentos para esclarecê-la.

Antes se quisesse comer uma ostra, comprava pelo preço real, hoje se quiser, tem que comprar pelo preço do atravessador... são eles que ganham o dinheiro... antes se comprava qualquer tipo de peixe no porto, hoje só se compra peixe miúdo, porque o graúdo são vendido em Salvador... o atravessador geralmente é dono da rede... a relação pescador e dono da rede é a pior possível... o próprio pescador não tem direito de comer um peixe maior, se ele quiser comer, tem que comprar na mão do dono da rede... o pescador passa a madrugada inteira pescando e não pode comer um peixe... tem pescador que recebe cinquenta centavos, muitas vezes não ajeita nem a moqueca... muitos deles ainda tomam cachaça de dez centavos restando só quarenta centavos e ainda o dono da venda pergunta se quer o dinheiro ou vai levar de mercadoria, cofo de farinha ou café. (...) quando tem o crédito na venda, tudo bem, e quando não tem, só pagam as dívidas quando a pesca tá melhor... o dono da venda já

segura a mercadoria para ir descontando o débito...

A cultura do distrito, como de toda a região do Recôncavo, tem uma veia trazida pelos escravos. Obviamente, que cada terra tem a sua singularidade, mesmo diante das afirmações gerais. Penso, pois, que a de Santiago do Iguape surge da expressividade músico-corpóreo-religiosa.

Os sambas-de-roda são envolvidos de religiosidade, com danças dedicadas aos Orixás. O caruru, comida típica desses sambas, também é dedicado a um santo. Existem regras próprias dentro dessa expressão de musicalidade: para os mais antigos, os homens não têm vez na roda, somente as mulheres. Quando se entra na roda, tem de sambar e passar a vez para outro. As pessoas ficam em volta batendo palmas e cantando:

Figura 4



Fonte: Arquivos do Projeto Paraguaçu

No distrito, ainda encontramos a Companhia de Dança Afro-brasileira do Vale do Iguape. Trata-se de um grupo de jovens de idade entre quinze e vinte anos que através da dança afro busca expressar a condição do passado de escravidão do negro e o modo de vida que levam esses negros pescadores do Iguape. Um dos alunos já coordena um grupo de adolescentes entre nove e doze anos, de maioria meninas. Além disso oferece aulas de ginástica para senhoras interessadas (Grupo *Menos Um*).

Ainda existem dançarinos do *Mix Dance*, constituído por alguns dos jovens

participantes da Cia. de Dança Afro-brasileira do Vale do Iguape, mas que escolheram utilizar o corpo só para outras expressões musicais também. Grupos de pagode e de seresta dividem ainda as responsabilidades dentro da região.

Há ainda que citar a capoeira que, na visão de dois capoeiristas do grupo Capoarte, “é vida, lazer, dança, amor, arte, viver, tristeza, cultura”. Existem dois grupos de capoeira, dos quais esses depoentes participam. O primeiro é o Raízes do Iguape (hoje, Filhos do Iguape), e o segundo é o Capoarte, respectivamente.

Ambos já travaram algumas batalhas, em outros tempos, quando a capoeira era considerada, propriamente, uma luta. Hoje em dia, não existe mais essa rivalidade toda. O Raízes teve a volta do mestre antigo, do local, que pretende formar os estudantes (professores de povoados vizinhos ou mesmo do distrito) e o Capoarte, que tem um mestre de Maragogipe e estudantes já formados (atualmente, professores).

Observei também, nesses anos de vivência no Iguape, que a religiosidade é bem diversa na localidade. Podemos encontrar o candomblé, o catolicismo e o protestantismo. Não se trata, no entanto, de sincretismo. Os moradores têm consciência dos preceitos de cada religião, apenas optam pela convivência das diferentes manifestações. Ao lado dos carurus e festas aos Orixás, os moradores participam das procissões, das missas e dos cultos nas Igrejas Evangélicas.

A política em Santiago é bem singular. Primeiro, pude constatar que existe uma rede de relações muito tensa entre as pessoas: quem anda com fulano, não fala com beltrano – aliás, coisa muito comum quando se pensa em relações humanas; segundo, observei que as queixas acerca da comodidade dos moradores era muito freqüente também.

Quanto à primeira postura enumerada, a conseqüência imediata é que, quando falamos em política partidária, o distrito rompe com as possibilidades de eleger algum vereador do local, já que muitos moradores saem como candidatos, numa tentativa de se impor ao seu rival particular. O resultado disso é o fracasso da estratégia, uma vez que os votos ficam divididos e os candidatos não conseguem alcançar a quantidade exigida para se eleger.

A segunda postura é muito comum e decorre de uma questão mais

abrangente que encontra ecos com o passado colonial. Cultivamos uma tradição de dependência em relação a alguma potência. Porém, não só isso justifica a comodidade dos moradores. Também temos que deixar claro que cada contexto é singular e, por isso, os processos históricos, a sucessão dos acontecimentos, demonstram que há razões fortes para acreditar que essas queixas não são delírios.

Talvez, a segunda postura justifique a primeira, principalmente no que diz respeito ao grande número de candidatos. Por causa das várias instituições ou pessoas que prometeram ou que passaram, durante algum tempo, dias trabalhando na região para depois abandoná-la, os moradores se lançam à tentativa de conseguir se tornar candidato representante do Vale do Iguape, visando trazer alguma contribuição para o local. Não há confiança em dividir as responsabilidades, mesmo porque não vai haver, dessa forma, garantia de desenvolvimento: alguns falam, mas não cumprem porque só desejam o poder.

Daí, o discurso negativista de que a população do distrito permanece esperando por um paternalismo. Quando, na verdade, os mesmos moradores que disseminam esse ponto de vista são os que reforçam a necessidade de paternalismo, como podemos ver na afirmação de um dos moradores "...são os poderosos, são os políticos... os pequenos não podem fazer nada, têm que morrer calado".

Feito uma *viagem* pelo distrito, posso lançar a *gude* mais adiante: no Projeto Paraguaçu e suas fases.

Inicialmente, havíamos pensado o trabalho no município de Jaguaripe - parte do Recôncavo Baiano. Jaguaripe tem uma extensão territorial de 868 km², constituindo-se, portanto no maior município do Recôncavo.

O município tem quatro distritos (Barreiras, Pirajuía, Palmas e Camaçandi) e quatro povoados (Cações, Mutá, São Bernardo e Ilha da Ajuda).

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) conta uma população de 13.487 habitantes. O município tem um rio de mesmo nome que é a maior renda da população local - economia de pesca.

Por que escolhemos Jaguaripe, inicialmente? A proposta de trabalho do município, datada de julho de 1999, diz:

Uma das razões que levaram a escolher a cidade em questão foi o consentimento da direção do município para um trabalho desta natureza, que poderá no futuro servir de referência para outras prefeituras da região. Jaguaripe, especificamente, tem algumas características muito peculiares que mereceriam atenção. Apesar de estar situado relativamente próximo de Salvador é praticamente desconhecido dos moradores da capital.

Não se trata de um município novo e pequeno, muito menos sem importância histórica. A cidade além de ser a maior do Recôncavo em extensão, possui uma densidade demográfica bastante baixa. Além disso, teve participação decisiva no processo de independência da Bahia. (*Anexo I*).

Também tivemos o apoio irrestrito da prefeitura para deslocamento, hospedagem e alimentação. Porém, nada disso se concretizou. Antes de iniciarmos os trabalhos, novos fatos históricos permitiram que a prefeitura se abstivesse dos compromissos e reprimisse a expectativa inicial, avaliando que não seria possível arcar com as despesas previstas.

Decidimos, pois, numa postura democrática, eleger novos possíveis locais de trabalho: Pirajúia, Mutá ou Cações, reduzindo o foco da convivência dentro do mesmo município; Saubara ou Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu. Depois de viagens de avaliação, percebemos o quanto seria difícil se alojar naqueles distritos ou povoados de Jaguaripe, pois não havia lugares para dormir.

Com relação a Saubara, percebemos o direcionamento de algumas das lideranças locais logo que chegamos: um professor do lugar se dispôs a nos apresentar aqueles que ele avaliava como importantes, o que, já de saída, poderia comprometer os nossos juízos.

Por fim, decidimos por Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, respectivamente, distrito e povoado do município de Cachoeira, que, inicialmente, não ofereceram obstáculos de estada (em Santiago havia uma pousada francesa *Tio Pelet*), o custo de alimentação era baixo e o deslocamento de uma para outra localidade não era difícil, apenas sete quilômetros.

Ficamos, posteriormente, apenas em Santiago do Iguape, devido a dificuldade para permanecer em São Francisco do Paraguaçu. Visando criar uma imagem de Santiago, trago uma foto da praça principal:

Figura 05



Fonte: Arquivos do Projeto Paraguaçu

No que diz respeito à filosofia de trabalho do Projeto Paraguaçu, esclarecemos que, desde o começo, não mapeamos nossos passos e a lógica que vinha conduzindo as ações da equipe era a convivência entre a universidade e a comunidade, mesmo diante das pressões do mercado e dos financiadores.

Mantínhamos uma relação de “negociação” entre os saberes, sem qualquer hierarquia, e temos buscado a construção dos “entre-lugares” que mantêm as duas fronteiras livres para trânsito, porém sem apagar os limites de ambos. Isto significa que não buscamos transformar as pessoas daquele grupo humano em “objetos” e nem em universidade, e também não desejamos nos travestir de comunidade. Buscamos, sim, uma relação menos povoada de intenções acadêmicas.

Durante este processo de convivência, iniciativas conjuntas foram sendo construídas, com base na familiaridade criada e por demandas dos próprios moradores. Trabalhávamos juntos, a partir de muito diálogo, da diluição de expectativas tradicionais na relação entre “comunidade” e instâncias públicas (universidade, governo) marcadas normalmente pelo assistencialismo e/ou tecnicismo.

Privilegiamos ações em que se supunha que um subgrupo representativo dos grupos humanos estivesse responsável ou disposto a se mobilizar e não somente

duas ou três pessoas – condição que esvaziava qualquer intenção política partidária.

As convivências iniciais ressoaram com algumas propostas: “O Dia da Biblioteca no Iguape”, “O Iguape: Jornal Regional do Vale do Iguape”, uma cooperativa de pescadores, uma parceria com os professores das escolas, oficinas (de poesia, argila, pintura, fotografia etc.) e visitação aos povoados bem como ações junto aos trabalhadores rurais sem terra (MLT), entre outras.

“O Dia da Biblioteca no Iguape” se pautou numa possibilidade de construção de uma biblioteca comunitária em Santiago do Iguape, uma vez que já existia uma em São Francisco do Paraguaçu, povoado vizinho, a sete quilômetros. A partir daí, organizamos, com alguns jovens, um evento do dia 27 de janeiro com o título em questão e com uma programação de oficinas, teatro, música, dança e capoeira, mesmo sem a biblioteca de fato. Esse dia marcaria o movimento de mobilização dos moradores, porém nada disso aconteceu. Em meio a conflitos políticos e falta de informação acerca do processo, a biblioteca “morreu”, apenas algumas doações foram feitas. Hoje, há a biblioteca de fato (enquanto espaço físico), mas fruto de uma outra proposta: a do jornal.

“O Iguape” surgiu com uma comissão editorial local e com a edição eletrônica apoiada pela UFBA bem como a assinatura do jornalista responsável Menandro Ramos, professor da Faculdade de Educação. A própria comissão ditava quais as notícias que iam ser editadas e passava para o grupo de estudantes do Paraguaçu que, então, editoravam eletronicamente o material num papel jornal com duas laudas (tamanho A3).

Os primeiros números foram financiados pelo Projeto Paraguaçu como forma de incentivo (janeiro e fevereiro de 2002). O terceiro (março e abril de 2002) teve setenta por cento do financiamento da impressão conseguido pela comissão. O projeto completou o resto. No quarto número (maio a agosto de 2002), o Paraguaçu assumiu os custos pela última vez, tal foi a dificuldade de conseguir dinheiro para a impressão, por parte da comissão editorial. Nesses quatro números, o jornal rendeu bons frutos para a comunidade, já que o cunho deste era reivindicatório, em sua essência. O prefeito trouxe a biblioteca e o Centro de Serviços Públicos do Iguape, além de outras conquistas. Atualmente, alguns moradores voltaram a falar do jornal,

mas a época é de eleição e a associação das iniciativas aos candidatos ao cargo de vereador é inevitável.

A cooperativa de pescadores e os diálogos nas escolas acerca de um trabalho conjunto não surtiram efeitos. Apenas foram responsáveis por algumas reuniões e nada mais.

Mesmo com essas ressonâncias dissolvidas durante a convivência, é a continuidade que se estabelece como condição fundamental da familiaridade dos grupos humanos da universidade em relação aos de Santiago do Iguape. As vivências mostraram (e têm mostrado) a complexidade da “organização” desses grupos humanos. A afirmação de que existe uma “comunidade” coesa é uma ilusão assim como a pretensão de nos considerarmos as únicas fontes do saber. Também a convivência não é sinônimo de harmonia. Conflitos e contradições atravessam essa vivência nesse contexto.

Nessa filosofia de trabalho, temos preservado o contínuo processo histórico de formação desses grupos humanos assim como temos reconhecido os aspectos positivos dos locais, atentando-nos para os traços artístico-culturais que vão se destacando durante esse *relacionamento*.

Tivemos, nesse processo educativo, a sensação de vazio, ao sermos desconstruídos, ao se espatifarem os nossos sistemas de referência reforçados pela nossa formação educacional. Temos tentado, pois, suprir nossas *lacunas*, buscando outras formas de olhar a “comunidade” e as pessoas dela que não só captem, por exemplo, as *carências* econômicas (como se fossem as únicas coisas diante de nossos olhos).

Na segunda fase do Projeto Paraguaçu, a convivência já nos permitiu apontar alguns caminhos de ações conjuntas: a convivência com os jovens da capoeira inseriu uma preocupação em seguir com oficinas (conduzidas por eles mesmos e registradas por nós) de preparação de futuros mestres bem como de formação de novos estudantes (mirins) (vide figura 6); a Cia de Dança Afro do Vale do Iguape (de adultos) propiciou que um dos membros ensinasse a dança afro para

as crianças com apoio do Paraguaçu⁹; foi sugerido, ainda, uma oficina de construção de um barco saveiro, com um mestre do lugar, para vinte jovens entre quatorze e dezoito anos, visando dar continuidade a essa técnica de construção naval; percebemos que os trabalhadores dos povoados circunvizinhos (remanescentes de quilombos) viviam da fabricação do dendê e acenou-se com uma possível oficina de beneficiamento do dendê em torno do povoado (Caonge) em que emerge uma liderança educativa e religiosa. Isso tudo indicado a partir de uma pretensão maior: a de que Santiago do Iguape fizesse parte do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional, do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ou melhor, tínhamos a intenção de articular a comunidade num Arranjo Produtivo Local. Este, por sua vez, define-se pela aglomeração de unidades produtivas em torno de uma característica comum da região que, não necessariamente, precisa ser econômica, no caso do Iguape, a pesca artesanal.

Nos últimos meses, temos presenciado acontecimentos na direção do fortalecimento da autonomia dos moradores locais. Primeiro, pessoas dos grupos humanos de Santiago do Iguape trocaram experiências em visita aos produtores de dendê de Camamu. Segundo, presenciamos a assinatura de um documento certificando que a comunidade de Caimbongo Velho é remanescente de quilombo (vide figura 7 na página seguinte).

Posteriormente, todas as comunidades que circundam o distrito foram reconhecidas oficialmente como remanescentes de quilombos também.


⁹ Recentemente, o professor esteve trocando experiências com a Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, durante uma semana (28 de março a 02 de abril de 2004) e já levou o seu aprendizado para a localidade.

Figura 06



Fonte: Arquivos do Projeto Paraguaçu

Figura 07


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro
CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade CAIMBONGO VELHO**, localizada no município de Cachoeira, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 043, f. 45, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Ednalda Cordeiro Moreira CPF n. 026.437.335-92; Joselita Soares Santana CPF n.681.612.985-72; Joselita Santana CPF n. 867.124.705-87; Carlito Nascimento de Jesus Filho CPF n.971.530.445-15; Joel de Jesus Pereira CPF n.245.930.365-34.

Brasília, DF, 22 de Junho de 2004.

O referido é verdade e dou fé


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
 E-maz.chefia@degitbinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

Fonte: Arquivos do Projeto Paraguaçu

Acerca do dendê, para beneficiar as pessoas que produzem muito pouco e gastam grande quantidade de tempo (vide figura 8), foi necessário um encontro com produtores de Camamu para que o processo de beneficiamento do dendê do Iguape, por nós denominado de Oficina de Dendê, ganhasse contornos do próprio distrito. As pessoas precisavam decidir como queriam conduzir o processo. O coletivo dos grupos humanos de Santiago tinham também que adquirir um certo estímulo, que parece ter vindo de fora.

Figura 08



Fonte: Arquivos do Projeto Paraguaçu

Diante dessa vivência, posso admitir que extensão é uma palavra muito restrita para dimensionar todo esse processo.

Uso o termo trabalho de campo, mas não na acepção que lhe deu os autores Bogdan e Biklen (1994), atrelada aos parâmetros da pesquisa - evidentemente que este era o objetivo do livro escrito pelos autores, o de abordar as origens, princípios e técnicas das investigações qualitativas. A minha concepção é muito mais ampla englobando, como já me referi, não somente a pesquisa mas a possibilidade de extensão e ensino.

Dito isso, lanço a *bola* na direção de uma outra vivência: a na área da

escrita e da leitura que pode atualizar outro lance meu necessário para explicar o recorte que ousei estudar, o do funcionamento dos grupos de estudo acerca da experiência nos trabalhos de campo, a partir dos textos (tomando-os como práticas discursivas) disponibilizados pelo Projeto Paraguaçu.

4 JOGADA DE MESTRE: PAQUERANDO A ESCRITA E APRENDENDO NO ESTÁGIO

Vejo como possibilidade de entender o funcionamento do grupo de estudos do Paraguaçu, considerando as formulações (invenções) de cada pessoa e os diálogos interpessoais (ressonâncias), a partir de outra experiência de grupo de estudos que serviu para arrecadamento de lances essenciais para o desenho da proposta de estudo e porque não para a elaboração do texto em questão.

Coloco, pois, a tensão que me cercou diante de uma experiência concreta daquilo que denomino de grupo de estudos: o Estágio Docente Orientado com a professora/amiga/colega Lícia Beltrão. Porém, antes de abordar o movimento das sessões que participei junto com outra colega e amiga Aline Moura, penso que seja de extrema relevância explicitar os jogos-jogados que circundam as práticas de linguagem. Convido os leitores a pegarem carona nessa *picula*.

A minha relação com a escrita não tem estado pautada no *terror* imposto pela Gramática Tradicional. Esta, por sua vez, exerceu, durante vinte três séculos, domínio sobre as produções dos usuários da língua. E ainda exerce. O preconceito ainda circula de modo muito constante. Bagno (2003), por exemplo, lista os mitos¹⁰ que reforçam-no e que são o alimento dessa tradição de estudos em linguagem. Chama atenção, ainda, para uma coisa importante que é o círculo vicioso do preconceito.

Como é que se forma esse círculo vicioso? Assim: a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores – fechando o círculo – recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua. (Bagno, 2003, p. 73-74).

¹⁰ Cito, por ordem em que aparecem no livro, os mitos: mito nº 1 é “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”; mito nº 2 é “Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português”; mito nº 3 é “Português é muito difícil”; mito nº 4 é “As pessoas sem instrução falam tudo errado”; mito nº 5 “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”; mito nº 6 é “O certo é falar assim porque se escreve assim”; mito nº 7 é “É preciso saber a gramática para falar e escrever bem” e mito nº 8 é “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Se os leitores tiverem interesse em expandir o conhecimento acerca desses mitos, pode consultar o livro de Bagno (2003).

Mas o círculo vicioso é reforçado por um elemento quase imperceptível que é o que o autor denomina de *comandos paragramaticais*. O que é isso?

É todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, “consultórios gramaticais” por telefone e por aí afora... (Bagno, 2003, p. 76-77).

Esse arsenal todo é responsável pelo reforço daquelas questões que já estão em desuso, mas que teimamos em vê-las como as referências “certas”. Questões acerca dos pronomes oblíquos (eu o vi hoje) ou sobre a conjugação dos verbos (eu amo/tu amas/ele ama/nós amamos/vós amais/eles amam), ou a respeito dos substantivos coletivos e por aí vai. A força desses comandos é tão tremenda que os usos dos falantes da língua portuguesa não padrão são tidos como “erro”. Quem já não reagiu da forma como bem colocou Bagno (2000, p. 13-14)?

– Para dizer a verdade – prossegue Irene –, a Eulália é um poço sem fundo de conhecimento e sabedoria. Todo dia aprendo uma coisa nova com ela. Só de remédios caseiros, feitos com ervas medicinais, dava para encher uma enciclopédia. E como conselheira para momentos de angústia e depressão não conheço melhor psicólogo do que ela.

– Pode até ser – comenta Emília enquanto as quatro se sentam num grande banco de madeira sob um caramanchão. – Mas ela fala tudo errado. Isso para mim estraga qualquer sabedoria.

– Eu tive de me segurar para não rir quando ela disse aquelas coisas na mesa – acrescenta Sílvia.

– Que coisas? – quer saber Vera.

– Ah, sei lá... agora não me lembro – responde Sílvia.

– Eu me lembro – adianta-se Emília. – Ela disse “os pobrema”, “os fósfro”, “môio ingrês”...

– É mesmo – confirma Sílvia –, e a mais engraçada foi: “percurá os hôme”...

Sílvia ri, e Emília a imita.

De fato, o peso da postura *gramaticalista* desenvolve um repúdio aos atos de escrever e de ler também. O que mais me marcou, na primeira vez que pisei na sala de aula, ocupando a posição de professor (pelo menos, oficialmente), foi as lágrimas de uma estudante, fruto de uma pressão que a norma exercia sobre o ato de sua escrita.

Creio que nunca tive problemas com isso. O que a construção dessa memória discursiva pode ter provocado em mim é a inibição da vontade de escrever.

A intimidade que desenvolvi com a escrita e a leitura fizeram-me, desde a adolescência, escrever historietas a mão e em folhas de caderno que dobrava como se fosse livro. Tinha vergonha de divulgar, mas gostava que meus familiares comentassem cada uma das historietas, para que começasse a preparar a próxima. E lia, lia muitas histórias juvenis para que a fonte de criatividade não secasse nunca.

Quando ingressei na Universidade, produzia contos, já utilizando o computador, pelo prazer de produzir. Participei de alguns concursos e cheguei a publicar alguns contos em coletâneas do Instituto de Letras (quer do Diretório Acadêmico, quer do Diretório Central dos Estudantes).

Compromissos de leitura e escrita com as disciplinas do curso fizeram com que esquecesse, temporariamente, o meu lazer.

Até que tive oportunidade de viver a experiência do Projeto Paraguaçu. E, para que eu começasse a perceber que esse espaço era propício para o uso da criatividade, foi necessário, além dos inúmeros diálogos com meu pai, Serpa, o estágio docente com a professora e amiga Lícia Beltrão que trouxe a ludicidade e as mais enriquecedoras propostas de trabalho com a linguagem para as sessões da disciplina "Leitura e Produção de Textos".

Tenho a impressão de que, de certo modo, eu já praticava o que Lícia se esforçava por divulgar, com tamanha competência. A concepção de linguagem, por exemplo, fundante da postura dessa minha amiga e colega de trabalho, era a mesma que Geraldi (1997, p. 11) enuncia. Segundo esse autor,

é a dinâmica do *trabalho lingüístico*, que não é nem um eterno recomeçar nem um eterno repetir, que é relevante: por ele a linguagem se constitui marcada pela história deste fazer contínuo que a está sempre constituindo. Individualmente, nos processos interacionais de que participamos, *trabalhamos* na construção de sentidos "aqui e agora", e para isso temos como "material" para este trabalho a *língua* que "resultou" dos trabalhos anteriores. Nossas operações de construção de textos ou discursos operam com tais recursos lingüísticos, e com outros recursos da situação, e seu retorno em cada acontecimento discursivo não se dá sem as marcas de suas

presenças em acontecimentos anteriores.¹¹

Nessa perspectiva de linguagem, observei que texto e discurso se diferenciam, conforme nos diz Garcez (1998, p. 66) – uma das leituras depreendidas a partir do contato com a amiga Lícia...

O texto é uma unidade lingüística, um exemplar concreto e único, o produto material de uma ação verbal, que se caracteriza por uma organização de elementos ligados entre si, segundo regras coesivas que asseguram a transmissão de uma mensagem de forma coerente. O discurso caracteriza-se por suas vinculações à situação, ou seja, exige a consideração de elementos extratextuais provenientes do contexto em que está inserido.

...e conforme contato com as definições de Orlandi (2001a e 2001b, p. 181) que enxerga o texto ora como objeto acabado, com começo, meio e fim; isto é, como objeto empírico; ora como objeto teórico e, nesse aspecto, Koch (2001) resume bem as práticas atuais na área da linguagem dizendo que “o sentido não está no texto”, e suas regras de coesão apenas, “mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação”.

Mas, é propriamente a poesia de João Cabral de Melo Neto que retrata o movimento do estágio e que aponta a necessidade do outro na construção do sentido do texto (Sandroni e Machado, 2003, p. 19-20):

Um galo sozinho não tece uma manhã;
ele precisará sempre de outros galos.

De um galo que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.

¹¹ Os grifos são do autor.

A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

É por aí que arriamos (nós, os três mestres e aprendizes do estágio) nossa agulha e linha. Só assim percebi que essa noção de *movimento* era bem nova, mesmo para quem estudou Letras Vernáculas. Estava acostumado a ver o texto como algo estático, associado apenas a quem escreve, fechado na sua materialização, nas laudas em que pousam as letras. Mas aprendi que, quando associado aos participantes, ao ambiente e aos objetivos do trabalho simbólico, isto é, às condições de produção, ele se alarga, ele ganha movimento, depende também do leitor. Nesse ponto de vista, leitura e escrita se complementam e precisam uma da outra.

Dividimos, pois, o curso em três blocos básicos, sob a frase mote “por uma questão de...”: leitura, intertextualidade e escola. Quando descrevo essas experiências utilizando o verbo em primeira pessoa do plural, faço-o por causa dos encontros coletivos entre eu, a professora (colega e amiga) Lícia Beltrão e a minha colega (e amiga) Aline Moura com os mais ardentes planejamentos e diálogos que antecederam as sessões.

Tomando o primeiro bloco, inicialmente, escolhemos o texto de Eni Orlandi “A produção da leitura e suas condições”, como base. Assim como tive um primeiro contato de estranhamento com o texto, também os outros estudantes tiveram dificuldades. Foram precisas algumas sessões de teoria prática e prática teórica para que começássemos a mergulhar na linguagem dessa autora que tem peculiaridades, dada a sua inclinação para a área de Análise do Discurso de linha francesa.

Meu contato com a AD¹² não foi a partir do estágio. Principiou com uma disciplina de nome “Análise do Discurso” e ministrada pela professora Dra. Iracema Souza, do Instituto de Letras da UFBA. Essa disciplina trouxe uma bagagem essencial, mesmo que numa relação particular com a AD ainda tumultuada, para entendimento dos princípios e procedimentos dessa área do conhecimento.

Antes de falar da AD, preciso falar da Lingüística. Essa, por sua vez, se caracteriza por ser

¹² Optamos por fazer essa abreviação, assim como a autora Orlandi (2001a).

...uma das caixinhas de um certo modo de produzir conhecimentos, um conjunto de instrumentos, procedimentos e enunciados em base nos quais se assenta a produção de novos conhecimentos. (...) Mas como o conhecimento e a produção de conhecimentos estão sendo postos em questão, são postos em questão as caixinhas e seus limites. A lingüística como disciplina se constituiu na história da constituição de outras disciplinas científicas. Se a ciência como um todo está sendo posta em questão, todas as disciplinas científicas estão sendo postas em questão. (Xavier e Cortez, 2003, p. 81-82)¹³

O que a Lingüística fez, desde seu surgimento com o suíço Ferdinand Saussure, foi trabalhar com a língua como se trabalha com a comida: “picotando” as partes da língua e separando conforme as caixinhas de classificações estabelecidas. Na medida em que, essa disciplina sente necessidade de rever os seus conceitos, princípios e procedimentos, a AD surge como, segundo Orlandi (2001a, p. 11),

...uma forma de conhecimento *cisionista*. Ela se constrói não como uma alternativa para a Lingüística – que é a ciência positiva que descreve e explica a linguagem verbal humana – mas como proposta crítica que procura justamente problematizar as formas de reflexão estabelecidas.

Para tal intento, a AD “articula três regiões do conhecimento”: o Materialismo Histórico, envolvendo o conceito de formações sociais vinculado à ideologia; a Lingüística, que oferece elementos para explicação dos processos de enunciação e de mecanismos sintáticos (de organização interna dos enunciados); e a Teoria do Discurso, contribuindo para o entendimento da determinação histórica dos processos semânticos (Minayo, 1999). Já aí ouve uma flexibilização dos limites de estudo da linguagem. Essa área do conhecimento abre possibilidade de comunicação com outras áreas, já que, novamente dialogando com Orlandi (2001a, p. 12), observo que a AD tem como proposta “pensar um objeto ao mesmo tempo social e histórico, em que se confrontam sujeito e sistema: o discurso”. Ela não se pauta nem somente nas “marcas visíveis só na língua” e nem apenas na “ação do contexto”: busca, sim, o entremeio desses dois pólos. Dito de outro modo, a AD é uma teoria da

¹³ Entrevista com João Wanderley Geraldi.

interpretação; “ela interroga a interpretação” (Orlandi, 2001b, p. 22). A interpretação ocorre nessa relação do material lingüístico com a ideologia. Como se dá isso? Nas palavras de Orlandi (2001b, p. 13):

Para alcançar o ineditismo da produção discursiva – cada texto é um texto – é preciso não nos iludirmos com o texto enquanto unidade empírica, mas pensá-lo como unidade imaginária, fazendo intervir na reflexão, a ideologia. A singularidade para o analista de discurso é um processo; não é um estado que se atinge ou do qual se parte na análise. Tratar da questão da ideologia, ao pensar o texto dessa maneira, é criar as condições teóricas, metodológicas para podermos observá-la. E observá-la é observar o funcionamento do discurso. É nesta conjuntura que entra em cena o texto. Não mais como unidade lingüística disponível, preexistente, espontânea, naturalizada, mas o texto em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade.

É justamente o cisionismo que é constitutivo da cientificidade da AD. É por meio dele que os analistas evitam as “disciplinarizações”: “a AD não tem outro modo de se constituir senão pela sua desterritorialização” (Orlandi, 2001a, p. 14). Rompe, portanto, com o fechamento das disciplinas e revê as suas fronteiras (conversando com outras áreas do conhecimento) para melhor entender como o sentido acontece, manifesta.

Essas características da Análise de Discurso foram sendo absorvidas por mim, através de muitas leituras e também desses estudos coletivos.

Tais princípios e procedimentos transformam a noção de leitura, que passa a não ser apenas sinônimo de decodificação como a tradição firmou. Quando observamos o texto enquanto objeto empírico, temos a visão de que ele é fechado em si mesmo, portanto está determinado e possui uma única leitura possível, a “certa”. Já quando o observamos relacionando às condições de produção, recuperamos sua indeterminação característica, porque, sob o ponto de vista interacional, o texto pode ter múltiplas leituras; depois, passamos à determinação, associando um modo de leitura específico ao lugar específico; e, enfim, recuperamos, mais uma vez a indeterminação passando a enxergar o texto como enriquecido por uma atividade leitora, porém, passível de outras leituras. Reconhecemos, sobretudo, que há vários modos de leitura.

Portanto, a leitura é tida como uma atividade produzida, porque o leitor interage com o autor do texto. Se temos, múltiplos leitores, esses constituirão múltiplas leituras e, conseqüentemente, o texto vai ampliando seus sentidos acumulados, que influenciarão os próximos. A leitura é processo e se complementa com a atividade de escrita. Faz parte da compreensão do texto.

A leitura é o momento crítico da constituição do texto, é o momento privilegiado da interação, aquele em que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao se constituírem como tais, desencadeiam o processo de significação do texto. (Orlandi, 2001a, p. 186)

As condições de produção associadas à leitura instauram o *funcionamento* do discurso. Por que condições de produção da leitura e não de recepção do texto? Porque na escrita, há a formação de uma imagem de leitor por aquele que escreve. Isso significa que o leitor já está inscrito, enquanto leitor virtual. A essa projeção de leitor, damos o nome de formação imaginária – o quem, o quê e o para quem –, que deriva das “relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) nos mecanismos da formação social e as *posições* (representações dessas situações) no discurso” (Orlandi, 2001a, p.197). Quando, porém, lemos, interagimos com o “dono do texto”¹⁴ e seu leitor virtual e, por isso, falamos em produção de leitura. Daí, nada mais adequado do que denominarmos as condições de produção da leitura e que vai nos permitir falar em incompletude do texto, observando-o enquanto objeto teórico, portanto, como discurso.

Um exemplo concreto do que estou a pontuar é uma atividade desenvolvida no curso e que explorou esse conceito de texto empírico/teórico bem como o de leitura. A partir de um texto híbrido, “O limpador de placas” da autora Monika Feth, resolvemos separar as imagens e o texto escrito, oferecendo-os a grupos distintos. Cada um reagiu de uma forma, ao texto base, ou texto centralizador: um, organizou uma dramatização; e outro, contou uma outra história, a partir das imagens expostas.

¹⁴ Expressão utilizada pela professora Lícia Beltrão para se referir àquele que escreve e que, naquele momento, se autodenomina o “dono”. Essa propriedade do texto é momentânea, isso é que importante destacar.

Com isso, aproveitamos para abordar a incompletude do texto: “haverá quem possa dizer tudo” sobre algum assunto? Múltiplos sentidos circundam um texto e foi com isso que pautamos nosso curso. Os sentidos arrecadados a partir do texto centralizador “O limpador de placas” passaram a fazer parte da história desse texto. “O limpador de paredes” (título dado à outra história apresentada com base no texto imagético) integra, a partir desse curso, o texto de Monika Feth como possibilidade de leitura e de produção, já que as condições de produção do texto centralizador (o de Monika Feth) assim permitem.

Foi aí que tivemos que interferir: o grupo que ficou com as imagens considerou que não tinha, em mãos, um texto e que deveria adivinhar o sentido dado pela autora no seu “texto original” ou “verdadeiro”, aquele que guarda o “sentido certo”. Ledo engano. Explicamos que eles partiram desse sentido da autora, um dos possíveis, e produziram outro: e isso é que é ler/ produzir textos.

O que guardei desse bloco é que um texto é, teoricamente inacabável. Como diz a colega Liane, quantas “janelinhas” um texto pode abrir para que o exploremos? Quantos diálogos ele pode travar com outros? O fechamento do texto é, pois, uma necessidade empírica e envolve o tempo. Precisamos negociar como tempo e a incompletude textual, para que tenhamos algo em mãos. Essa concepção provocou a minha filiação à AD.

O segundo bloco, por uma questão de intertextualidade, firmou-se no princípio de que os textos estão inseridos numa série que os antecede e os sucede. São constituídos a partir de lugares históricos: quando lemos, escrevemos ou falamos, assimilamos discursos das instâncias sociais, culturais e de interesses determinadas.

Só para ficar mais claro, numa das sessões, apresentei uma rede intertextual para dar uma noção do que os estudantes poderiam fazer durante uma greve iminente. Seria um exercício para manter a tensão do curso não havendo rompimento com as coisas que estávamos dizendo. O objetivo dessa “tarefa” era fazer com que um leitor ficasse atento para esse conluio entre os textos e que puxasse os fios desses romances, não numa atividade moleca, mas sim numa consciência de quem os entende e os anima. Essa atividade também, penso eu (autor que fui desse

exercício), facilita a compreensão dos bastidores da produção textual (o enrolar dos romances) e da condição de “formação continuada” dos leitores.

Parti de uma capa da revista *Veja* (18 de junho 2003), em que o José Rainha – um dos líderes do MST – aparece e o movimento é comparado com o de Canudos. A partir de marcas nesse texto, por mim escolhido para ser o centralizador da rede, puxei outros tais como: desenho de Antônio Conselheiro no meio de uma marcha do MST, outra reportagem da revista *Veja* (31 de julho de 2002) intitulada “Lulalice no país das maravilhas” – associando as propostas dos candidatos à Presidência da República às personagens do conto “Alice no País das Maravilhas” – e a música de Zé Ramalho (Admirável Gado Novo). Tal atividade serviu, ainda, para mostrar que uma rede se constrói tendo como parâmetro sempre o texto centralizador, que pode ser qualquer um de uma série. O movimento é de vai e vem, observando atentamente a que uma letra, uma imagem, uma frase, uma cor pode nos remeter.

Deixei explícito que aquele exercício poderia se estender ainda mais a depender da “voracidade” do leitor.

Essa prática ajudou-me a perceber que os textos conversam entre si e que não há razão para julgar um melhor que o outro. O olhar de cada leitor é quem vai determinar o recorte da rede. A intertextualidade depende da sensibilidade do leitor e do seu percurso nas letras.

A depender da maturidade na convivência com os textos, da extensão de leitura que se tenha, o leitor vai identificar uma intertextualidade mais explícita (quando deixamos transparecer os fragmentos do texto do qual o centralizador se relaciona diretamente) de uma mais implícita (condição de produção de um texto, afinal, qualquer coisa que dizemos já foi dita anteriormente).

Fundamentamo-nos, pois, em três formas de dizer a intertextualidade e que atravessaram todas as sessões. Trata-se daquilo que Curi (2002) coloca de modo bem claro: paráfrase reprodutiva, paráfrase criativa e paródia. A paráfrase reprodutiva consiste em dizer a mesma coisa com outras palavras, sem se afastar do texto centralizador, mantendo uma literalidade quase fiel. É o que estamos acostumados a fazer quando resumimos um texto acadêmico. A paráfrase criativa

consiste, por sua vez, em tomarmos alguma característica do texto centralizador para produzirmos um outro texto. O texto se expande em muitos sentidos. A paródia, por fim, distorce o sentido do texto centralizador. Toma-o para ironizá-lo, para se contrapor, de algum modo, a este.

Para recorrer a uma das atividades, posso citar um grupo de meninas que divulgaram uma leitura do livro de Bandeira (1999), “O fantástico mistério da Feiurinha”, adaptado da versão para teatro. Para se enquadrar no tempo destinado para elas, na sala de aula, tiveram que cortar algumas cenas, mas a peça teve emoção, bom cenário e a estratégia de não contar a história de Feiurinha propriamente dita serviu como estímulo para que as estudantes que não tivessem lido o livro pudessem fazê-lo. O texto delas entrou em uma série com o de Bandeira (1999) numa relação intertextual do tipo paráfrase criativa.

Desse bloco aproveitei a questão das noções dos modos de dizer a intertextualidade. O mais essencial, entretanto, está na questão de enxergar as várias versões do mesmo texto como outras possibilidades de dizer/ler/escrever e não como uma coisa marginal. O julgamento tem de se enquadrar dentro dos princípios de cada gênero do discurso.

O terceiro bloco fundamentou-se na seguinte pergunta: onde mais podemos aprender na vida? E, foi a partir desse questionamento que propusemos uma aula passeio pela cidade de Salvador, fora, portanto, das quatro paredes da sala de aula.

Das leituras feitas, aprendemos a ver a cidade de um outro jeito, que não o cotidiano. Quantas coisas estão por aí (*outdoors*, painéis, postais, pessoas, frases etc.) e que podem ser transformadas em programas de leitura para a escola. Foi o que propusemos, a partir da leitura de cada grupo na sala de aula do que havia lido:

- “Lendo cartazes e *outdoors*”: já que estes são parte da paisagem urbana nada mais educativo que incluí-los nos estudos sobre leitura dentro da sala de aula;
- “Atrás das portas”: o que pode estar por trás das portas fechadas? Trata-se de um programa de leitura que privilegia uma das estratégias que é a de predição;
- “Zoom da cidade da Bahia”: com os postais “Janelas da Bahia”, que encontramos na Casa Jorge Amado, podemos montar uma

- exposição das várias janelas de Salvador;
- “Capas de revista”: um estudo das capas rende um bom programa de leitura assim como das placas que estão espalhadas pela cidade;
 - “O que se vê, o que se entende”: as primeiras impressões dos outros ao nosso respeito e também as nossas impressões acerca dos outros podem dar um bom estudo;
 - “As ruas são cheias de vozes”: pode dar um bom estudo dos discursos que percorrem o cotidiano, a oralidade dentro da sala de aula;
 - e assim por diante.

Desse bloco, incorporei a questão da busca por outros caminhos para o educar em linguagem. O meu recorte foi ficando mais nítido.

Foi, finalmente, com base nessa experiência de prática teórica e de teoria prática que me inclinei a estudar os relatos escritos pelos estudantes de um trabalho de campo, o Projeto Paraguaçu.

Esse recorte foi decorrente de uma vivência maior nesse contexto e na percepção de que o outro — “comunidade” ou “universidade” — estava vinculado a uma leitura de mercado. A escrita se burocratizava com os mesmos parâmetros de avaliação (introdução, metodologia, objetivos, atividades produzidas, conclusões) e a leitura do lugar “comunidade” enxergava os valores de mercado, julgando as associações, pessoas e moradores de qualquer que fosse essa “comunidade” como carentes, desorganizados, necessitados etc. (privilegiando as *faltas* econômicas); enquanto o lugar “universidade” era olhado como o que poderia salvar essa condição dos grupos humanos locais, contribuindo com “o conhecimento” necessário para a transformação daquele lugar. Ambos eram lidos como ambientes coesos, em que os conflitos não passavam de pequenos atritos resolvidos de modo bastante simples.

Com base nessa explanação, notei que alguns participantes do Projeto Paraguaçu inventaram formas de re-significar essas práticas discursivas e que era fundamental estudá-las.

Então, chegou a hora de conhecer as regras do jogo. “Um, dois, três, salve todos!”

5 AS REGRAS DO JOGAR: DE COMO FOI O CAMINHAR...

Para explicitar as regras desse jogo se torna necessário que os leitores relembrem não as minhas *vivências nos trabalhos de campo*, mas o conceito de trabalho de campo que utilizo nesse estudo.

O trabalho de campo, aqui, é visto como uma atividade que está além das salas de aula e que abre a possibilidade de reunir os três vetores que compõem a universidade: pesquisa, ensino e extensão - nesse caso tida como sinônimo de prestação de serviços e assistencialismo.

Por isso, o Projeto Paraguaçu surge como possibilidade de reflexão acerca da instituição e como uma atividade que não se vincula a um desses três pilares, especificamente; pelo contrário, os reúne.

Assim, as técnicas desenvolvidas dentro desse projeto não obedecem aos rigores das técnicas de pesquisa. Une-se a isso a pretensão de experimentar outras formas de abordagem, de vivência de contextos e de convivência com os grupos humanos e entre as pessoas que ocupam a posição de estudantes universitários (ou não). Aliás, a marca desse projeto é a *experimentação metodológica* (e não só).

Fizemos, pois, entrevistas abertas, em que as pessoas abordavam o conteúdo temático que lhes convinha, baseadas na experiência de vida singular; registramos alguns dados nos cadernos de campo (utilizados inicialmente), tiramos algumas fotos com consentimento dos moradores, visitamos alguns povoados, participamos de alguns espaços do cotidiano deles e relatamos tudo oralmente, em encontro às quartas-feiras, na Faculdade de Educação da UFBA, com o objetivo de socializar as informações de determinada viagem, a qual nem todos participavam. As viagens acontecem nos fins de semana em sistema de rodízio. No máximo, quatro a cinco pessoas viajam durante esse período.

Não houve, pois, um objetivo determinado *a priori* a não ser o de trazer outros pontos de reflexão para a Academia e o de melhorar o modo de vida das pessoas de Santiago, dentro dos valores deles. Diante de tantas especialidades dos estudantes e de um grupo humano com subgrupos diferentes, não pudemos traçar um limite de atuação. Isso foi se desenhando com o tempo de convivência com as

pessoas e a vivência dos contextos.

Os relatos escritos foram feitos com base nessa dinâmica e com certa liberdade no formato. O objetivo dessa feitura era também para que todos ficassem conhecendo os eventos que foram vivenciados por cada um dos estudantes e mesmo a coordenadora de campo. Eram mais abrangentes que os relatos orais das quartas-feiras. Os relatos escritos também ajudaram na confecção de relatos escritos maiores, coletivos, entregues para os financiadores do projeto e aos grupos humanos de Santiago do Iguape.

Evidentemente que a elaboração desses vai envolver os vieses metodológicos que estão no fundante da filosofia do trabalho de campo em questão. É por isso que trago alguns comentários acerca desse antecedente que origina a intenção de estudo aqui proposta.

O que posso adiantar é que algumas características do Paraguaçu, enquanto trabalho de pesquisa, também, se encaixam naquilo que Bogdan e Biklen (1994, p. 47-51) enumeram como os pontos básicos da investigação qualitativa:

1. *Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.* (...) Os investigadores qualitativos freqüentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. (...)
2. *A investigação qualitativa é descritiva.* (...) A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo. (...)
3. *Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos.* (...)
4. *Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.* Não recolhem dados ou provas com o objectivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstracções são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando. (...)
5. *O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.* Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentidos às suas vidas. Por outras palavras, os investigadores qualitativos preocupam-se com aquilo que se designa por *perspectivas participantes* (...).

Como os dados recolhidos na vivência do Paraguaçu estão brutos, há que organizar o acervo, etapa prevista não só para ser desenvolvida na ACC desse semestre (2004.1) como também para servir como produto ao término do convênio com a FAPESB, um dos financiadores. Mesmo assim, julgo que o contexto poderia ser reconstituído por meio da escuta de fitas, do uso de fotos, de acesso informal a relatos orais dos participantes envolvidos diretamente no acontecimento, através de troca de e-mails e por aí vai; porém tive, a meu favor, o fato de ter me inserido, durante cinco anos, nessa experiência, constatação que me isentou da atividade de retornar ao material coletado pelo Projeto Paraguaçu.

Mas, que fique claro que esse projeto não se constitui em uma pesquisa apenas. O meu estudo, em particular, entretanto, se configura como uma pesquisa de mestrado. O desenho desse estudo foi um processo demorado. Tinha em mente apenas a idéia. Para a delimitação do projeto foram precisas várias escritas e diversas apresentações em público. O exercício do auto-entendimento da proposta foi muito importante. Inúmeros foram os momentos em que acordava no meio da noite rabiscando e buscando o “formato final” do estudo. Nas conversas com a orientadora professora doutora Dinéia Maria Sobral Muniz e em diálogos com o professor doutor Miguel Angel García Bordas, para cada sessão agendada, era uma novidade que eu levava, uma leitura outra da intenção inicial. Só para os leitores terem uma idéia, o fechamento do texto do projeto de estudo para o mestrado é um pouco diferente do que aqui estou focando. Taí a *Jogada de mestre*: essa é a característica de que falei do texto inacabável. Tive de fazer um acordo com o tempo colocar um ponto final. Entendo que isso faz parte do processo de pesquisa. E acho interessante que se coloque essa dificuldade de estruturação de um projeto de estudo de mestrado, uma vez que o tempo que se tem é bem curto (dois anos) e que há uma quantidade de disciplinas considerável a ser cursada e aquelas destinadas a exigir um formato para o seu estudo antes mesmo que se mergulhe no processo de pesquisa. Essa é a regra do jogo.

Nesse ponto, alio-me ao jogador Feyerabend (1989, p. 32) quando este diz que:

Criação de uma *coisa* e geração associada à compreensão de uma *idéia correta* dessa coisa são, muitas vezes, partes de um único e indivisível processo, partes que não podem separar-se, sob pena de interromper o processo. Este não é orientado por um programa bem definido e, aliás, não é suscetível de ver-se orientado por um programa dessa espécie, pois encerra as condições de realização de todos os programas possíveis. É, antes, orientado por um vago anelo por uma 'paixão' (Kierkegaard). A paixão faz surgir o comportamento específico e este, por sua vez, cria as circunstâncias e idéias necessárias para análise e explicação do processo, para torná-lo 'racional'.

Eu tinha uma paixão e tentei torná-la "racional".

O que era preciso, com certeza, era chamar atenção para aquele tipo de leitura e escrita que, de certa forma, envolvia um grupo e determinava aquele percurso traçado por Silva (2002). Algo até então característico de uma forma de escrita e leitura que não massacra a pessoa que escreve porque há uma liberdade nas invenções (formulações) e uma contaminação (ressonância) por parte dos outros com os quais houve diálogo. Esse é o olhar "positivo" (se é que se pode colocar as coisas desse modo) sobre a modalidade escrita, tão temida por muitos dos quais os mitos acerca da língua assustam.

Mesmo com essa "metamorfose ambulante" constante na delimitação da minha temática, o como mergulhar no material não ficou suficientemente demarcado até o próprio contato com o *corpus*. E então o Estágio Docente foi fundamental, porque segui dialogando com pessoas tais como Lícia Beltrão e Aline Moura e as estudantes do curso, abraçando leituras outras.

A seleção desse material (os relatos escritos) se deu com alguma dificuldade. Resolvi abranger o momento de transição do Paraguaçu, em que não predomina o diagnóstico. Trata-se de um período de convivência em que a quantidade de propostas, visando uma construção coletiva com os grupos humanos locais, manifestam-se em demasia. É um momento, pois, de muita reflexão acerca da ação e do papel dos dois lugares nesse processo. A seleção foi cheia de idas e

vindas... recordo-me que em uma exposição pública do meu estudo no EPENN¹⁵ uma pesquisadora chamou-me atenção para a minha vontade de abranger muitas coisas (troca de e-mails, gravações das reuniões das quartas e por aí vai) dentro do *corpus*. Fiquei bem angustiado com aquele depoimento e revi os meus planos.

Além disso, como já disse anteriormente, o acervo do Paraguaçu ainda não está organizado e, por isso, a seleção também teve que contar com uma dose de paciência, uma vez que alguns relatos estão em disquete, mas não estão impressos. Outros ainda nem estão mais no acervo do Projeto por conta de alguns contratemplos tecnológicos: há quem tenha perdido tudo que fez nos seus respectivos computadores por causa de um HD queimado ou coisa do tipo. Tudo isso direcionou a minha seleção.

Quanto ao estudo, propriamente dito, aproximo-o de um estudo de caso. E o que é o estudo de caso?

Lüdke e André (1986, p. 18-20) especificam o que seria essa técnica de pesquisa, listando algumas das características principais. Lanço mão dessas palavras, trazendo essa enumeração e submetendo-a a um comentário:

- *Os estudos de caso visam à descoberta.* Mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. (...)
- *Os estudos de caso enfatizam a "interpretação em contexto".* Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. (...)
- *Os estudos de caso buscam retratar a realidade concreta de forma completa e profunda.* O pesquisador procura a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. (...)
- *Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.* Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes. (...)
- *Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações*

¹⁵ Trata-se do XVI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte-Nordeste, em Aracaju (SE), que ocorreu no período de 10 a 13 de junho de 2003, na Universidade Federal de Sergipe. Nesse encontro, apresentei, em forma de pôster meu estudo que tinha o título "Animando as palavras... Como os modos de resposta interferem no funcionamento dialógico dos trabalhos de campo". Expus no dia 12 de junho de 2003, das 16:30 às 20:30.

naturalísticas. (...) Em lugar da pergunta: este caso é representativo do quê?, o leitor vai indagar: o que eu posso (ou não) aplicar deste caso na minha situação? (...)

➤ *Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. (...)*

➤ *Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.*

Todas as características listadas estão presentes nesse estudo, porém há que se ter uma atenção especial à quarta, uma vez que a variedade de fontes de informação está na experimentação metodológica do Paraguaçu, mas parecem não integrar o estudo ao qual me propus. Parecem. Por enquanto, segurem suas *cartas*, leitores! Voltaremos a esse ponto.

Por essa coincidência de características com o estudo de caso, posso considerar que ainda é possível fazer uma delimitação mais específica, segundo a perspectiva de Bogdan e Biklen (1994), que denominam de *análise situacional*, estudos do tipo, visto que o que está em foco é a impressão de cada pessoa (formulações), participante da experiência, e de todo o grupo (grupo de estudos) acerca da convivência com os grupos humanos locais, consigo mesmo e com os outros integrantes do projeto. São vários pontos de vista de uma situação de trabalho de campo em “comunidade”. E como dizem esses autores (Bogdan e Biklen, 1994, p. 93):

Nesse tipo de estudo é investigado um determinado acontecimento (por exemplo, a expulsão de um aluno da escola) do ponto de vista de todos os participantes (o aluno, os seus amigos, os pais, o diretor e o professor que desencadeou a acção). Os registos do caso podem ser utilizados de forma alargada.

Optei, assim, por oito relatos escritos de oito pessoas diferentes: estudantes de Artes Plásticas (dois), estudante de História, estudantes de Ciências Sociais (dois), estudante de Psicologia, estudante de Pedagogia e Coordenadora de Campo (sem curso superior); dos quais seis integram o universo do UFBA em Campo e dois o da ACC.

Houve uma consulta a essas pessoas acerca da possibilidade de análise (em tempos distintos) e, em função disso, uma estruturação do *corpus*. Comprometi-me eticamente a não revelar os nomes das pessoas e nem dos moradores do lugar,

uma vez que alguns conflitos provocam um aflorar de emoções e declarações, de certo modo, comprometedoras, mas parte do movimento da vida. Porém, não submeti as pessoas a nenhum consentimento formal, visto que pretendo mostrar as análises e os relatos escritos escolhidos antes mesmo da exposição à Banca Examinadora. Os princípios éticos em que me baseei foram os mesmos que Bogdan e Biklen sugerem na sua obra (1994, p. 75):

1. Os sujeitos aderem voluntariamente aos projectos de investigação, cientes da natureza do estudo e dos perigos e obrigações nele envolvidos.
2. Os sujeitos não são expostos a riscos superiores aos ganhos que possam advir.

Julgo que esses princípios são tão básicos que não preciso me ater muito nessa questão. De fato, comuniquei por e-mail aos interessados do que se tratava o estudo e me comprometi a devolver a análise para que eles vejam se há possibilidade de prejuízo ético. Os nomes estão representados por letras para que a identidade não seja revelada. O que importa é o funcionamento desse modo de educar coletivo da leitura de experiência e produção de textos.

Colocando as *cartas* na mesa: acerca da necessidade de triangulação dos dados ou de alargamento dos registros ou da variedade de fontes de informação – um dos princípios essenciais do estudo de caso –, vejo que a concepção da AD pressupõe que o texto em si é uma fonte de variadas possibilidades de dados, não havendo necessidade de aprofundamento na quantidade de material ou de dados.

Além disso, a confecção dos relatos escritos envolveu uma verdadeira triangulação dos dados, como já disse anteriormente, com consulta a documentos oficiais em determinados momentos, com uma observação nos moldes de uma pesquisa participante, em que o observador participa de algumas ações, mas não esquece seu compromisso de pesquisa; com entrevistas espontâneas e por aí vai. É bem verdade que essa triangulação anterior à elaboração dos relatos foi conduzida pelas próprias pessoas “alvos” de meu estudo, mas, mesmo assim, deve ser considerada, uma vez que estou partindo da escrita de pessoas que estão em posição de pesquisadores/mestres/aprendizes/estudantes. Todos esses lances estão

materializados nos textos, não havendo precisão de variar as fontes de dados.

A triangulação é muito mais de perspectivas dos pesquisados. Cruzei versões escritas diferentes de um recorte de convivência e vivência num trabalho de campo tal como o Paraguaçu.

Essas versões escritas poderiam ser consideradas “documentos pessoais” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 177-178). A terminologia “documentos pessoais” é “usada de forma lata para se referir a qualquer narrativa feita em primeira pessoa que descreva acções, experiências e crenças do indivíduo” e estes têm como objetivo a obtenção de “provas detalhadas de como as situações sociais são vistas pelos seus actores e quais os significados que vários factores têm para os participantes” (Bogdan e Biklen, 1994, apud Angell, 1945, p. 178).

Esses documentos pessoais, diz-nos os autores, não são solicitados pelo investigador, mas sim escritos espontaneamente. No caso dos relatos escritos, a solicitação parte do projeto Paraguaçu, mas para objetivos de socialização e não para fins de pesquisa. Claro que me aproveitei dessa condição para estudá-los.

Os diários íntimos são tidos como “o produto de uma pessoa que mantém uma descrição regular e contínua e um comentário reflexivo sobre os acontecimentos da sua vida” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 177). Não chegam a ser comentários regulares e contínuos (os dos relatos escritos), mas apresentam alguma frequência acerca da experiência em campo e envolvem sentimentos e emoções acerca da vida e das pessoas. E quanto aos diários de viagem não são tão íntimos, segundo os mesmos autores, mas revelam algo sobre a vida.

Em princípio, algum pesquisador mais afobado poderia encaixar essas versões escritas da experiência no Paraguaçu como um relatório de atividades, portanto, poderia ser visto como um documento oficial, muito mais do que pessoal, dado o seu carácter de prestação de contas aos financiadores. Entretanto, por causa da liberdade de formato, estes têm uma aproximação, ao mesmo tempo, com os diários de viagens, por se tratar de impressões acerca de experiências de outro lugar, e com os diários íntimos, já que possuem registros do ser também. Mas, como não têm a frequência de anotações de um diário, constituem-se em documentos pessoais classificados por mim de relatos escritos.

Esses “tipos relativamente estáveis” de uso da língua em cada esfera da atividade humana, nesse caso o de leitura do trabalho de campo, dizem respeito a algo que Bakhtin (2000) denomina de “gêneros do discurso”. Esse autor (Bakhtin, 2000, p. 279) ainda acrescenta:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Bakhtin (2000, p. 281) diferencia duas formas de gênero do discurso:

Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso *primário* (simples) e o gênero de discurso *secundário* (complexo). Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios...

Por isso, os relatórios de atividades, fruto da leitura da experiência de trabalho de campo, se constituem em um tipo de gênero secundário, com sua estabilidade “do ponto de vista temático, composicional e estilístico” (Bakhtin, 2000, p. 284). Mas “A ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular” promove a modificação desses gêneros, pois “Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, destruimos e renovamos o próprio gênero.” (Bakhtin, 2000, p. 286).

Parece-me que, a partir desses esclarecimentos, os relatos escritos do Paraguai têm esse tom de flexibilização do gênero secundário de discurso que é o relatório de atividades. Classificá-lo é limitá-lo quanto às suas possibilidades. Por

isso, afirmo que os dados são inúmeros.

Assim, recorri a Análise de Discurso para dar conta dessas concepções de texto e discurso às quais me filio. Esse ramo do conhecimento, entre outros princípios e procedimentos, “não (...) objetiva (...) a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico”. Diz Orlandi que “A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática.” (Orlandi, 2002, p. 62-63).

A AD se diferencia da Análise de Conteúdo ou da Hermenêutica pois trabalha interrogando a interpretação; trata o texto como monumento e não como documento. Enquanto a AC procura o conteúdo do texto e a Hermenêutica centra na interpretação, a AD interroga a interpretação (o funcionamento dos gestos interpretativos da pessoa), trabalhando entre a descrição e a interpretação. O texto é monumento porque é materialização de um discurso e o discurso vincula o lingüístico, o sócio-histórico e a ideologia. Diz Orlandi (2001b, p. 89):

É tarefa do analista compreender tanto como os sentidos estão nele quanto como ele pode ser lido. Esta dimensão ambígua da historicidade do texto mostra que o analista não toma o texto como o ponto de partida absoluto nem como ponto de chegada. Ele considera como lugar em que se podem observar os gestos de interpretação dos sujeitos. O texto é parte de um processo discursivo mais abrangente. Com os resultados da análise não é sobre o texto que fala o analista mas sobre o discurso.

Orlandi (2001b, p. 86) sinaliza, anteriormente, que “As palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa”.

É exatamente, nesse “entremeio” discurso-texto que o analista deve atuar, carregando consigo um dispositivo teórico e um dispositivo analítico, fundamentais na tarefa do analista. Mas onde buscar esses dois dispositivos?

...há um dispositivo teórico estabelecido pela teoria do discurso e há o dispositivo analítico construído pelo pesquisador em seu campo de

pesquisa, sua filiação disciplinar, onde contam: a questão que ele formulou, o material coletado (superfície lingüística), a maneira como foi construído o objeto discursivo a partir do corpus constituído, a delimitação e montagem do material de análise, as noções que vão ser mobilizadas, orientadas pela pergunta que faz o analista na compreensão de seu objeto de estudos, em vista de sua finalidade. É a escrita do analista, face ao dispositivo analítico – cuja forma é determinada pela relação entre a natureza do material analisado, a questão posta pelo pesquisador e os procedimentos analíticos escolhidos – o analista vai formular os resultados no batimento entre descrição e interpretação. Uma vez feita a análise, ele tem sua escrita para “relatar”, para “expor”, seus procedimentos, as características do material trabalhado, seu procedimento descritivo, pondo seu leitor em contato (confronto) com seu dispositivo e os resultados obtidos. A partir daí ele estará, pela sua escrita, referindo os resultados à interpretação possível face à teoria que será a base de sua interpretação, em seu domínio teórico específico (a análise de discurso, ou a lingüística, a antropologia, a história etc). (Orlandi, 2001b, p. 52).

Porém, essa facilidade de *escapar* ao conteudismo ou somente à interpretação pura não foi um fato. Encontrei muita dificuldade em interrogar, apenas, a interpretação, como propõe Orlandi, sem ter a impressão de que era mais uma *versão* sobre os acontecimentos. A implicação direta com a vivência foi um complicador, considerando esse ponto de vista, mas ajudou, por exemplo, no *encharcamento* do processo.

Precisei, pois, voltar-me para os relatos escritos várias vezes, mesmo depois de julgar as análises como encerradas. Precisei também recorrer a teoria por diversos momentos. Busquei centrar o olhar na questão do funcionamento do grupo de estudos a toda hora.

Nesse momento, de análise propriamente dita, senti a mesma angústia relacionada ao ato de começar a escrever a dissertação. Ficar isolado ou dialogar? O diálogo vai me fazer transformar o texto constantemente ou vai amadurecer a minha análise, a minha escrita? Dilemas que surgem e que vejo, no compartilhar com os leitores, uma forma de acalmar futuros pesquisadores. A tensão que circula no jogar faz parte do jogo.

Enfim, negocie com o texto da dissertação e resolvi dar um ponto final. Teoricamente, entretanto, a *roda* está aberta para que os leitores entrem e joguem!

6 JOGANDO EM PARCERIAS: O FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE ESTUDOS

Para tentar chamar ainda mais os leitores para jogar, resolvi organizar uma *paceirada*. E como é isso? Como num jogo de dominó, trago alguns parceiros para jogar junto, nesse capítulo da dissertação. Para isso, apresento as condições mais amplas dos dizeres das pessoas do Paraguaçu (os discursos estavam mergulhados em quais condições?); as parcerias estabelecidas ou o meu olhar sobre como cada um organizou seu dizer (as formulações) e como os dizeres próprios movimentaram o dizer coletivo do Paraguaçu fazendo funcionar o grupo de estudos (a função das ressonâncias).

6.1 AS CONDIÇÕES MAIS AMPLAS DO DIZER DE CADA UM

Esses relatos foram escritos em duas fases diferentes do Projeto Paraguaçu. Já explicito os dois momentos, *Jogando na roda* para os leitores, mas não custa nada pincelar novamente.

Os seis primeiros relatos (NE, JM, NA, SH, AL e AU) estão imersos na primeira fase, correspondente aos anos de 2001 e 2002, em que propostas dos grupos humanos de Santiago do Iguape emergiam. Outra marca dessa primeira fase era a experimentação das Atividades Curriculares em Comunidade (ACC).

Algumas das propostas sugeridas pela “comunidade” e concretizadas conjuntamente (ou pelo menos rascunhadas) foram: a construção de uma biblioteca comunitária, a organização de uma cooperativa de pescadores, a aproximação com os professores, a elaboração de um jornal regional do Vale do Iguape.

Procuramos dar conta dessas possibilidades de ação simultaneamente.

O “Dia da Biblioteca no Iguape”, o evento de lançamento da campanha para construção conjunta da idéia e do espaço, foi marcado por atividades variadas desenvolvidas em parceria, dentre as quais, uma peça de teatro de um grupo denominado “Raízes do Iguape”, versando sobre a importância do livro e da leitura; uma oficina de argila em frente a Igreja Matriz de Santiago do Iguape; uma

performance corporal elaborada conjuntamente pelo professor e um dos estudantes de dança afro do local e mais um outro estudante da Universidade, utilizando a lama e colares de peixe (sustento da região); uma oficina de pintura; de fotografia; de poesia; uma roda de capoeira com os dois grupos do local e uma “apresentação” da Cia de Dança Afro-brasileira do Vale do Iguape. Porém, alguns conflitos *estancaram* essa iniciativa. A principal questão era a que as pessoas dos grupos humanos não tinham *encarnado* a idéia e nós terminamos sendo associados por uma das partes em desacordo. As rixas políticas atravessaram a iniciativa.

A organização da cooperativa de pescadores contou com um número razoável de pescadores que chegou a somar em algumas reuniões, mas a centralização em um deles que nem era pescador ativo terminou inviabilizando o processo. Além disso, não havia Colônia de Pescadores perto da região.

A aproximação com os professores das escolas Rural (ensino fundamental) e Estadual (ensino médio) foi embebida de muita euforia nos encontros iniciais, porém, tal como as outras iniciativas, não passou disso.

E a elaboração do Jornal Regional do Vale do Iguape (“O Iguape”) que contou com uma comissão editorial do local e com dois números iniciais financiados pela Universidade não teve fôlego para seguir caminho. O dinheiro dos outros números deveria ser arrecadado pelos moradores, o que não aconteceu, barrando a sua continuidade.

Chegou-se, inclusive, a conclusão de que as quatro associações presentes na “comunidade” de Iguape (Associação dos Moradores de Santiago do Iguape, Associação Beneficente Amigos do Iguape, Associação de Produtores e Agricultores e Associação de Agricultores e Produtores) poderiam se unir para facilitar o desenrolar das atividades. A reunião foi convocada pelos líderes das próprias associações e nós, do Paraguaçu, fomos convidados a participar juntamente com outros interessados. Esta aconteceu na sede da Associação Beneficente Amigos do Iguape. A reunião contou com um clima bastante tenso, porque, como já foi dito anteriormente, as divergências políticas pessoais eram (e continuam sendo) fortes o suficiente para inviabilizar iniciativas dessa dimensão.

Em parte, devido a essas *decepções*, nós, do Projeto Paraguaçu, vivemos um

esfriamento nas relações de convivência. Nada parecia *vibrar* da forma como esperávamos. A expectativa era grande, mas o ritmo de desenvolvimento das propostas era outro. Também os rumos tomados pela ACC garantiram um certo arrefecimento da nossa euforia.

Os períodos de greve iam e vinham e, com eles, a possibilidade de privatização rondava os corredores da UFBA e as medidas do governo caminhavam para isso.

No ambiente da extensão, a tentativa era de criar outras oportunidades para os estudantes universitários. As ACC tinham pela frente um longo processo de definição de suas fronteiras. Afinal, essas atividades estavam em consonância com a disseminação dos não-lugares, ou queriam romper com essa realidade contemporânea? A penetração nos currículos de graduação de uma atividade que pretendia seguir os fios do novo UFBA em Campo incomodou alguns setores da instituição ligados a experiências iniciais de trabalho de campo. Outros, porém, viram nas ACC a oportunidade de alguns estudantes também participarem de vivências desse tipo. O fato é que, para se inserir na graduação, as ACC tiveram que se adaptar ao controle que uma disciplina está sujeita. A partir dessa exigência, a coordenação desse programa buscou alguns critérios que flexibilizassem a burocracia surgida desde então: algumas pessoas dos grupos humanos do interior ou da própria Salvador foram escolhidas para fazer parte dos projetos oficialmente com direito a bolsa.

Saltando como no jogo de amarelinha, vou me ater aos outros dois relatos (IV e GL) que foram mais recentes que os anteriores, já que os textos estão relacionados aos acontecimentos que se precipitaram no ano de 2003. Portanto, já tínhamos quatro anos de convivência em Santiago do Iguape. Esses quatro anos permitiram já a transição para uma outra fase do projeto em que ações foram apontadas pelos grupos humanos da Universidade contando com a reflexão conjunta da comunidade. *Jogando na roda*: o Projeto Paraguaçu tem, a partir desses relatos escolhidos, uma outra configuração, *Anexos-J*, mas que depende dos fatos vivenciados no primeiro momento. Nada é jogado fora.

As ações sinalizadas nessa fase partem de atividades já realizadas por

peessoas ou grupos de pessoas de Santiago do Iguape e povoados circunvizinhos. Posso citar tais atividades, caso seja do agrado de quem lê : a fabricação do dendê, a capoeira, a pesca, a construção naval artesanal e a dança afro-brasileira. As oficinas teriam como centralidade as próprias pessoas do local e envolveriam uma intenção maior de montar um Arranjo Produtivo Local.

Dentro dessa perspectiva, os dois estudantes refletem sobre diversas questões associadas ao discurso alimentado dentro do Projeto Paraguaçu.

6.2 O MEU OLHAR SOBRE COMO CADA UM ORGANIZOU O SEU DIZER (AS FORMULAÇÕES)

6.2.1 Parceira NE: cada palavra no seu grupo

As condições de escrita mais específicas desse relato de NE, *Anexo-A*, situam-na como uma estudante de Artes Plásticas, membro do Projeto Paraguaçu, desde o início, e acompanhante do UFBA em Campo desde a criação do Programa.

Ela trata dos acontecimentos que dizem respeito à transição *UFBA em Campo* e *ACC* e reflete acerca da identidade de grupo e da atividade de dança para os membros da Cia de Dança Afro do Vale do Iguape. E não só. Reflete sobre a postura do grupo da Universidade frente aos grupos humanos de Santiago do Iguape e vice-versa. Como os efeitos desse movimento de mão dupla podem interferir nessa identidade do grupo?

Nesse jogar, só para situar os leitores, tenho a intencionalidade de seguir os rastros das *pegadas* que me levam a uma direção recortada que é a análise do funcionamento desse grupo de estudos nas práticas discursivas (leitura da experiência e registro desta), diante do contexto maior de disseminação dos não-lugares e dos modos de educar pautados nas *pistas sinalizadas* oferecidas pela globalização. Pistas sinalizadas que determinam discursos a serem consumidos (“travestimento discursivo”, “fabulações”, nos dizeres de Duschatzky e Skliar (In: Larrosa e Skliar, 2001) e de Santos (2000), respectivamente).

Então, como as formulações de NE fazem o grupo de estudos funcionar?

Esse é o meu recorte, não só para essa análise como para as demais que vão se seguir.

Primeira coisa que me chama atenção é que, para entender o grupo, NE se volta para ambas as realidades, tanto a da Universidade como a de Santiago do Iguape. Observa, pois, o segundo grupo humano visando atentar para o tipo de interferência que tem feito a instituição (e seus estudantes) e os efeitos que essa convivência conferiu ao discurso do grupo acadêmico. Não para por aí: também avalia os efeitos da convivência no grupo de dança afro.

NE revela, nesse seu gesto de escrita, um deslocamento em relação às práticas discursivas dos trabalhos de campo que, freqüentemente, dessecam o lugar “comunidade” e não olham os grupos da universidade. Estes são tidos como os donos dos valores “corretos” e incontestáveis, que apenas utilizam aqueles para praticar uma teoria qualquer. Os escritos, nesse contexto, costumam enumerar uma série de atividades cumpridas que fazem parte de um roteiro previamente elaborado e que *contam pontos para os pesquisadores*, pois a quantidade vai bem com a produtividade desejada. NE tem consciência desse arquivo. O pensar o próprio grupo requer um pensar na relação que tem sido estabelecida com o outro, aqui tido como grupo humano de Santiago do Iguape (mais especificamente representado pelas pessoas da Cia de Dança Afro-brasileira do Vale do Iguape). E prestem atenção que ela apenas escolhe uma dimensão dessa relação com o todo de Santiago (um subgrupo da “comunidade”).

E aí mesmo já existem conflitos. Na transição do *UFBA em Campo* para a *ACC*, alguns integrantes dos grupos humanos de Santiago do Iguape foram escolhidos para fazer parte do Paraguaçu oficialmente. Todos eram da Cia de Dança Afro-brasileira do Vale do Iguape, devido à familiaridade criada com essas pessoas. Porém, NE chama atenção para o desnudamento dos conflitos provocados por fatos tais como a oferta de bolsa para os “oficializados” e a escolha para aparecer em uma foto do aniversário comemorativo da Companhia. Por que isso?

A noção de grupo, segundo NE, é alimentada pelo diálogo, por uma autocrítica que vai desenrolar uma mobilização, dentro de seus próprios limites (e não só!). Se isso não ocorre, os grupos não se ampliam e ampliam o seu campo de ação; não se movimentam. Caem, sim, num comodismo e se tornam *panelinhas*.

Daí, NE pede *pressa*, re-significando o conceito de rapidez, expressa no título “Rápido Recôncavo!”, que, de acordo com o arquivo organizado dentro desse campo discursivo, poderia ser lido com o sentido de *velocidade* tal como circula nos não-lugares (no sentido de produtividade). Contudo, essa urgência é de mobilização, de iniciativa. Essa *pressa* é devido aos meios de travestimento (as “fabulações”; Santos, 2000) que são usados para banalizar as formulações possíveis. A ação continua sendo a melhor forma de amenizar as formas de travestimento, segundo os vestígios deixados pelos gestos interpretativos de NE. Práticas tais como a explicitada no parágrafo dois, fazem crer que o discurso construído pelo grupo do Paraguaçu não é *balela*:

Na primeira viagem do mês, a partir de um [com] encontro com dona MQ no ônibus, combinamos nossa contribuição para o terno de reis de lá. Há muito ela se queixava da falta de tecido para a confecção das roupas dos brincantes. Acertamos, então fazer tudo com material reciclado. Desenhamos os modelos da porta estandarte, reis magos, camponesas, etc. Definimos o tema: a própria Santiago; e os materiais a serem utilizados para as oficinas e a data de apresentação do Terno de Reis, 06 de janeiro de 2001.

Os verbos no plural marcam essa mobilização de um grupo, já pré-existente que trabalhava em cima desse objetivo do Terno de Reis. Esse é o fundante do gesto interpretativo expresso pelo uso do “Rápido”, reforçado pelo decorrer da leitura do texto. Como no Iguape as pessoas se envolvem e se articulam em torno de eventos festivos ou religiosos próprios dos valores locais, NE direcionou seu olhar naquelas atualizações (daqueles lances) em que o diálogo e a ação caminham juntos para reforçar seu argumento. Evidentemente que, ao materializar textualmente, o equívoco se instaura: da forma como os verbos se sucedem, após o enunciado “a partir de um [com] encontro com dona MQ no ônibus” (sic), pode-se interpretar que NE e MQ decidiram tudo sozinhas sem o envolvimento de um grupo maior. Isso não está dito no texto, mas a vivência me permite acrescentar que outros jovens estiveram nesse processo.

Para o grupo se constituir, funcionar, NE sugere que esteja antenado com os acontecimentos relacionados ao seu “lugar” e não só aqueles lances vinculados às

relações de campo.

A seguir, ocorrências de enunciados que retratam o cuidadoso olhar que NE evidencia para com cada lugar diferente: ela não os quer fusionar, quer apenas que sejam observados conforme suas dinâmicas internas. A materialização (o discurso que fica no papel como texto) tem a intenção de fazer o leitor não pensar num grupo só (o do Paraguaçu e mais o da Cia de Dança), mas sim em dois grupos que se interafetam, porém não se mesclam. Cada palavra tem um sentido diferente, conforme o lugar em que está. Vou, pois, apresentar um pequeno quadro com alguns exemplos:

Grupo da Cia de Dança

A1. O Grupo de dança Afro vivia – acho que ainda vive – uma grande desarticulação.

B1. A dança é uma alternativa de lazer, mas a expectativa não é mais a mesma pois acham que já sabem todos os passos, mas não tem aonde apresentar.

C1. Com relação a [à] idéia de grupo, a deles ainda é muito verticalizada. Esperam sempre que AN diga o [que] deve ser feito.

Grupo do Paraguaçu

A2. Do nosso lado, na nossa realidade – a Universidade – acontece algo parecido.

A3. Temos que olhar para frente, ver o UFBA em Campo como lição de como as coisas podem ser e de como nossa desarticulação permitiu seu fim.

B2. Em nossas reuniões, a UFBA parece nem existir. Estamos numa greve, num momento crucial para as IFES e, ainda negamos sua a [a sua] existência.

B3. Claro que nos inquietamos com a burocracia e os critérios que regem e levam a UFBA não se sabe para onde. Mas não adianta negar esse espaço, temos que estar lá dentro, dominar essa estrutura. Mas de fora¹⁶ nada acontecerá de novo...

C2. (...) nenhuma mudança ocorrerá se ficarmos somente criticando a Proext, FHC, a Reitoria, as Faculdades...

¹⁶ Esse destaque é da pessoa que escreveu o relato. Os demais, são meus.

C3. Mas, quando discordam não debatem nem criticam coletivamente a Companhia.

D1. Daí as picuinhas (...) dos [dançarinos] que foram incluídos oficialmente no Projeto Paraguaçu com bolsa.

À [A] esses últimos cabem mais críticas. São criticados porque, segundo os moradores, quando a gente chega no Iguape ele[s] põem o caderno debaixo do braço e nos seguem.

D3. E a iniciativa própria, cadê?
É uma crise de identidade. A autocrítica é muito importante.

E1. Estamos parecendo Santiago quando diz que *“antigamente aqui era assim, antes tinha isso, aquilo outro”*. Dá a impressão [de] que o passado foi melhor e nada de novo acontecerá. Isso é péssimo!

E2. Temos que nos auto-avaliar, rever nossas possibilidades de dedicação, nossas prioridades, talvez esteja na hora de cortar o cordão umbilical. Sabemos que o projeto não pode continuar assim... Temos que redefinir os papéis de acordo com os objetivos do Paraguaçu.

Os atenuantes (verbos parecer e achar) revelam uma preocupação com a não comparação de realidades diferentes. Nos gestos interpretativos, parte da memória arquivada nesse campo discursivo (o dos trabalhos de campo), a comparação é constante, mesmo que subentendido, de modo que os valores de metrópole (jamais contestados) determinam as ações em “comunidades” que alimentam outros valores. Não se observam os contextos, mas os roteiros de ação para a localidade, independente das suas singularidades.

Diante dessa pressão, e em meio ao discurso da convivência com o diferente (alimentado pelo Projeto Paraguaçu), NE atenua a possibilidade de comparação direta. Mas não se isenta de emitir sua opinião, uma vez que o momento é de convivência de dois anos e meio, um “momento no qual também interferimos” e que, portanto, já permite algum posicionamento.

C4. (Taí um momento interessante daquele povo de Letras que tem se reunido para fazer um manifesto).

D2. Ou será que eles, que vivem no Iguape, adotaram (metade) do nosso discurso “não vamos fazer nada para vocês”, o discurso de quem é da universidade, no caso, Projeto Paraguaçu?

As palavras funcionam conforme a posição do leitor. NE percebe isto e as alia aos contextos ideológicos correspondentes.

A “desarticulação” (ver A1, A2 e A3) tem efeitos diferentes para os lugares em que é usada. No grupo da Cia de Dança Afro, tem o sentido de silenciamento (não posicionamento) em relação aos acontecimentos, de respeito às hierarquias. Nos grupos do Paraguaçu, a palavra tem um sentido de não mobilização junto à instituição, de crítica apenas, mas não atuação coletiva. Neste ponto de vista, estar “fora” da UFBA é não olhar o contexto em que esta está, no caso o da greve e da possibilidade de tomada de medidas que privatizem a instituição pública. Para NE, os contextos em que há uma possibilidade de transformação são aqueles em que a mobilização coletiva é um fato. Negar esse espaço, é negar as possibilidades de mudança.

Por isso, para cada lugar, seja o dos grupos humanos de Santiago, seja o da Universidade, conseqüentemente, a palavra “mudança” irá ter um efeito de sentido diferente: no primeiro caso, esta vem com o *simples* dar voz ao grupo como um todo; no segundo caso, a mudança surge do movimento (da mobilização) junto aos órgãos *maiores* da instituição.

Quando tomo os enunciados de D1, D2, D3 e E1, percebo que NE direciona seu gesto interpretativo para as ressonâncias decorrentes dessa convivência. O foco num julgamento dos próprios moradores de Santiago acerca daqueles membros da Cia de Dança que integram o Projeto Paraguaçu oficialmente (inclusive recebendo bolsas) (veja D1) reflete um efeito da postura e do discurso dos estudantes universitários, nos primeiros dias de convivência, sobre aqueles: “será que eles (...) adotaram (metade) do nosso discurso “não vamos fazer nada para vocês””. “Fazer nada” para os jovens da Cia de Dança tem um outro sentido, funciona de forma diferente. Por isso, cruzaram os braços e só fizeram seguir os estudantes da Universidade, alimentando ainda mais o silenciamento detectado por NE.

Por outro lado, também no discurso da Universidade, especificamente nas pessoas que vivenciam o Projeto Paraguaçu, NE aponta uma ressonância expressa pela citação “antigamente aqui era assim, antes tinha isso, aquilo outro”, que já no

formato revela o gesto interpretativo da pessoa que escreve. Ela se preocupa em sinalizar para a semelhança na estrutura argumentativa e não para a semelhança de conteúdos. As aspas marcam a distância do locutor em relação ao que é citado, ou melhor, a discordância com aquele enunciado, reforçada pelo dizer final do parágrafo: “Isso é péssimo!”.

Até aqui, qual a contribuição que NE traz para o funcionamento do grupo de estudo do Paraguaçu como um todo? Ela sinaliza para a cautela que qualquer pessoa tem que ter quando constrói o seu discurso para o outro (tido como as pessoas de Santiago do Iguape). Algumas palavras estão tão encharcadas com alguns sentidos que podem *sair pela culatra*, em relação à intenção desejada por aquele que diz (escreve, ou lê).

Aí então, emerge o enunciado de E2, em que as estruturas imperativas são recorrentes. Segundo Orlandi (2001a, p. 154), os tipos de discursos são três: o lúdico, o polêmico e o autoritário. No primeiro, a relação entre os interlocutores é aberta; no segundo, a relação é controlada, tensa; no terceiro, a relação é de ordem, de comando, de contenção, silenciamento. O discurso pedagógico tem se transformado na contemporaneidade, mas ainda predominam os manuais do como fazer, a política do roteiro. Nos trabalhos de campo não é diferente (ou pelo menos não era)¹⁷.

NE vê como obrigação uma re-estruturação da noção de grupo alimentada até então. Não só ela, já que o locutor é marcado pelo tempo no plural, o que lhe confere um *status* de autoridade, porque a afirmação tem um efeito coletivo. Daí, um vestígio de que houve uma conversa com mais alguém, que houve um diálogo em grupo. Isso faz com que ela não se preocupe com o que deve ser dito (formação discursiva). Assim como o Paraguaçu estabelece que as propostas dos grupos humanos *devem ter* um número bom de proponentes para evitar assistencialismo, NE marca, textualmente, que o seu dizer é coletivo e autoriza-se a usar as estruturas imperativas.

Daí, depreendo que um dos integrantes do grupo de estudos que afirma

¹⁷ Digo isso porque os leitores podem ver nas minhas afirmações um certo pessimismo. Mas, pelo contrário, hoje posso dizer que a abertura oferecida pelo Programa UFBA em Campo, e depois ACC, fez com que outras posturas de experimentação metodológica direcionassem a minha convicção para uma previsão otimista, no que diz respeito às ações nos trabalhos de campo.

“autoritariamente” é porque tem um diálogo com outros dos membros desse grupo, o que lhe confere certa autoridade para tal.

Com essa *batida*, vou puxar outro parceiro.

6.2.2 A formulação de JM: atenção às fabulações

As condições mais específicas de produção desse relato escrito, *Anexo-B*, situam-no como estudante de Artes Plásticas e membro do Projeto Paraguaçu, desde sua fundação, mas não inserido no Programa UFBA em Campo, desde sua criação.

A situação é a de prolongamento de uma proposta maior, já referida, a da criação da biblioteca comunitária em Santiago do Iguape.

Os “Viajantes” tiveram uma responsabilidade delegada pelo grupo da UFBA e pelos integrantes dos grupos humanos vinculados ao Paraguaçu, oficialmente: o levantamento bibliográfico dos livros doados à biblioteca. Eram muitos e isso exigia esforços, em mutirão, para dar conta do acervo. A partir daí, fichas catalográficas seriam elaboradas e afixadas aos livros, já para os empréstimos.

Diante dessa tarefa árdua, JM buscou uma relação com as provas do Big Brother Brasil, programa da Rede Globo de televisão que utiliza as pessoas tidas como *comuns* (que não são alvos do assédio constante da mídia) para competir por quinhentos mil reais – recentemente, o prêmio mudou para um milhão de reais –, sendo observadas de todos os ângulos pelos telespectadores. De semana em semana, cada participante vai sendo eliminado até sobrar um, o grande vencedor.

O cerne do programa é a competição entre os participantes, por isso o objetivo da convivência é o dinheiro, característica associada aos não-lugares. O que a primeira vista parece estimular novas relações alimenta, em especial, a jogada do Mercado que é a competição.

O programa se caracteriza, entre outras provas, por aquela cujo prêmio é comida, ou melhor, consistem em chances de aumentar o estoque inicial da casa. Através de uma prova delegada a todo o grupo, essa chance pode se converter em ganho ou perda. E é isso que JM buscou para fazer funcionar a sua escrita. De todos os momentos do BBB, esse parece ser o que menos proximidade tem dos princípios

alimentados pelos não-lugares. Há, no entanto, cobrança (por empenho) de cada um para com o outro. Há que exigir empenho do outro para que todos ganhem a comida. Se o grupo perde, abre-se a possibilidade para conflitos. Aliás, outro estímulo do programa é para que os conflitos ocorram, uma vez que isso pode aumentar o ibope.

Com base nessas condições de produção, JM utiliza a estrutura desse jogo porém com a intenção de ironizá-lo, de romper com sua lógica, re-significando as palavras que nele aparecem.

A expectativa criada pelos participantes do Paraguaçu (e mesmo das pessoas que ocupam a posição de estudante que vai redigir um relato de experiências) é de uma escrita quantitativa e qualitativa. Diante da intensidade de experiências vividas, mesmo no curto tempo medido pelo relógio, as palavras devem se esforçar para captar essa qualidade. Os gestos consumidos nos não-lugares têm privilegiado a escrita burocratizada, setorializada para maior entendimento do leitor, em curto número de páginas. Segue-se, geralmente, um roteiro¹⁸. Os gestos de interpretação/escrita dos entre-lugares (Projeto Paraguaçu) têm se pautado numa escrita impressionista e não segue um roteiro delimitado. Por isso, espera-se muito da escrita.

Antecipando essa cobrança, JM define a sua escrita como um “Brevíssimo relatório”. Há, pois, uma tensão dessa pessoa quanto ao gesto de interpretação que seus colegas irão manifestar. À estrutura tradicional (“Tarefa”, “Tempo”, “Participantes”, “Tarefa cumprida” e “Premiação”), setorializada, JM combina comentários parentéticos e difere na sua premiação.

Dessa forma, aparentemente, o que marca o gesto interpretativo dele é a ironia. Mas, segundo Maingueneau (1996, p. 96-97),

...a ironia constitui uma estratégia de decifração indireta imposta ao destinatário, ela não poderia se contentar com sinais exageradamente evidentes que a fariam “cair” no explícito. Isto explica que muito freqüentemente não é possível determinar univocamente se um texto é irônico ou não, já que não são claro os índices de distanciamento.

¹⁸ Esse roteiro tem sido composto pelas partes: introdução, objetivos, atividades desenvolvidas e conclusão.

A tensão desse estudante está na recepção do seu gesto de escrita pelo grupo do Paraguaçu. Daí a sua ironia adquirir um caráter explícito a ponto de se aproximar do pólo cômico (parodístico). A observação do texto é a prova cabal dessa tensão, quando ele diz: “fiquei sabendo das provas do programa através de meu irmão, isso quer dizer: NÃO ASSISTO AO BIG BROTHER. Acredite!”.

Quanto à leitura da experiência, JM viu semelhança na exigência de empenho por parte de todos para que ganhassem tempo para a “Premiação”. O prazeroso não está na “Tarefa”, mas nos prêmios.

Agora, posso, então, fazer algumas correspondências, quanto aos comentários parentéticos, a observação e o enunciado final, que provocam uma resignificação nos gestos de interpretação que têm circulado nos não-lugares:

- “Viajantes”: no sentido não de elocubração (acadêmica), nem de deleite, mas sim de participação da viagem;
- “Levantamento dos dados bibliográficos dos livros doados à futura Biblioteca de Santiago (um dia sai!)”: carga semântica que preserva o processo todo, a história, que pede pelas referências intertextuais. O que aconteceu antes (as jogadas já-jogadas) que permitem ao jogador fazer uso dessa expressão?;
- “AN, ER, CL, GA, IV, O Y (como é mesmo o nome daquele rapaz, filho de MI, ainda em obrigação de santo?) e JM”: esquecimento, deslize; modo de nomear presente nas jogadas dos lugares, recorrendo a referências de parentesco ou de candomblé;
- “levantamos as referências de 190 títulos (ufa!)”: dimensão do trabalho, do processo; um certo alívio por ter cumprido a *obrigação*. Alguns desdobramentos da convivência não são prazerosos, mas se transformam em obrigações. A associação com o BBB é válido nesse sentido: não é um bom programa, na concepção de JM, porém funciona na leitura dessa vivência;
- “Camarões no jantar e uma noite cantante no videokê de LE com direito a cervejas, conhaque e banho de chuva (não consigo lembrar de tudo, mas...)”: várias premiações que não cabem nessas reticências, nesse não lembrar; academicamente, as premiações são mal vistas enquanto produto de um trabalho de campo;

➤ “Obs. Qualquer semelhança com as inteligentes (?) provas do Big Brother Brasil é mera coincidência”: não adesão aos gestos do não-lugar e sinal de ironia a estes. Para os leitores que nunca viram o BBB, JM se solidariza, colocando explicitamente a referência intertextual que ele fez uso (com que ele dialogou para construir esse texto);

➤ “(fiquei sabendo das provas do programa através de meu irmão, isso quer dizer: NÃO ASSISTO AO BIG BROTHER. acredite!)”: essa recorrência ao irmão demonstra que houve uma certa reflexão quanto aos gestos de escrita que expressassem a vivência de JM, do modo como ele a queria interpretada. Ironia que beira a paródia.

➤ “SORRIA! VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO.”: o enunciado circula em quase todos os ambientes (senão todos) que são tidos como não-lugares e ao usar essa expressão consagrada, JM pode estar chamando atenção para a constante vigilância que se estabelece na nossa sociedade. Podemos ler ainda de uma outra forma: no ambiente do trabalho de campo, a posição de estudante universitário é vigiada tanto pelos moradores locais como pela própria Academia (O que se faz nesse projeto? É relevante?). Qualquer passo tem que ser comedido, nesse campo discursivo (e não só).

JM atua sobre a própria materialização do discurso. Enquanto NE pensa sobre o discurso, propondo a autocrítica, a mobilização para alimentar o sentido de grupo, JM se mobiliza na materialização, focando seu olhar em uma das possibilidades de interpretação propagadas pela contemporaneidade. Em princípio, o que parece sinalizar para a importância da convivência, reforça a competitividade. JM procura diferenciar o que está nesse programa e o que é desenrolado no ambiente do Paraguaçu.

Isso, portanto, pressupõe que esse grupo está atento ao que circula discursivamente na sociedade para se constituir pela diferença em relação às “fabulações” alimentadas pela globalização.

Coloquei, pois, as *cartas* na mesa. Vamos à próxima *rodada!*

6.2.3 A formulação de NA: lidando com a sensibilidade

As condições específicas da escrita, *Anexo-C*, situam-na como coordenadora de campo, sem curso superior, mas como uma das fundadoras do Projeto Paraguaçu. Se, por um lado, NA não completou a escolarização oficial; por outro lado, tem uma experiência de trabalho de campo abrangente, tanto no Brasil, como no exterior.¹⁹ Daí o cargo de coordenadora de campo decorre desse *status*, dentro do grupo. Ela não faz parte da Universidade, mas vive em meio aos estudantes, onde tem grande penetração.

No que se refere à tarefa de redigir um relato, a sua posição de coordenadora poderia muito bem ausentá-la, porém a política de trabalho do Projeto Paraguaçu sustenta que a sociabilização é uma das condições da convivência coletiva. Com *vivências nos trabalhos de campo*, os leitores podem notar isso.

Visando inventar outros modos de ler a experiência e de registrar essa leitura, NA escolhe a poesia para expressar suas impressões. Impressões de viagem. Cada estrofe tem um vagão diferente do trem, mas essa viagem, mais do que turística é sensível, calorosa, incompleta, dependente das sensações de cada um.

NA, portanto, transforma o símbolo da Revolução Industrial, o trem, em um “carregador” de sensações e não de passageiros ou cargas. Apropria-se de um dos signos da velocidade dos não-lugares e deforma o “anonimato” de passageiro: transforma-o em singularidade da pessoa. A viagem não é aquela que se faz em um trem de passageiros, mas em um livro de poesias, em que as sensações são fundamentais. Nesse livro, “a sensibilidade de cada um é que vai dizer o seu lugar”.

O olhar desses “viajantes”, que se contrapõe aos “viajantes” do relato anterior (de JM), tem a característica de ser “mais poético”, mais caloroso.

Interessante é observar a estruturação do texto.

Para tal intento, vou optar por retomar algumas expressões ou estrofes,

¹⁹ Só para se ter a dimensão dos locais percorridos por NA, no Brasil, cito: Cachoeira, Geremoabo, Lençóis, Sobradinho, Irecê, Valença, Cruz das Almas, Barreiras, Santa Brígida (Bahia); Tracunhaém (Pernambuco); Cabedelo (Paraíba); Pontal da Barra (Alagoas); Alcântara e Olinda Nova do Maranhão (Maranhão); Cachoeira do Brumado, Ouro Preto, Pirapora e vários distritos de Minas Gerais; Paraty (Rio de Janeiro); Urussanga (Santa Catarina) e vários municípios dentro do Programa UFBA em Campo. No exterior, NA trabalhou em Gualaceo Chordeleg e Sucua (Equador).

transcrevê-las, na íntegra, e analisá-las, quando necessário for.

Primeiramente, a poesia começa como prosa. A passagem de uma para outra, vai ocorrendo gradativamente, ou melhor dizendo na medida que a sensibilidade vai aflorando. Na parte final, entretanto, a prosa parece querer retornar: as rimas desaparecem e fecha-se o texto.

Aqui, a pessoa diferencia bem a completude/incompletude do texto. A noção desenvolvida por Orlandi (2001a, 2001b, 2002) de texto empírico/teórico emerge, nesse caso, de forma bem nítida. O texto empírico, somente para refrescar a memória, é aquele com começo, meio e fim, é a materialização propriamente dita; já o teórico corresponde à associação com as condições de produção do discurso e, nesse ponto, há uma incompletude daquela materialização. Só para o leitor ter o entendimento dessa distinção, podemos tomar o relato de NA: considerando as duas laudas em mãos, temos um texto empírico completo; porém, ao fazer essa análise, sinalizo para a possibilidade de abertura do texto (teórico), de relação com a situação imediata.

Algumas marcas apontam para essa completude como, por exemplo, a já referida estruturação do texto em prosa-poesia-prosa e mais a parte final em que NA declara que “Para formar o trem, *com todos os vagões completos* [grifo meu], chegou a dança afro mostrando o seu universo, subiram a rua dançando, com todos passageiros aplaudindo.” Junta-se a isso, a imagem dos vagões que são espaços fechados, caminham um atrás do outro e, por isso, dependem do trem como um todo. Param em uma estação.

Marcas de incompletude, por sua vez, esticam as tendências ao fechamento do texto. A frase que inicia a viagem propriamente dita tem a intenção de incluir outras impressões crescendo os vagões e o texto:

Chegamos. Fiquei um pouco assustada, pois não via ninguém. De repente, surge o prefácio do livro em forma de teatro, percorrendo a praça, justamente para acordar o povo, avisando-lhe que o livro estava abrindo suas páginas para que todos, nelas, viajassem. Quando eu, uma pequena partícula que ali estava, embarquei neste processo, já tinha milhares de passageiros.

A possibilidade de crescimento está marcada pela participação de todos que quiserem ler/viajar, porque “esse mundo é infinito, ninguém consegue esgotar, /quando você dominar uma coisa, outra está para chegar”. O último enunciado é prova concreta dessa abertura para o outro, para a busca do “excedente de visão” sobre o acontecimento, quando NA afirma que “Encerramos esta viagem, com certeza que outras virão, creio que teremos de aumentar os vagões deste trem”. Encerra-se o texto empírico e abre-se a oportunidade para que outras oficinas/ leituras cresçam essa experiência/ esse texto ainda mais.

Essa noção de completude/ incompletude se confunde com a noção da própria constituição do ser, que é pautado nessa tensão, e também com a intenção que temos de querer *engessar* as vivências. NA sinaliza para o movimento do grupo que se desenvolve com momentos de vontade de fechamento e vontade de abertura. Esses momentos não são sintonizados, em relação a cada participante do grupo, o que lhe confere complexidade. O uso da sensibilidade entra nesse momento: quando um está no seu instante de fechar-se, o outro pode estar no estágio de incompletude; então, aí está a oportunidade de parcerias e de novas vivências para que o fechamento do grupo não seja uma vontade quase unânime.

Fechando, assim, esse momento, posso passar a jogada para a formulação seguinte.

6.2.4 A formulação de SH: a desconfiança da eleição de lideranças

As condições específicas de produção do relato escrito, *Anexo-D*, situam-na como estudante de Ciências Sociais, membro do projeto Paraguaçu, desde o início, e como pessoa inserida nas atividades do UFBA em Campo desde sua fundação.

A tensão na construção do texto está no referente (assunto). Este determina a linguagem do texto de forma que quando SH escreve sobre o outro representado pelos grupos humanos do Iguape, emerge certa naturalidade típica da oralidade; já quando volta o olhar para a realidade do outro lugar dos grupos humanos da Universidade, esta é mais atenuada. Esses limites estão vinculados aos respectivos referentes: no primeiro caso, são os eventos de Santiago que são postos a

comentário e, como as viagens foram escassas durante o momento pontuado, principalmente da estudante em questão, SH ficou bastante à vontade com “as notícias de lá”; no segundo caso, é “uma daquelas (temíveis, famigeradas... e mais do que necessárias) reuniões de avaliação!” que foi o foco do discurso.

Nesse caso, não há porque se questionar acerca da “reunião do sábado” vir na última parte do relato: trata-se de algo “necessário”, mas menos agradável para se comentar, uma vez que o arquivo guarda uma reunião de práticas de registro e leitura do outro que não focam no lugar Universidade, pelo menos como ponto de reflexão. Aqui há uma ressonância com o gesto de NE, porém, enquanto esta resignifica as palavras de acordo com os contextos, aquela adapta o seu dizer à naturalidade ou não dos lugares dos quais fala.

Volto ao texto, na sua primeira parte, trazendo algumas formas de dizer inventadas por SH e que *chacoalham* o campo discursivo dessa formação discursiva: a dos trabalhos de campo. Basta transcrever duas partes:

Ah, Junho! Comida típica, feriado, recesso, descanso... Por tudo isso, fizemos poucas viagens nesse mês. (...)

Por aqui, também na expectativa dos dias festivos, mas ainda imersos no trabalho, continuamos nossas reuniões semanais – que tiveram um intervalo na semana da folia –, que serviam bastante para deixar aqueles como eu, que não viajaram no mês, informados e empolgados com as notícias de lá de Santiago. Contudo, ainda não sabendo como colocar e bem explorar o enorme volume de informações que circulavam naqueles instantes: ACC, relatório [relato escrito], impressões, relato [oral], planos, atividade, calendário de viagens, broncas, piadas, jurema [bebida local], novos [accerianos], velhos... quase um caos (isso existe???).

Apesar do clima de festejo e recesso, as atividades ainda assim efervesciam. O clima é o da festa de São Pedro, festa local que mobiliza uma grande quantidade de pessoas e que é marcada por apresentação de quadrilhas dos grupos de teatro do lugar.

O trabalho de campo não envolvia apenas as viagens, mas sim outra série de coisas também a serem preparadas, dialogadas e concluídas em Salvador. A continuidade era uma das metas do projeto. SH, ainda que distante, se completava “com as notícias de lá de Santiago” e com as reuniões semanais, em que os relatos

orais tinham um papel importante. Para tranquilizar o leitor, a estratégia é se referir ao tempo de descanso, primeiramente, para logo em seguida vir a revelação de que o “quase caos” está instalado. E aí, SH se vale do parêntese para provocar diálogo “isso existe???”. O caos aí está tido como sinônimo de “baderna”, que é o sentido que ficou pelo senso comum. Como SH parece ter a consciência de que o caos tem momentos de auto-organização, ela se aproveita do sentido de “quase” para um deslocamento necessário. O “enorme volume de informações” é, em si, “o caos”, ou há a possibilidade de uma organização natural dessas informações, conforme os acontecimentos, relatos, relatórios forem se sucedendo? A função do parêntese aí é de provocação do questionamento.

A mesma função tem as reticências do primeiro parágrafo, com exceção da primeira aparição. Para maior comodismo do leitor, transcrevo todo o fragmento, destacando as partes para análise:

Ah, Junho! Comida típica, feriado, recesso, descanso... Por tudo isso, fizemos poucas viagens nesse mês. Os relatos indicaram que o “caso cooperativa” não estava lá indo tão bem: soubemos que os nomes contidos na lista feita por JO foram escolhidos a seu bel prazer, sem a consulta prévia dos demais pescadores, muito menos dos próprios indicados para compor a comissão... Desfeita a tal lista, o pessoal recomendou que os pescadores (que até então pareciam “liderados” por JO) se mobilizassem para a divulgação do plano da cooperativa, associação, o que fosse, para que esta fosse legítima, envolvendo a grande maioria deles. A partir daí a figura de JO já estava aparecendo demais... e sozinho... Uma idéia surgida nas reuniões nossas sugeriu que tentássemos congrega, na comunidade, pessoas que tivessem noções de cooperativismo, para ajudar nessa empreitada.

Essas reticências funcionam como espaços para desconfiança do processo. A estratégia rompe com a leitura instituída da palavra “comunidade” em que a detecção de lideranças se prolifera de tal maneira que o trabalho conjunto com elas parece fácil. Argumento reforçado pelo parágrafo dois da parte seguinte (“Julho”). A seguir, o fragmento em questão:

A turma que viajou voltou cheia de novidades, algumas delas inquietantes, encucantes e causadoras de algumas interrogações. Que as causou? Inicialmente, TI (do Flamengo). O pescador, que

parecera tão aguerrido e disposto a lutar pelo trabalho em que acredita, fora visto em conversa com RO, onde parecia expor seu descrédito na proposta da cooperativa e no trabalho conjunto. A partir desse fato, que os meninos em campo discutiram exaustivamente, surgiram uma série de dúvidas, questões que deverão ser avaliadas. Que negócio é esse de TI e RO juntos? Ele está fazendo jogo duplo? De cara, ficou uma outra grande interrogação: T é mesmo uma liderança dentro de Santiago, legitimada na comunidade, ou nós, numa posição impetuosa, visualizamos nele o líder que não é? E, para além disso, em dois anos de trabalho, nos demos conta de que é bastante difícil identificar quem é liderança em Santiago, um lugar onde, como deve ocorrer em diversos outros lugares desse estado, o compromisso e causas do grupo é reduzido à figura de uma só pessoa, indivíduo este que, não raro, assume uma posição enviesada e para fins particulares e fugazes, atraindo a desaprovação e insatisfação de muitos. Esta é mais uma centelha (intensa e altamente inflamável) de dúvida, que torna necessária uma avaliação da posição de TI, da UFBA, dos meninos do grupo de dança e dos pescadores frente à situação levantada na comunidade.

Aqui é a interrogação que funciona como instigador para o questionamento. Traz uma antecipação, processo discursivo, em AD, que se pauta na especulação do comportamento responsivo do leitor. Em outras palavras, SH se coloca na posição do leitor para fazer a pergunta que esse faria e responde antes mesmo que ela se concretize. Essa atitude provoca um *salto* na interlocução. Uma simulação de resposta inclusive é característica do próprio lugar do Iguape: quando SH coloca a voz do enunciador “Que negócio é esse de TI e RO juntos? Ele está fazendo jogo duplo?”, ela traz uma face que circula constantemente entre os moradores desse local e concorda com esta. Essa é uma das marcas de naturalidade da oralidade que se manifesta no ato de escrita e que singulariza essa produção textual. Nos fragmentos destacados em seguida, SH revela sua posição diante do assunto, o que não é muito circulado nas práticas de leitura de experiências de campo, já que a personalização e a ambigüidade das posturas individuais – resultado da diversidade de lances atualizados por um indivíduo – não é o foco das atenções dos estudantes na posição de pesquisadores.

Em seguida, SH lê o outro, tido como os grupos humanos da Universidade (Paraguaçu).

Este é visto como um grupo com conflitos, “reivindicações, insatisfações, reclamações”; um grupo em vias de constituição. Algo que contraria a escrita dos

trabalhos de campo que nem mesmo se voltam para essas “questões internas” nos seus relatórios de atividade. Isso não interessa à ciência ou ao discurso que circula nos não-lugares. O outro Universidade é sempre coeso. Fragmentar esse grupo é sempre muito desconfortável, ainda mais porque sempre se revelam “insatisfações” e outros sentimentos.

SH destacou três pontos no seu texto: os “rumos do ACC”, a “atuação grupal dentro da UFBA” e a “dinâmica e compromisso de grupo”. No primeiro, ela joga com o locutor que questiona para um acceriano “o que você está fazendo aqui???”. Isso determina a direção das críticas feitas ao programa da ACC, já que todas as outras questões dizem respeito a uma melhor familiaridade desses alunos “novatos” com as concepções do Projeto Paraguaçu bem como ao tempo de permanência dentro da experiência. É interessante notar que a pergunta que movimenta o primeiro ponto vem no quarto tópico, porque esse é o que inaugura reflexões do Paraguaçu em especial e não uma reflexão geral sobre o Programa.

Tal como NE, SH reconhece a ausência da atuação no lugar UFBA, mas se aprofunda na interpretação da dinâmica interna do grupo do Paraguaçu. Os verbos com estruturas imperativas, características de uma postura autoritária, denunciam a ressonância entre SH e NE, porém, ainda assim, há uma singularidade no uso:

É fato patente (e maravilhoso) que a filosofia de ação e a própria convivência influenciam nossas ações perante temas da vida de estudantes – e, para além dela, as nossas vidas cotidianas e relações com os outros. A pendência levantada está na gerência dessa atuação que, sugeriram, deve ser em grupo e voltada para a universidade tanto quanto para a comunidade, numa interferência mais direta e organizada dentro da instituição, seja através de debates ou na participação dos diversos outros eventos internos nela inscritos. A atitude deve ser a de implosão por dentro, da atuação nos espaços da universidade, e não a da negação do debate.

Quanto ao uso do “deve ser”, SH, ao contrário de NE (que utiliza a conjugação do verbo na primeira pessoa do plural + que), se aproveita daquela expressão da formação discursiva do fazer educacional positivista para voltá-la para o próprio lugar Universidade. No primeiro lance, ela, mesmo ocupando a função autor, delega a responsabilidade do enunciado a um enunciador genérico

(“sugeriram”... quem?), mas concorda com ele, ao usar a mesma expressão no segundo lance. Isso porque o “sugeriram” já passa a idéia de que SH não está sozinha nessa opinião.

O terceiro, e último ponto, trata das críticas como parte do processo, como forma de fortalecimento do grupo.

Todas essas reclamações que, por um lado, motivaram o encontro daquele dia, refletindo que já era mesmo o momento de nos avaliarmos e, por outro, indicam que temos mesmo que repensar atitudes e responsabilidade de grupo. Para mim, como manifestaram algumas pessoas também naquele dia, alguns deslizes que cometemos estão muito vinculados a esse “fazer” novo a que nos propomos, diverso e mesmo contrário ao *ethos* de outras áreas de nossas vidas, e que, por se tratar de novidade, por envolver diferenças e modos culturais distintos de ser, por comportar ritmos de vida e dinâmicas diversos, por significar, muitas vezes, embate, é tão difícil e deve sempre, sempre estar se policiando, se contestando, se testando, se avaliando, se discutindo, enfim, se alimentando. E, por isso tais instantes, quando não são vividos de forma tensa e se bem aproveitados – em termos mesmo de mudança de comportamentos em cima das deliberações – fortalecem os laços e a filosofia.

Nesse momento, SH se responsabiliza pelo uso da expressão “deve sempre”, uma vez que a justificativa está de acordo com o discurso coletivo do Paraguaçu. SH vê como possibilidade de generalização para qualquer tipo de grupo de estudos.

SH revela um olhar desconfiado e, de certo modo, instigador de questionamentos. Novamente, o sentido de grupo é avaliado. E SH, como já foi dito, deixa transparecer um diálogo anterior à escrita do texto, travado com NE. As marcas das estruturas imperativas não me deixam mentir. Porém, SH se singulariza quando aponta para a diferença no tempo de vivência dos integrantes (accerianos e mesmo entre os mais antigos). Essa diferença não implica numa eleição de lideranças dentro do grupo. Mesmo porque, acredita SH, que essa eleição deve ser alvo de desconfiança.

Dito isso, peguem suas *gudes*, leitores, e vamos continuar jogando...

6.2.5 A formulação de AL: tensionando posições

As condições específicas de registro, *Anexo-E*, situam-no como estudante de Ciências Sociais, membro do projeto Paraguaçu desde 2001, e como não participante do Programa UFBA em Campo.

AL aborda o acontecimento da tentativa de reunião das associações dentro de Santiago do Iguape.

AL, que havia ingressado no ano de 2001 no Paraguaçu, acostumado que estava também em produzir relatórios de atividades breves e com caráter de prestação de contas, já que trabalhou com projetos que assim o exigiam, é tomado de “estranhamento” pela forma dispersivamente reflexiva das pessoas que registram suas impressões/reflexões acerca da prática discursiva do entre-lugar e dos efeitos dessa prática no outro – repito: tido ora como o lugar Universidade, ora como o lugar Santiago do Iguape, ora como o outro-eu (não sou o mesmo em acontecimentos diferentes).

A forma de materialização do discurso (em texto) já é, em si, uma “contaminação” de AL por outras pessoas. Este abre mão da disposição conteudista e topicalizada inicial para o modo de redigir reflexivo. Porém, essa transformação não se faz sem vestígios daquela outra forma de escrita. AL apresenta sua intenção e ordena suas dúvidas, utilizando os marcadores para tal, mesmo sem topicalizá-las:

Não pretendo, contudo, descrever o que aconteceu durante a reunião, mas tentar expor algumas dúvidas que me envolveram após o término da reunião.

Primeira: por que não há uma unidade (em termos de representação política) entre as lideranças, em um lugar tão pequeno? Segunda: o que a comunidade do Iguape realmente deseja, conhecemos suficientemente a comunidade e ela nos conhece suficientemente, para que realizemos algo juntos? Última: A Universidade deve tomar a iniciativa no processo de convivência?

E segue desenvolvendo-as com mais questões, porém ainda da forma ordenada.

Essa disposição do texto quase todo sobre questões se constitui num convite reflexivo, fortalecido pelo último enunciado “Cabe-nos refletir!”. Convite ao

grupo de pessoas do Paraguaçu já levantado por NE e SH. Cada qual a sua maneira, é verdade.

AL utiliza a força das questões para comprometer o grupo com as respostas (ou pelo menos pensá-las). Os leitores também se sentirão obrigados a pensar acerca do conteúdo referenciado.

Abordando o assunto, ele trata da unidade e diversidade; da intencionalidade de ambas as partes e da iniciativa dos dois lugares envolvidos. AL se posiciona na tensão entre o trabalho de prestar serviços e aquela experimentada pelo Projeto Paraguaçu : ele não reflete sobre a dispersão do grupo Universidade, mas o pressupõe como uma unidade; somente o grupo Santiago do Iguape é tido como “um lugar (...) que comporta tantas associações, grupos de arte e dança; (...) com pessoas tão singulares”. Ele ainda questiona acerca dessa diversidade ser “um ponto ruim” ou de comprovação da “complexidade da comunidade do Iguape”.

Quando trata de “nossa intencionalidade”, a voz é do “professor FE” - “(...) não somos um balcão de prestação de serviços” -, coordenador do Projeto Paraguaçu, a autoridade hierárquica. Seu outro eu coloca em questão “o fazer com a comunidade”, “a tomada de iniciativas”. Quem deve tomar a iniciativa no processo de construção conjunta? AL não responde, porque está na tensão em que sua posição o coloca.

AL organiza seu texto usando perguntas porque realmente tem dúvidas quanto ao processo. Divide-as com o grupo e quer buscar respostas (“Cabe-nos refletir!”). AL não tem muita vivência para explorar uma reflexão profunda, reforçando o que SH pontua: a diferença de vivência entre os integrantes. Outra questão importante: cada qual não precisa seguir o caminho da maioria do grupo e sim ser guiado pelos próprios desejos. O estudante deseja uma compreensão do entre-lugar e sugere parcerias, mesmo que implicitamente.

Que tal um *quebra-cabeça* agora?

6.2.6 A formulação de AU: a fase do autoconhecimento

As condições específicas da escrita desse relato escrito, *Anexo-F*, situam-na como estudante de Pedagogia, membro do projeto Paraguaçu a partir das ACC, e como não participante do UFBA em Campo.

O relato de AU foi enviado via e-mail e versou acerca do outro tido na própria pessoa dela, antes da participação em ACC e depois. O olhar dos seus colegas de vivência no Paraguaçu sobre os grupos humanos de Santiago e sobre o próprio grupo da Universidade ressoou de tal modo em AU que a fez olhar para si mesmo e se perceber dentro da Academia e na vida em geral.

Re-significou completamente o conceito de conhecimento, de Universidade e de aprendizagem.

A arquitetura do texto (materialização do discurso) confronta duas formações discursivas diferentes: uma que diz que o acúmulo de conhecimento científico, de experiências acadêmicas (de ensino) e avaliação por score são sinônimos de produtividade e de “superioridade”, de “popularidade”, de “sucesso”, de elogios do corpo docente e de uma parte dos estudantes, mas de “inveja” e “interesse” também por parte dos outros estudantes; outra que amplia a noção de conhecimento (acrescentando a sabedoria dos grupos humanos locais e o envolvimento emotivo entre os participantes do grupo Universidade) e dissolve os padrões numéricos de avaliação de aprendizagem.

Tal confronto permite o uso de palavras, no funcionamento do texto, que encorajam ainda mais a “personalidade forte” de AU: “ridícula”, “a tal”, “convencida” e por aí vai (na primeira parte); demonstrando que a ressonância faz com que os modos de dizer se manifestem ainda mais no que eles têm de singular.

O marcante desse registro é que os vestígios deixados no discurso pré-ACC alimentam as concepções educacionais que se apóiam no modelo de estudante, aquele que convive com uma “tensão solitária”, característica dos não-lugares. “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (Augè, 1994, p. 95). Algo corroborado quando AU confessa que “Cansei de chorar na faculdade e só uma colega minha sabia os reais motivos de minha

angústia, pois ela acompanhou tudo de perto”. O contraponto criado por AU era o de exposição de suas “habilidades acadêmicas”; mas não de seus sentimentos, de suas singularidades, de intensificação das relações.

E aí, há uma re-significação nos usos das expressões:

- “não aproveitei nada”: aproveitar seria usufruir “adequadamente os serviços prestados pela UFBA (ensino, pesquisa e extensão)”. A extensão tida aí como ACC.
- “não aprendi nada”, “sinto um grande vazio dentro de mim”, “Hoje me sinto mais oca do que no semestre que entrei”: AU questiona acerca do que está pensado como aprendizagem. A própria imagem de “estar oca” ou “sentir um vazio” denuncia sua filiação de sentido inconsciente ao ideal de “encher” alguém de alguma coisa (de conhecimento). Mais do que encher ou esvaziar, o discurso do entre-lugar circula com a “negociação” de sentidos, de conhecimento e saber.
- “(...) pressupõem-se que os melhores estudantes estão nos ACCs.” (sic): o verbo não indica uma adesão a esse enunciado. AU também re-significa o conceito de estudante bom: se antes (pré-ACC), o bom é o atarefado, capaz de “fazer várias coisas ao mesmo tempo”; depois, (pós-ACC) é o que aprende a “ser mais humilde, tolerante, flexível, simples” dentre outros sentimentos.

AU confronta valores na sua materialização da convivência. É tão visível essa confrontação que o texto se subdivide em duas partes nítidas: Pré-ACC e Pós-ACC. O grupo de estudos funciona dessa forma: fragmenta-se o eu para depois re-significar os *cacos*. Essa parece ser a primeira fase de inserção.

Fecho, assim, essa análise e jogo o *dado redondo* para a próxima!

6.2.7 A formulação de IV: em busca de outras parcerias para sobrevivência do grupo

As condições específicas de registro, *Anexo-G*, situam-no como estudante de Psicologia, membro do projeto desde 2001, e como não participante do UFBA em Campo.

Aqui o Projeto Paraguaçu alcança quatro anos de convivência (1999-2003) e entra numa outra fase, já explicitada.

Paralelo às ações apontadas dentro da proposta de re-aprovação do projeto, outras possibilidades de trabalho conjunto iam se desenhando em constantes visitas e até mesmo em iniciativas “oficiais” (autorizadas pela Academia). Os estudantes referidos por IV tinham aproveitado a oportunidade criada pela instituição (UFBA) e acionado formas de convivência ainda maior, dessa vez com pessoas mais determinadas, já que assim exigiam os seus interesses acadêmicos: enquanto BR optou por um trabalho final de curso versando sobre os pescadores do Iguape; LA tinha pela frente um estágio junto a Escola Rural, uma chance de maior contato com as professoras da região.

Digo isso porque o Projeto Paraguaçu passava por uma fase em que as pessoas iam se formando e trabalhando em outras coisas, algumas tiveram, inclusive, que abandonar o trabalho de campo, apesar do sofrimento que isso lhes causava. Chances como as de BR e LA eram fundamentais para vivenciar o ambiente de Santiago do Iguape durante a semana.

IV, em seu relato, chega a mencionar uma viagem que realizou durante a semana para presenciar a prática pedagógica de uma professora muito considerada no local, JU. Esta tem o respeito de grande parte dos moradores dos povoados circunvizinhos de Santiago do Iguape. Relata também alguns contatos que teve com os assentados do MLT (Movimento de Libertação pela Terra), na região chamada de Caimbongo, onde o grupo da Universidade chegou a subir algumas vezes – um acesso extremamente difícil com uma distância enorme entre as casas (algumas pessoas nem casa possuem ainda, apenas uma lona).

Vivencia, por fim, uma experiência de um Seminário, organizado

essencialmente por pessoas da Companhia de Dança Afro-brasileira do Vale do Iguape, com a intenção de discutir o Desenvolvimento Sustentável do Iguape, contando com a participação de autoridades de Cachoeira e um representante do INCRA. O local onde ocorreu o evento foi o Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape.

Logo no início do relato, IV denuncia esse período de “dificuldade de equacionar o tempo que cada membro disponibiliza ao projeto hoje e as demandas que já se acumulam a algum tempo”. Isso está materializado na afirmação em relação à elaboração do relato:

Após longo tempo sem escrever relatório algum, volto a preparar algo para o projeto. Não consigo ter mais a mesma capacidade de apresentar um relato mais impressionista como nos primeiros momentos do projeto, apesar da riqueza das vivências da viagem dos dias 18 e 19 de janeiro. Termino sempre entrando em algum tipo de análise, com dificuldade de permitir ser desvirginado (no bom sentido) pelos acontecimentos.

O longo tempo sem escrever um relato significa que há um distanciamento em relação ao movimento do Paraguaçu. Isso explica o caráter tenso em que o relato está apoiado. Às amplas possibilidades que emergem de trabalho, se opõe o afastamento de algumas pessoas do grupo Universidade e, por isso, a tensão no discurso, materializado no texto do relato.

IV, inicialmente, sente a necessidade de centrar sua escrita “em algum tipo de análise” e não mais num “relato mais impressionista”, porém mescla as duas formas de dizer, principalmente nas duas primeiras partes do relato: “As últimas viagens” e “Na escola do Caonge”. Na primeira, refere-se aos assentados e descreve um pouco como o ambiente se desenha; na segunda, esboça o que presenciou na escola rural do Caonge, fundamentalmente no parágrafo inicial.

IV se dá conta das possibilidades, e apresenta algumas no seu relato, mas não se limita a isso, busca re-significar uma prática dos não-lugares – que seria de acionar outras pessoas “especializadas” para cada caso emergente, visando dar conta da demanda – através da reflexão.

Sinto a necessidade de “afunilar” as ações de modo a pensar mais realisticamente na nossa disposição (ou disponibilidade) efetiva para o projeto. A comunidade é imensa, e justamente por isso, sinto necessidade de ancorar nossas ações em algum (uns) pontos. Ao pensar em qualquer ação mais efetiva, deparo-me com a limitação concreta de tempo, não apenas [apenas] minha. Estamos na iminência de iniciar as oficinas, que por si só darão um novo pique ao projeto, mas ainda assim penso que talvez falte alguma ação subjacente a estas atividades, que possa **alinhar** estes acontecimentos, como a criação de um grupo mínimo que possa aglutinar, gerir, refletir sobre, desdobrar estas experiências.

Isso diz tudo da intencionalidade de IV. O apoio dos grupos humanos de Santiago do Iguape, que se “ajuntaram” em outras ações como a do Seminário de Desenvolvimento Sustentável, é a base para dar conta dessas demandas todas apontadas na proposta e outras a se desenharem. Por isso, ele cita as três experiências vivenciadas nas viagens. Nada no texto está por estar. Tudo está marcado pela intencionalidade da função autor. Por exemplo, a postura de DO, assentada do Caimbongo, “um “oásis” no meio de tanta queixa”, “que parece ter uma liderança mesmo no pequeno grupo que cerca sua terra” e o questionamento acerca da união dos sem-terra mesmo diante da distância das casas; a chamada para “o poder de organização das pessoas e em certo sentido a liderança de AN” no Seminário; além do destaque para a permanência dos estudantes de JU na escola, mesmo diante das dificuldades; tudo isso serve de lição para que as pessoas do Paraguaçu dêem conta das demandas do acervo, das oficinas (que ainda “nem começaram!”) bem como das dificuldades decorrentes do afastamento inevitável de alguns membros.

Mesmo diante desse esfriamento das relações e do envolvimento com o projeto, o que não está dito, mas pode ser lido, é que IV acredita que parcerias com grupos (ou subgrupos) constituídos do local (inativos ou não contatados) pode resolver o problema da grande demanda e das fartas possibilidades que o trabalho de campo oferece.

Ele apresenta alguns caminhos como o reforço da idéia do Centro Cultural, que até então está no papel e só realiza algumas ações esparsas. Sugere uma Mostra de Vídeo. Além disso retoma a idéia do jornal local, mas o que de fato o chama atenção é a parceria com alguns jovens, inseridos em grupos constituídos:

Penso que talvez nossos esforços deveriam concentrar-se mais em “meta-ações”, ações que pudessem se dar na relação com algum grupo humano, que talvez ainda não esteja constituído como tal, mas que pode vir a se constituir desde que haja algo em comum. Peráí, mas não é essa a proposta do projeto desde o início? Acho que sim, mais de fato, o contato com os jovens, especialmente, os que estudam, ainda é pequeno.

Em meio a uma memória discursiva arquivada que tem como objetivo resolver problemas imediatamente, dada a *velocidade* que circula nas práticas dos não-lugares, IV é afetado pela pressão do tempo da proposta aprovada (que é de dois anos), mas adota um gesto de leitura dos acontecimentos que se pauta na reflexão conjunta não só com os grupos humanos Universidade, mas também com os grupos humanos de Santiago do Iguape. Mais do que pedir “ajuda” aos “especializados” em determinadas áreas na Academia, IV sinaliza por uma parceria junto às lideranças ou grupos constituídos de Santiago do Iguape, algo previsto na filosofia de ação do Paraguaçu, mas *esquecido* num momento como o relatado por ele.

A tensão desse estudante ainda se revela no enunciado final do texto, quando revela:

Pergunto-me se não estou mais uma vez, pensando pelas pessoas da comunidade e querendo colocar meu desejo sobre os delas. De fato corro este risco sempre, mas não vou reler o relatório, nem repensá-lo agora, já que saiu com dificuldade, mas de uma vez. Ficam aí as questões para pensarmos juntos.

O texto de IV centra na *negociação* com o texto, principalmente no que concerne à cronologia. A materialização dessa preocupação está evidenciada quando ele coloca que não há porque reler o que se escreveu. Por outro lado, existe a temporalidade local que ressoa na sua escrita quando IV sugere que se pense junto e diz que o relato escrito “saiu com dificuldade” (leia-se reflexão); além da sugestão, que está no não dito, de que o contato com os jovens e outras lideranças se fortaleçam, algo que demandaria mais tempo cronológico.

Agora, vou girar a roleta para a parceria seguinte.

6.2.8 A formulação de GL: parcerias constantes nos espaços possíveis

As condições específicas de registro, *Anexo-H*, situam-no como estudante de História, membro do projeto Paraguaçu a partir das ACC, e como não participante do UFBA em Campo.

O relato de GL aconteceu após a viagem nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2003 com vivências nos povoados circunvizinhos de Santiago do Iguape (Engenho da Ponte, Calembá e Caonge), conversas com pescadores e marisqueiras no porto, e com a professora do grupo de quadrilha de Santiago, observação do treino de Capoeira do grupo Filhos do Iguape e experiência de mariscagem no mangue sob a tutela de TG, morador do local.

GL se singularizou em relação aos outros estudantes que ingressaram (e continuam ingressando) através da ACC: ele se interessou antes mesmo de se matricular nessa atividade e acompanhou as reuniões do grupo antecipadamente. Isso permitiu que ele tivesse um tempo e uma posição diferente em relação à prática do Projeto Paraguaçu. E não foi por acaso que GL optou por aderir à proposta de IV. Ao mesmo tempo em que reconheceu essa sua marca diferenciada em relação aos demais da ACC, também soube definir bem sua posição dentro do grupo mais antigo.

Resolvi fazer assim após a leitura do relatório de Ivan e sua proposta de pensarmos juntos. Perdoem-me se o meu pensar junto estiver um pouquinho atrasado, é que cheguei a pouco e, possivelmente, algumas questões que me faço, vocês já as responderam há alguns anos. Se der sorte talvez consiga contribuir com algo.

Isso, no entanto, não o impede de comentar acerca das questões levantadas dentro do relato escrito de IV. De certa forma, há uma re-significação do outro tido como grupo Universidade: nas ACC geralmente se respeitam as posições de monitor e de professor em relação àquele que acaba de entrar. E não só nas ACC. Na Universidade, a interferência no texto do outro é, na maior parte das vezes, uma afronta. Como há uma competitividade (oculta ou não) por títulos, ocupação de espaços dentro da Academia, entre linhas de pesquisa – um dos valores propagados

pela “globalização perversa” (Santos, 2000) – as vaidades são alimentadas e a diferença de posições é determinante para o dizer sobre o texto do outro. Em princípio, o Paraguaçu não tem intenção de propagar essa postura, porém, ainda assim, GL não se arrisca.

A partir do que leu do texto de IV e também do que experienciou em Santiago do Iguape com os grupos humanos do lugar, GL desnuda o seu gesto de escrita:

Esses relatórios são às vezes difíceis de brotar, envolvem sentimento, por isso tenho tentado ser mais descritivo, mesmo assim as emoções transparecem.

Essa é a quinta viagem que faço, cada uma até agora foi singular. Essa última foi intensa e de uma diversidade de atividades boa para encher páginas e mais páginas de relatórios infundáveis, sem serem com isso enfadonhos. Contudo, assim como é diferente cada viagem, me agradaria fazer desse relatório uma experiência distinta, menos descritiva e mais reflexiva, talvez também menos prazerosa de se ler, mas... é uma tentativa. Os fatos, os narro resumidamente nos próximos parágrafos, para os que não estiveram na última reunião de quarta-feira.

Nesses enunciados que se seguem ainda predomina a concepção de arquivo acerca do fazer o relatório. Este deve se limitar à descrição (narração dos acontecimentos) sem deixar transparecer as emoções. Isso, em parte, é fruto da posição de pesquisador freqüentemente ocupada pelos estudantes na Academia. A formação discursiva atrelada a esse gesto de escrita diz que o pesquisador deve ser *objetivo* e não *subjetivo*, uma postura tida como superada em meio aos próprios pesquisadores das Ciências Humanas, mas que atravessa alguns gêneros secundários (Bakhtin, 2000). Por isso, o refletir é tido como menos prazeroso porque invoca opiniões pessoais, emoções, sentimentos. Porém, GL diz que mesmo no descritivo ele não consegue escapar às emoções.

De fato, o texto seria todo destinado à reflexão, não fossem “os que não estiveram na última reunião de quarta-feira”. Assim parece funcionar o grupo de estudos do Projeto Paraguaçu: a leitura é compartilhada na oralidade e na escrita, como modo de atualizar os olhares acerca das experiências.

Essa primeira parte que GL denomina de “a descrição. Da Ponte ao Mangue, vivências e sobrevivência em Santiago, ou simplesmente, como fazer você mesmo o seu almoço” tem uma outra função: a de servir de base para a argumentação da segunda parte. Não é, pois, um lance solidário apenas. GL olha para os grupos humanos de Santiago e traz lições para re-significar o discurso alimentado dentro do Paraguaçu.

A segunda parte é para isso: re-significar o que GL traz como “pensar juntos”.

ao entrarmos em um debate, gostaria que ele fosse sincero e maduro, que não houvesse lugar para vaidades e que as discordâncias fossem verdadeiramente entendidas como fundamentais para uma síntese e não como ofensas ou desarmonia

Isso reforça o que disse acerca da interferência no texto do outro.

GL prossegue re-significando gestos de leitura (da experiência e do outro) e escrita que circulam com os valores dos não lugares, a partir do relato de IV e do olhar nas suas experiências em campo.

- Harmonia: não está aí como oposição ao caos, mas como um estado do processo. Mas GL rejeita a palavra por estar muito *encharcada* com os sentidos arquivados. Uma ressonância com SH.

Prefiro o caos, que talvez seja apenas uma ordem que desconhecemos e negamos, como sempre fazemos com o desconhecido; negar, perseguir e eliminar, de preferência esartejando-o, queimando-o vivo, ou, mais sofisticadamente, moldando-o à nossa ordem.

- Organização/ desorganização: GL propõe o entendimento das formas de organização que podem não ser iguais. Ou podem ser semelhantes, mas nossos discursos camuflam isso por meio do poder.

Penso nas queixas que fazemos sobre a desorganização em Santiago, que eles não se unem, que não há associação forte, que há mais de 10 candidatos, etc.

Reclamações que são também feitas pelos Iguapenses e que nós reproduzimos.

- “Coisas simples”/ “trabalhos mais efetivos”: GL problematiza essas dualidades que os discursos que circulam nos não-lugares alimentam.

O que são “trabalhos mais efetivos”? Coisas simples não são efetivas?. Não é uma questão retórica, é uma pergunta verdadeira. Qual o limite entre interação e imposição de valores? Dois corpos que se tocam se modificam (e isso é ótimo, nada pior que o imobilismo), mas se não se repelem correm o risco de se homogeneizarem. Qual é o limite da efetividade de nossos trabalhos?

- Tempo: GL problematiza as atividades que se valem do tempo “do relógio despótico” (ou “*just-in-time*”) (Santos, 2000, p. 126), ou seja, que são movidas pelo relógio universal e aquelas que abrangem “várias temporalidades simultaneamente presentes” (Santos, 2000, p. 127). O outro na pessoa de RE (morador de Santiago do Iguape) dá a dica para a tensão que acomete IV quanto aos prazos do financiador e os comprometimentos do Projeto Paraguaçu com os grupos humanos locais.

Tempo, grande inquietação que nos trouxe o relógio e os prazos da Fapesb. Que tal fazermos como RE, da Ponte, enquanto houver trabalho e pudermos, trabalhamos. É notório o envolvimento de todos, então... “de cada um segundo suas possibilidades”.

- Trabalho com as lideranças: essa expressão tão utilizada nas leituras que se fazem nos trabalhos de campo está com um sentido de dispersão e não de concentração; isto quer dizer que GL propõe que não se concentre em uma liderança, mas procure parceria com muitas delas. Ele concorda com IV e também com SH.

Em vez de buscar lideranças para conduzir nossos projetos e depois enfrentarmos decepções, como os projetos pessoais, vaidades, centralismo, etc. ou pior, perceber que contribuimos para reforçar esses aspectos que nos desagradam, trabalhar com o maior número de lideranças, se possível, mesmo antagônicas, em projetos

específicos, nos quais acreditemos, mantendo sempre independência e capacidade de crítica aberta.

Isso se reforça nos comentários dos outros dois trechos: GL frisa a importância do movimento e de não concentração em uma das possibilidades criadas pelos entre-lugares:

Acredito que não um, mais alguns grupos podem surgir das oficinas, mas isso não depende de nós e não é assunto nosso, é a própria dinâmica interna das oficinas que determinará o aparecimento destes grupos.

(...)

Tenho certeza que ainda há espaço para isso, e enquanto houver novas possibilidades o Projeto Paraguaçu se renovará, desde que não se prenda a nenhum entre-lugar, transformando-nos em lugar-comum.

- “Tentativa de levar informação”: GL usa as aspas para marcar a distância em relação a esse enunciado e se posiciona contrário aos sentidos arquivados “presos” a este.

(...) não gosto da expressão “levar informação”. Não nos esqueçamos de que as informações veiculadas pelo jornal foram produzidas lá. Talvez fosse melhor então a idéia de circularidade de informações (...)

A palavra “levar” traz um sentido de unilateralidade nesse campo discursivo considerado dos trabalhos de campo. Dá a impressão para os leitores de que o movimento se faz de um lado apenas, o que poderia fazê-los pensar que a Universidade produziu “a informação” para divulgar através do jornal. GL desfaz o equívoco a que toda materialidade está sujeita e re-significa esse modo de ler os acontecimentos.

No próximo trecho, GL esboça a dinâmica do grupo de leitores do Paraguaçu chamando atenção para o limite entre a sobrecarga em um dos participantes e a distribuição igual no peso de responsabilidade de cada um: há um movimento que varia conforme a ressonância não pendendo para nenhum dos dois pólos.

Por que não aproveitar essa possibilidade de maior inserção de BR e de LA. Não querendo sobrecarregá-los, mas a abertura de novos caminhos e contatos será consequência de seus trabalhos, e a gente vai junto até onde for possível.

Então, GL propõe que, num grupo de estudos que se pretende inventivo dentro das formas de homogeneização contemporâneas, os espaços do “pensar juntos” sejam cada vez mais contextualizados para as diferentes situações não permanecendo apenas na oralidade, mas também na escrita e onde mais houver possibilidade de exercê-lo.

Algumas vezes acho que sim, pensamos pelas pessoas da comunidade. Acho isso um equívoco, difícil de ser evitado, mas que deve sê-lo. Todos corremos esse risco o tempo todo, e é mais fácil evitá-lo se “pensarmos juntos”. Por isso, além das reuniões de quarta-feira, proponho a criação desse novo espaço de pensar junto

Como forma de organizar às *armadilhas* inevitáveis do discurso, GL chama atenção para as parcerias constantes. E por que não estabelecer as parcerias com os accerianos, estudantes que estão entrando num grupo constituído?

Dito isso, que tal re-começar a jogar? Os leitores estão convidados para o próximo lance.

7 O FIM DO JOGO É OUTRO COMEÇO...

Como as palavras do poder se encarnaram nas nossas práticas sociais e como as palavras ganharam tanta importância na nossa sociedade? *Como é o lance?*

Milton Santos, entrevistado pela repórter Cibele Buoro²⁰, parece responder a essas questões. Diz Milton Santos,

o governo não está preocupado em valorizar seus intelectuais. O aparelho de Estado brasileiro nos últimos anos tem valorizado os resultados. A supervalorização dos resultados desvaloriza todo o processo que não leva a resultados. E o processo da inteligência não leva obrigatoriamente a resultados porque ele é crítico por distinção. Então, o governo e as universidades brasileiras desencorajam a reflexão crítica de nossos intelectuais. Mas as universidades poderiam suprir essa deficiência promovendo um processo interno de estímulo.

O intelectual trabalha com o discurso e este faz uso da palavra. Por isso, esta adquiriu um *status* de importância dentro da nossa sociedade. Bakhtin já alertava que toda palavra é, por si só, ideológica e isso propicia disputas por sentidos que circulam de acordo com os interesses de cada grupo que se apropria do poder.

A ideologia da globalização homogeneiza os espaços disseminando os modelos (não-lugares) e esfriando ainda mais as relações. O que se prioriza é a competitividade, produtividade, individualidade: ideais do Mercado.

O educar também foi afetado por essas características, em qualquer que seja os seus níveis. A concepção que embasa as ações tem sido a de *aula*, pensada enquanto transmissão de conhecimentos (professor) e recepção e memorização destes (aluno). Para o *a-lumno* (sem luz), o estar na carteira escrevendo e ouvindo tem uma simbologia muito forte. Sair daquele lugar significa abandonar a posição de ouvinte (silencioso). Qualquer gesto diferente deste é motivo de repressão pelo professor. Por outro lado, o aluno não tem espírito investigativo e espera que tudo venha do professor. O mestre tem a obrigação de saber tudo.

²⁰ Essa é uma entrevista contida na Revista Educação, de julho de 2000, em matéria intitulada **Pátria da mediocridade**, porém sem referência completa porque o material xerocado foi colhido nas gavetas do armário de meu pai.

A escrita, pautada nesse ponto de vista, é pré-estabelecida pelos discursos que circulam na mídia e pela criação de gêneros sem funcionalidade social alguma, como as *redações escolares* (só servem para dar nota). São escritas que atendem a demandas imediatas de prestar contas de algo, cada vez mais alimentadas pelos discursos dos grupos fechados das universidades e escolas, tão criticados por Milton Santos, em conversa com Cibele Buoro.

O educar pelos grupos de estudos se constitui como uma “invenção”, uma re-existência dentro desse quadro esboçado anteriormente, porque esse não é semelhante aos *trabalhos de grupo* bem praticados nas salas de aula, que consistem na simples aglomeração de pessoas e divisão de tarefas. Os grupos de estudos têm a característica de compromisso de todos, mas sem delegação de tarefas. São compromissos assumidos naturalmente e não estanques (atualizáveis a cada acontecimento precipitado).

Tal filosofia de ação só pode ser acompanhada por outra: a do entre-lugar. Em contraposição à disseminação dos não-lugares, os entre-lugares reforçam o encontro de dois lugares para convivência e enriquecimento de ambos. Há, pois, uma intensificação das relações, uma desierarquização de valores e aprofundamento da reflexividade; sendo que os dois lugares não se fundem, nem se transformam um no outro.

Nesses grupos de estudos, cada pessoa reconhece a sua incompletude e se relaciona em busca da completude, do “excedente de visão” (Bakhtin, 2000). Tenho nos outros a possibilidade de me reconhecer em outras posições que dificilmente posso ocupar. Cada posição revela um olhar de outra natureza. O acúmulo de olhares alivia essa minha tensão (incompletude/completude).

Somente em grupos e lendo outros lugares diferentes do meu é que posso ampliar meu grau de visão, posso ter um “excedente de visão”. Para isso, requer que eu saia de posições estanques e circule por outras possibilidades, permitidas pelos grupos de estudos. Senão corro o risco de “cair na armadilha” do travestimento discursivo, essa uma estratégia contemporânea muito usada para descrédito das posturas “inventivas”. Explico: no contexto contemporâneo, o monstruoso passa a ser o discurso tradicional porque todos os setores sociais assumem (“vestem”) o

discurso da transgressão, mas não o adotam como prática. A globalização se alimenta de “fabulações”, ela vive de publicidade. E, hoje, é por meio da publicidade que os consumidores são produzidos.

A partir disso, procurei entender o funcionamento de um grupo de estudos no que concerne a prática discursiva deste.

Antes, *Jogando na roda*, trouxe para os leitores um pouco do ambiente de Santiago do Iguape, as fases distintas do Projeto Paraguaçu, bem como a diferença entre extensão (assistencialismo e prestação de serviços) e trabalho de campo.

Numa *Jogada de mestre*, descrevi a minha experiência de Estágio Docente Orientado, em que consegui absorver e *digerir* alguns dos pressupostos teóricos para alimentar o meu estudo. Aí descobri o texto como algo inacabado e fiz a minha filiação à AD.

Então, expus *As regras do jogo*, encaixando o meu estudo num estudo de caso e, mais especificamente, delimitando-o como uma *análise situacional* (Bogdan e Biklen, 1994), já que eram várias versões de um trabalho em “comunidade” (um momento do Projeto Paraguaçu).

Enfim, cheguei ao grupo de estudos do Paraguaçu, *Jogando em parcerias*. O que depreendi dessas análises?

Para entender o funcionamento desse grupo, preciso recorrer ao conceito de ressonância.

7.1 A FUNÇÃO DAS RESSONÂNCIAS DENTRO DO GRUPO DE ESTUDOS

Evidentemente que já abordei esse conceito em lances posteriores, mas este foi ficando mais claro, na medida em que fui aprofundando o estudo.

As ressonâncias se configuram, então, por uma aproximação natural entre pessoas, em que há afinidade. São combinações, parcerias em pontos dificilmente previsíveis. Nesse caso específico, pontos de leitura da experiência e registro desta.

As ressonâncias dispersam e congregam os olhares, simultaneamente. Ao mesmo tempo em que reforçam as singularidades de cada um, mantêm uma coletividade, singular em relação a outros grupos de estudos.

Dito isso e em razão disso, posso trazê-las para o contexto do grupo de estudos. Quais seriam algumas das funções apreendidas da análise anterior?

Fica evidente que estas mantêm um diálogo permanente entre as pessoas, uma vez que, como há naturalidade nas parcerias dentro do grupo, não há monopólio de vizinhanças; o que há é uma auto-organização, autocombinação, reatualizável, conforme o é a circularidade de leitura dos acontecimentos. Tudo depende do tempo de convivência e do como se convive. Percebi essa função em alguns gestos de escrita/ leitura das pessoas integrantes do Projeto Paraguaçu. Por exemplo, as expressões que denotam uma noção imperativa utilizadas por NE e SH, mas, ao mesmo tempo, a re-significação da palavra “caos” por SH e GL; a contestação dos valores da Academia feita por JM e AU e a coincidência na re-significação de símbolos do não-lugar (trem e BBB) por JM e NA e assim por diante.

As ressonâncias promovem ainda uma atualização dos gêneros discursivos: os secundários ganham em diversidade (expansão) e se interrelacionam com outros, nos diferentes gestos de escrita que são “lançados” nesse jogo. Cito, pois, o exemplo de NA que adaptou a escrita as suas sensações, produzindo uma “prosa-poesia-prosa”.

As ressonâncias são, desse modo, o termômetro do grupo. Se são muito detetáveis, significa que o grupo está funcionando; caso contrário, está na hora de re-alimentá-lo.

7.2 PALAVRAS FINAIS

Para os leitores mais exigentes, optei por uma breve recapitulação antes das palavras finais:

- ✓ NE olhou para a noção de *grupo* e apontou para o perigo de fechamento do grupo de estudos sobre si mesmo e para a importância das palavras nos seus contextos. Antes de usarmos nossos discursos, temos que estudar os contextos dos outros senão os efeitos podem não ser os esperados;

- ✓ JM olhou para os valores propagados dentro da Academia que, de certa forma, estão em consonância com aqueles disseminados pelos alimentados pela mídia (BBB): buscou uma afirmação a partir da negação daqueles que “vestem” o mesmo discurso, evitando comparações posteriores;
- ✓ NA olhou para a singularidade de cada um no que diz respeito à sensibilidade aos acontecimentos: chamou atenção para a tendência ao fechamento desses grupos e sinalizou para a importância da intensidade na relação como provável solução (a busca do outro);
- ✓ SH desconfiou da eleição de lideranças dentro do grupo e apontou a necessidade de diferença na vivência entre as pessoas;
- ✓ AL demonstrou que o desejo de transformação começa pelo questionamento, pela tensão de posições do próprio eu;
- ✓ AU revelou uma das fases do grupo, posterior à apontada por AL: a de autoconhecimento, com a busca de respostas diante da fragmentação do eu e dos valores “únicos” disseminados;
- ✓ IV demonstrou que há necessidade, às vezes, de estabelecer parcerias externas, de momento, para que o grupo sobreviva;
- ✓ GL foi o elemento diferenciador: diferiu dos outros accerianos e julgou que as parcerias precisam também ser constantes no grupo: não só em relatos orais, mas em outros espaços possíveis das práticas discursivas.

O que posso concluir, ao fim das análises, é que o grupo de estudos, qualquer que seja ele, é determinado pela relação entre os lugares envolvidos (ou pessoas) e o objeto da prática discursiva (escrita ou leitura), portanto, é claramente contextual.

Tive, entretanto, algumas revelações, após vivências em um outro grupo de estudos, o constituído dentro do Projeto Salvador – um projeto de formação em pedagogia, na UFBA, para séries iniciais de professores do município. Pude descobrir que a concepção de grupos de estudos não necessariamente implica em evitar as outras noções de *trabalho de grupo* e de *aula*. O que se questionou, durante o

estudo, foi a hegemonia de uma forma ou outra. Essa outra noção para qual chamo atenção requer um autopolicimento quase contínuo, mas o contexto faz a necessidade. Em determinados instantes, as práticas discursivas exigem aqueles formatos, reforçados pelos valores alimentados dentro dos não-lugares. O importante é não adotar o travestimento discursivo tão em voga. Por isso, para não ser enquadrado nesse rol de pessoas amantes do travestimento, afirmo que o professor (e por que não o próprio estudante em posição de mestre?) pode assumir essa condição de transmissor ou de delegador de tarefas. O que estou questionando é exatamente a tendência que todos temos de permanecer nessas práticas discursivas, nessas formas de educar. Daí, ousou concluir que os grupos de estudos passam a ter esse estágio no seu processo de formação para que os membros reconheçam o sentido de grupo.

Outra descoberta interessante é que as práticas de escrita e leitura, de preferência, devem perpassar todo o processo de funcionamento do grupo, mas do modo mais provocado possível. Dessa forma, há possibilidade de descoberta da incompletude das práticas discursivas bem como de precipitação da sensibilidade para tais atos.

A partir disso, e para contribuir com as práticas educativas do dia a dia, posso sugerir que o princípio de um grupo de estudos necessita de provocação, de vontade de mudança. Essa provocação tem que passar por um esforço coletivo para não permanecer nos estágios de aula e de trabalho de grupo. Estes, talvez, sejam até o princípio de tudo, mas há um cultivo para que a vontade de estacionar nesses formatos não seja coletiva.

Para começar outro jogo, quem sabe não seja hora de começar a explorar esses espaços em que os grupos de estudos já se desenham, já se apresentam como forma de re-existência e exigem um entendimento maior, não só nos ambientes de trabalho de campo, mas em outros espaços aí afora?

QUEM JOGOU JUNTO: AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACC: Atividade Curricular em Comunidade:** UFBA em Campo, 2002.2. 2003. Salvador, Universidade Federal da Bahia/ Pró-Reitoria de Extensão. Semestral.
- AUGÉ, M. 1994. **Não-Lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas, São Paulo, Papirus (Coleção Travessia do Século).
- BAGNO, Marcos. 2000. **A língua de Eulália:** novela sociolinguística. 6. ed. São Paulo, Contexto.
- BAGNO, Marcos. 2003. **Preconceito lingüístico:** o que é, como se faz. 22. ed. São Paulo, Loyola.
- BAKHTIN, Mikhail. 2000. **Estética da criação verbal.** Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira; revisão e tradução Maria Appenzeller. São Paulo, Martins Fontes. (Ensino Superior)
- BANDEIRA, Pedro. 1999. **O fantástico mistério de Feiurinha.** 23.ed. São Paulo, FTD (Terceiras histórias).
- BARICKMAN, B. J. 2003. **Um contraponto baiano:** açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (orgs.). 1999. **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade:** em torno de Bakhtin. São Paulo, EDUSP (Ensaio de Cultura, 7).
- BELTRÃO, Lícia Freire. "Existe um lugar do sujeito na linguagem". **Revista de Educação CEAP,** Salvador, Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica, ano 9, número 33, p. 2-16, jun.-ago. de 2001 (entrevista).
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. 1994. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal, Porto Editora. (Ciências da Educação).
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. 2002. **Introdução à análise do discurso.** 8. ed. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP.
- COHEN, Jeffrey Jerome (org.). 2000. **Pedagogia dos Monstros:** os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte, Autêntica. (Estudos Culturais)
- CURI, Samir Meserani. 2002. **O intertexto escolar:** sobre leitura, aula e redação. 4.ed. São Paulo, Cortez.
- DUCROT, Oswald. Teoria Polifônica da Enunciação. In: DUCROT, Oswald. 1987. **O dizer e o dito.** Revisão técnica da tradução por Eduardo Guimarães. Campinas, Pontes. (Linguagem e Crítica)
- DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR, Carlos. "O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação". In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. (Org.). 2001.

Habitantes de Babel: Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte, Autêntica.

FEIJÓ, Glauco Vaz. 2003. **El proceso de creación de una reserva extractiva:** territorio de conflictos y nuevas formas de lucha. Projeto (Doutorado Iberoamericano de História) – Departamento de História II, Universidad de Huelva, Espanha.

FEYERABEND, Paul. 1989. **Contra o método.** Rio de Janeiro: F. Alves, p. 32.

FOUCAULT, Michel. 2000a. **A Arqueologia do Saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. 2000b. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo, Loyola (Leituras Filosóficas).

GALEFFI, Dante Augusto. “Delineamentos de uma filosofia do educar polilógica: no caminho de uma ontologia radical”. In: GALEFFI, Dante Augusto. 2003. **Filosofar & Educar:** inquietações pensantes. Salvador, Quarteto.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. 1998. **A escrita e o outro:** os modos de participação na construção do texto. Brasília, UNB.

GERALDI, João Wanderley. 1997. **Portos de passagem.** 4. ed. São Paulo, Martins Fontes. (Texto e Linguagem)

KOCH, Ingedore Villaça. 2001. **O texto e a construção dos sentidos.** 5 ed. São Paulo, Contexto (Caminhos da Lingüística).

LAGAZZI, Suzy. 1988. **O desafio de dizer não.** Campinas, São Paulo, Pontes.

LANDOWSKI, Eric. 2002. **Presenças do outro:** ensaios de sociosemiótica. São Paulo, Perspectiva.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. O registro da prática docente: instrumento de formação e transformação. In: **Revista de Educação CEAP.** Salvador, Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica, ano 11, número 40, p. 43-54, mar.-maio de 2003.

LUBISCO, Nídia Maria Leinert; VIEIRA, Sônia Chagas. 2003. **Manual de estilo acadêmico:** monografias, dissertações e teses. 2ed. rev. e ampl., Salvador, EDUFBA.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. 1986. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU.

MAINGUENEAU, Dominique. 1996. **Elementos de lingüística para o texto literário.** Tradução Maria Augusta Bastos de Matos e revisão da tradução Marina Appenzeller. São Paulo, Martins Fontes (Leitura e Crítica).

MAINGUENEAU, Dominique. 1997. **Novas Tendências em Análise do Discurso.** Tradução Freda Indursky e revisão Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas, Pontes/ Ed. da UNICAMP.

MAINGUENEAU, Dominique. 2000. **Termos-chave da análise do discurso.** Tradução Márcio Verúcio Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte, UFMG.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 1999. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 5 ed. São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. 2001a. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas, SP, Pontes, 2ª reimpressão.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. 2001b. **Discurso e Texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP, Pontes.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. 2002. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 4 ed., Campinas, SP, Pontes.
- ORTIZ, Renato. 1998. **Mundialização e cultura**. São Paulo, Brasiliense.
- PRATA, Mario. 2001. **Minhas tudo**. Rio de Janeiro, Objetiva.
- SANDRONI, Laura (Coord.); MACHADO, Luiz Raul (Org.). 2003. **João Cabral de Melo Neto**. Ensaio de Carlito Azevedo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SANT'ANNA, Affonso R. 1988. **Paródia, paráfrase & Cia**. São Paulo, Ática.
- SANTOS, Milton. 2000. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2 ed. Rio de Janeiro, Record.
- SERPA, Felipe. 2004. **Rascunho digital**: diálogos com Felipe Serpa. Salvador, EDUFBA.
- SILVA, Cleverson Suzart. 2002. **Educação, filosofia e qualificação**: por um filosofar pautado no dever espanto-análise-reflexão-crítica-ação criativa. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. 1996. **Identidades Terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis, Vozes, Cap. 13.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. 2000. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-moderno. Belo Horizonte, Autêntica.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. 1998a. **UFBA em Campo 1996-98: uma experiência de articulação ensino/ pesquisa e sociedade**. Salvador, Pró-Reitoria de Extensão.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. 1998b. **Relatório de Atividades 1997**. Salvador, Pró-Reitoria de Extensão.
- XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana (Orgs.). 2003. **Conversas com lingüistas**: virtudes e controvérsias da Lingüística. São Paulo, Parábola, p. 77-90.

ANEXO-A: RELATO DE NE

Setembro e Outubro, 2001

Rápido, Recôncavo!

Em setembro começamos a dedicar mais tempo para confecção de produtos como vídeo, homepage, livro, exposição... as viagens passaram a rarear. E no meio disso tudo, as autocríticas e inconclusões do Projeto Paraguaçu.

Na primeira viagem do mês, a partir de um com encontro com dona ML no ônibus, combinamos nossa contribuição para o terno de reis de lá. Há muito ela se queixava da falta de tecido para a confecção das roupas dos brincantes. Acertamos, então fazer tudo com material reciclado. Desenhamos os modelos da porta estandarte, reis magos, camponesas, etc. Definimos o tema: a própria Santiago; e os materiais a serem utilizados para as oficinas e a data de apresentação do Terno de Reis, 06 de janeiro de 2001.

Grupos

O Grupo de dança Afro vivia – acho que ainda vive – uma grande desarticulação. Realizamos algumas atividades como [com] o grupo no sentido de refletir um pouco mais esse momento no qual também interferimos.

Uma foi a discussão com eles sobre sua concepção de **dança** e de **grupo**. A dança é uma alternativa de lazer, mas a expectativa não é mais a mesma pois acham que já sabem todos os passos, mas não tem aonde apresentar.

Com relação a [à] idéia de grupo, a deles ainda é muito verticalizada. A imagem de um ser que guia, ilumina aos outros é presente. Esperam sempre que AN diga o [que] deve ser feito. Mas, quando discordam não debatem nem criticam coletivamente a Companhia. Daí as picuinhas com os critérios de escolha dos dançarinos para foto no convite de aniversário, apresentações e até dos que foram incluídos oficialmente no Projeto Paraguaçu com bolsa.

À [A] esses últimos cabem mais críticas. São criticados porque, segundo os moradores, quando a gente chega no Iguape ele[s] põem o caderno debaixo do braço e

nos seguem. Durante a semana, quando estamos ausentes, quase nada é adiantado (cooperativa, biblioteca, oficina, jornal, etc...).

Por que isso acontece? Será que é porque sentem-se constrangidos em dizer “não” às próprias idéias diante das primeiras dificuldades? Ou será que eles, que vivem no Iguape, adotaram (metade) do nosso discurso “não vamos fazer nada para vocês”, o discurso de quem é da universidade, no caso, Projeto Paraguaçu? E a iniciativa própria, cadê?

É uma crise de identidade. A autocrítica é muito importante. De nosso lado, na nossa realidade – a Universidade – acontece algo parecido. Em nossas reuniões, a UFBA parece nem existir. Estamos numa greve, num momento crucial para as IFES e, ainda negamos sua a [a sua] existência. Claro que nos inquietamos com a burocracia e os critérios que regem e levam a UFBA não se sabe para onde. Mas não adianta negar esse espaço, temos que estar lá dentro, dominar essa estrutura. Mas de **fora** nada acontecerá de novo, nenhuma mudança ocorrerá se ficarmos somente criticando a Proext, FHC, a Reitoria, as Faculdades... (Taí um momento interessante daquele povo de Letras que tem se reunido para fazer um manifesto).

O Projeto Paraguaçu ainda se agarra no que foi o UFBA em Campo. Estamos parecendo Santiago quando diz que “*antigamente aqui era assim, antes tinha isso, aquilo outro.*” Dá a impressão que [o] passado foi melhor e nada de novo acontecerá. Isso é péssimo!! Temos que olhar para frente, ver o UFBA em Campo como lição de como as coisas podem ser e de como nossa desarticulação permitiu seu fim. Temos que nos auto-avaliar, rever nossas possibilidades de dedicação, nossas prioridades, talvez esteja na hora de cortar o cordão umbilical. Sabemos que o projeto não pode continuar assim... Temos que redefinir os papéis de acordo com os objetivos do Paraguaçu.

ANEXO-B: RELATO DE JM

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Pró-reitoria de Extensão/ FAGED
Projeto Paraguauçu

Brevíssimo relatório ACC - 2002
Viagem: dias 2 e 3 de março

Tarefa:

Levantamento dos dados bibliográficos dos livros doados à futura Biblioteca de Santiago (um dia sai!)

Tempo: manhã e tarde de sábado

Participantes:

AN, ER, CL, GA, IV, o y (como é mesmo o nome daquele rapaz, filho de MI, ainda em obrigação de santo?) e JM.

Tarefa cumprida: levantamos as referências de 190 títulos (ufa!)

Premiação:

Camarões no jantar e uma noite cantante no videokê de LN com direito a cervejas, conhaque e banho de chuva (não consigo lembrar de tudo, mas...)

Obs. Qualquer semelhança com as inteligentes (?) provas do Big Brother Brasil é mera coincidência (fiquei sabendo das provas do programa através de meu irmão, isso quer dizer: NÃO ASSISTO AO BIG BROTHER. Acredite!)

SORRIA! VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO.

ANEXO-C: RELATO DE NA

27/01/01

Depois de muitas reuniões, e alguns conflitos, finalmente chegou o tão esperado Dia da Biblioteca no Iguape.

Chegamos. Fiquei um pouco assustada, pois não via ninguém. De repente, surge o prefácio do livro em forma de teatro, percorrendo a praça, justamente para acordar o povo, avisando-lhes que o livro estava abrindo suas páginas para que todos, nelas, viajassem. Quando eu, uma pequena partícula que ali estava, embarquei neste processo, já tinha milhares de passageiros.

Começamos nossa viagem, passando pelo mundo da argila, com parada obrigatória no adro da igreja.

Todos sujando suas mãos em um produto tão usado na região, para cobrir o sol, que tanto, suas cabeças, teima em queimar.

No outro vagão, a interação da comunidade com a universidade, através de dois corpos. Fiquei imaginando o quanto podemos criar com nossos corpos e, às vezes, ficamos parados, nos limitando a usá-lo só para andar.

No vagão da criança, podemos observar que os jovens de amanhã, queriam participar e a maneira disso acontecer era a tinta usar, desenhos pintados a euforia de mostrar, que aquele vagãozinho um dia vai chegar lá.

O vagão que estava parado, começou a funcionar, pois dos trilhos precisava para seu trabalho demonstrar, tinha vários passageiros ansiosos para entrar, no mundo da fotografia, querendo entender e logo chegar. Mais esse mundo é infinito, ninguém consegue esgotar,

quando você domina uma coisa, outra está para chegar.
Por isso, milhões de fotógrafos existem, e ninguém, o outro consegue imitar,
a sensibilidade de cada um é que vai dizer o seu lugar.

A cabine da poesia, muitos jovens estavam lá,
talvez por serem românticos, demonstrando-se sem medo de errar,
este sentimento não envergonha, precisa se soltar,
se o mundo fosse mais poético, talvez nós teríamos mais calor no nosso olhar.
A juventude se animou, e começou a declamar,
primeiro, com vergonha; depois, foi crescendo, e a voz a se soltar,
fazendo, logo após, poemas, para na praça pendurar,
cheios de orgulho de poderem assinar.

Para o vagão dos jovens pescadores, o meu chapéu vou tirar,
esta arte de pesca que dominam sem errar,
tem a arte da capoeira que bonito souberam jogar
e demonstrando a seu povo, que precisa os valorizar.
Este vagão funcionou uma hora sem parar,
passamos por Angola, viemos, na regional, parar.
Espero que o vagãozinho dos pintores consiga a este vagão se juntar.
Casando as duas artes e, juntas, poderem demonstrar
que Santiago do Iguape têm riquezas para sobrar.

Para formar o trem, com todos vagões completos, chegou a dança afro mostrando o
seu universo, subiram a rua dançando, com todos passageiros aplaudindo.
Encerramos esta viagem, com certeza que outras virão, creio que teremos de
aumentar os vagões deste trem.

ANEXO-D: RELATO DE SH

Junho

Ah, Junho! Comida típica, feriado, recesso, descanso... Por tudo isso, fizemos poucas viagens nesse mês. Os relatos indicaram que o “caso cooperativa” não estava lá indo tão bem: soubemos que os nomes contidos na lista feita por JO foram escolhidos a seu bel prazer, sem a consulta prévia dos demais pescadores, muito menos dos próprios indicados para compor a comissão... Desfeita a tal da lista, o pessoal recomendou que os pescadores (que até então pareciam "liderados" por JO) se mobilizassem para a divulgação do plano da cooperativa, associação, o que fosse, para que esta fosse legítima, envolvendo a grande maioria deles. A partir daí a figura de JO já estava aparecendo demais... e sozinho... Uma idéia surgida nas reuniões nossas sugeriu que tentássemos congregar, na comunidade, pessoas que tivessem noções de cooperativismo, para ajudar nessa empreitada.

Quanto aos professores, NA contactou-os, que, novamente, ficaram de entrar em contato quando tivessem ajustado o calendário. Enquanto nós não trabalhávamos em conjuntos, num nível mais amplos, professoras mais próximas, em especial TA, implementa ações educativas diferenciadas com os alunos, sugeridas por eles próprios, muitas vezes, como foi o caso da caminhada em manifestação contra a morte de um pequeno rio da cidade.

No Iguape, as festas juninas são momentos aguardados e, especialmente o São Pedro, bastante festejadas. Nesse período, os jovens se dedicavam com particular atenção para o ensaio da quadrilha junina. Por aqui, também na expectativa dos dias festivos, mas ainda imersos no trabalho, continuamos nossas reuniões semanais – que tiveram um intervalo na semana da folia –, que serviam bastante para deixar aqueles como eu, que não viajaram no mês, informados e empolgados com as notícias de lá de Santiago. Contudo, ainda não sabendo como colocar e bem explorar o enorme volume de informações que circulavam naqueles instantes: ACC, relatório, impressões, relato, planos, atividade, calendário de viagens, broncas, piadas, jurema, novos, velhos... quase um caos (isso existe???)

Julho

O retorno. Das atividades, mas não o meu ao Iguape, infelizmente. Aqui em Salvador, eu arrancava os próprios cabelos por causa de uma monografia com o prazo de entrega já estourado! Por isso, muito a contragosto, tive que me contentar em participar das reuniões. Reunião, reunião, reunião... E por falar em reuniões, tivemos, nesse mês, uma daquelas (temíveis, famigeradas... e mais do que necessárias) reuniões de avaliação! Ah, mas deixe-me começar do início.

A turma que viajou voltou cheia de novidades, algumas delas inquietantes, encucantes e causadoras de algumas interrogações. O que as causou? Inicialmente, TI (do Flamenguinho). O pescador, que parecera tão aguerrido e disposto a lutar pelo trabalho em que acredita, fora visto em conversa com RO, onde parecia expor seu descrédito na proposta da cooperativa e no trabalho conjunto. A partir desse fato, que os meninos em campo discutiram exaustivamente, surgiram uma série de dúvidas, questões que deverão ser avaliadas. Que negócio é esse de TI e RO juntos? Ele está fazendo jogo duplo? De cara, ficou uma outra grande interrogação: Tico é mesmo uma liderança dentro de Santiago, legitimada na comunidade, ou nós, numa posição impetuosa, visualizamos nele o líder que não é? E, para além disso, em dois anos de trabalho, nos demos conta de que é bastante difícil identificar quem é liderança em Santiago, um lugar onde, como deve ocorrer em diversos outros lugares desse estado, o compromisso e causas do grupo é reduzido à figura de uma só pessoa, indivíduo este que, não raro, assume uma posição enviesada e para fins particulares e fugazes, atraindo a desaprovação e insatisfação de muitos. Esta é mais uma centelha (intensa e altamente inflamável) de dúvida, que torna necessária uma avaliação da posição de TI, da UFBA, dos meninos do grupo de dança e dos pescadores frente à situação levantada na comunidade.

Bem, mais uma parte positiva dessa viagem relatada pelo pessoal foi a oficina de poesia realizada por lá. Esta, pensada inicialmente para congregar adolescentes, teve como atração principal as crianças, grupo que não raro rouba a cena nas atividades nos eventos do Iguape. Numa a atividade que me pareceu uma mistura do lúdico com o artístico, as crianças e a turma que comandava a oficina soltaram a imaginação. Quanto aos jovens, TC (letrólogo) observou a intensa produção de poesias de cunho subjetivo e a de abordagem de temas mais sociais. A partir desse

evento, surgiu a idéia de organizar e pensar numa possível publicação desse material.

Ah, numa das reuniões desse mês, fizemos o planejamento para o aniversário do Grupo de Dança Afro Vale do Iguape. Mas os detalhes vêm no próximo relatório...

* Da dinâmica e do processo: algumas reflexões sobre a reunião do sábado

Passemos agora à reunião ampliada, realizada na casa de NA. Muito já discutimos nesse mesmo dia e na reunião após essa os temas lá debatidos. Por isso, não me deterei nos detalhes. Desse desabafo geral - no qual reivindicações, insatisfações, reclamações e perspectivas para o futuro foram levantadas -, da vivência daquele espaço de troca aberto no domingo e com a leitura da sistematização das informações feitas por HI, sinto a necessidade de expor ao grupo minhas opiniões e conjecturas sobre as coisas que foram ditas, enfim, sobre o estágio que hoje atravessamos, enquanto um grupo. Não farei um apanhado dos fatos ocorridos naquele dia - ao contrário do que, muito bem, por sinal, fez a colega. Quero apenas expor a meus pensamentos e inquietações.

Quando na reunião da última sexta-feira, dia 20, propus que o domingo seguinte fosse um dia de reunião ampliada, estava tentando retomar uma dinâmica que, em outros momentos, já havíamos concordado ser a melhor a seguir: realizar periodicamente reuniões mais longas, nas quais fossem abordadas reflexões, diretrizes e entraves do projeto. Daí, concordei com DA quando disse que aquele encontro não lhe causava estranheza. Já o havíamos previsto, de alguma forma. Só que, do modo como colocamos as coisas, primou-se por ter as insatisfações como motivo central para sua realização, ao invés de se pensar aquele espaço como parte integrante no andamento da nossa experiência de grupo. Isso, sim, a meu ver, causou um certo mal-estar.

Mas, em todo caso, expor as questões que nos atormentavam serviu para abriremos os olhos a pendências e deslizes - do grupo como um todo - e, assim, podemos refletir, juntos, as melhores atitudes a tomar. Diversos pontos interessantes foram tocados. Contudo, existiram alguns que me foram mais urgentes e é sobre eles que falarei um pouco.

Uma primeira questão que, acho, todos devemos discutir diz respeito aos rumos do ACC. Certamente, detectamos uma série de detalhes que atrapalharam, por um lado, o melhor aproveitamento da experiência por parte dos meninos que o fizeram como disciplina e, por outro, a construção de uma nova dinâmica interna do nosso grupo. Na reunião algumas soluções foram apontadas:

* Os grupos devem mandar a ementa do projeto para os departamentos, a fim de serem disponibilizadas aos alunos, para que estes se interessem da proposta antes de ingressarem nela;

* Os grupos poderiam ter autonomia para decidir quantas vagas disponibilizar para seu projeto, tendo em vista que, em uns, quanto maior for o número de participantes novos, melhor, e com outros, ter dez pessoas novas pode não ser tão interessante – no nosso caso, concordo-se que dez alunos entrando de uma só vez foi um baque muito grande e, talvez, desnecessário!

* ACC: seis meses ou um ano???

* No nosso caso particular, as viagens dos novatos deverão ser realizadas ainda no início do semestre. Contudo, creio que não tão no início assim, pois, para mim, é muito importante que eles possam ter o mínimo de familiaridade com as concepções do projeto antes de partirem para o Iguape. Isso pode evitar mal-entendidos se, por acaso, eles forem recebidos com a interessante pergunta que TI, do Flamengo, fez a MA, na reunião dos pescadores: o que você está fazendo aqui???

* Ainda em se tratando do nosso grupo, os relatórios e demais materiais do trabalho deveriam estar acessíveis a todos os novatos.

Todas essas possibilidades devem ser discutidas por nós e dizem respeito apenas ao grupo. Mas, algumas delas, são propostas de reflexão e mudança da estrutura do ACC e, portanto, têm que ser debatidas e levadas ao embate no contexto maior da universidade, junto a Pró-Reitoria de Extensão, por exemplo, que é a responsável pelo programa.

Reside nesse aspecto o segundo ponto de reflexão levantado no domingo, que considero extremamente importante: nossa atuação grupal dentro da UFBA, como uma equipe que se propõe a contestar algumas práticas institucionais da universidade,

experimentando e apresentando novas formas de promover e lidar com o conhecimento acadêmico, em especial em sua inserção social. A insatisfação de alguns de nós disse respeito ao pouco embate e debate que realizamos, juntos, dentro da estrutura da UFBA, com o propósito de propagar nossas idéias e contestar o estabelecido. É fato patente (e maravilhoso) que a filosofia de ação e a própria convivência influenciam nossas ações perante temas da vida de estudantes – e, para além dela, as nossas vidas cotidianas e relações com outros. A pendência levantada está na gerência dessa atuação que, sugeriram, deve ser em grupo e voltada para a universidade tanto quanto para a comunidade, numa interferência mais direta e organizada dentro da instituição, seja através de debates ou na participação dos diversos outros eventos internos nela inscritos. A atitude deve ser a de implosão por dentro, da atuação nos espaços da universidade, e não a da negação do debate.

O terceiro e último tema que me chamou atenção se referem à dinâmica e compromisso de grupo. A falta dos relatórios mensais e relatos escritos das viagens, a nula busca de informações aqui em Salvador, o delegar atividades específicas a pessoas das áreas “cabíveis” a não participação de outros nessas tarefas, os trabalhos que ficam pendentes aqui e lá, o pouco contato que temos fora do Iguape, o pouco contato entre tutores e tutorados do ACC, a dúvida quanto ao espaço, prioridade, do projeto em nossas vidas... Todas essas reclamações que, por um lado, motivaram o encontro daquele dia, refletindo que já era mesmo o momento de nos avaliarmos e, por outro, indicam que temos mesmo que repensar atitudes e responsabilidade de grupo. Para mim, como manifestaram algumas pessoas também naquele dia, alguns deslizes que cometemos estão muito vinculados a esse “fazer” novo a que nos propomos, diverso e mesmo contrário ao *ethos* de outras áreas de nossas vidas, e que, por se tratar de novidade, por envolver diferenças e modos culturais distintos de ser, por comportar ritmos de vida e dinâmicas diversos, por significar, muitas vezes, embate, é tão difícil e deve sempre, sempre estar se policiando, se contestando, se testando, se avaliando, se discutindo, enfim, se alimentando. E, por isso, tais instantes, quando não são vividos de forma tensa e se bem aproveitados – em termos mesmo de mudança de comportamentos em cima das deliberações – fortalecem os laços e a filosofia.

ANEXO-E: RELATO DE AL

Projeto Paraguaçu
Relatório

A reunião das associações conseguiu aglutinar um grande número de pessoas em torno do objetivo da unificação entre todas as associações do Iguape.

A comunidade, representações locais e o grupo do projeto estiveram no encontro. A proposta de unificação foi apresentada ao grupão e deu-se início as discussões em torno dessa idéia.

Não pretendo, contudo, descrever o que aconteceu durante a reunião, mas tentar expor algumas dúvidas que me envolveram após o término da reunião.

Primeira: por que não há uma unidade (em termos de representação política) entre as lideranças, em um lugar tão pequeno? Segunda: o que a comunidade do Iguape realmente deseja, conhecemos suficientemente a comunidade e ela nos conhece suficientemente, para que realizemos algo juntos? Última: A Universidade deve tomar a iniciativa no processo de convivência?

Assim, qual seria o motivo da *pouca unidade*, em um lugar tão pequeno, que comporta tantas associações, grupos de arte e dança; um local com pessoas tão singulares como o AR e o próprio RO. Isso é um ponto ruim ou, *a diversidade* é um elemento que comprova a complexidade na dinâmica da comunidade do Iguape?

O que essa diversidade deseja? "...não somos um balcão de prestação de serviços", essa frase do professor FE revela a nossa intencionalidade, concordo que não devemos servir produtos a comunidade. Por outro lado fico em dúvida se o "saber pedir", que várias pessoas colocaram na reunião se refere aos produtos (biblioteca, associação, cooperativa, canoas etc.) ou, o "saber" é a necessidade de uma maior

aproximação para *conhecerem* melhor o que é “o fazer com a comunidade” que tanto nos referimos no dia a dia?

Por último, até hoje, em todas as nossas participações nas discussões e eventos que realizamos com a comunidade houve a intencionalidade (é claro!). Contudo, seria uma nova via no processo de convivência, a tomada de iniciativas (por parte do projeto)? Isso comprometeria a autonomia da comunidade e a filosofia do projeto? Que direção estaria tomando, o *Projeto*, a partir daí?

Atualmente, temos buscado, uma resposta para as coisas que não acontecem no Iguape, e quase sempre ela nos remete a *falta de iniciativa*. A questão é: a iniciativa deve partir da comunidade, do projeto ou, é possível a horizontalidade nas tomadas de ações? Cabe-nos refletir!

ANEXO-F: RELATO DE AU

PRÉ-ACC

Pensar e escrever no que eu era, no que eu sentia antes de participar desse ACC faz me sentir ridícula, pois eu me achava uma estudante de destaque no contexto acadêmico da FACED. É importante ressaltar que esse pensamento de superioridade não partiu exclusivamente de mim. Devido a minha trajetória acadêmica encontrei pessoas que me ajudaram a me sentir assim, privilegiada. Minha trajetória acadêmica começou na verdade no 3º semestre quando sai de um estágio de docência para substituir a vaga de uma pesquisa financiado pelo PROUFBA na FACED sob a coordenação das professoras MP e DL. Na seleção fiquei em 2º lugar, pois na 2ª etapa do processo seletivo ajudei o candidato que foi o primeiro colocado. Não estou querendo me gabar, mas se eu não tivesse alertado ele numa questão que ele havia feito errado a vaga era minha, porém não me arrependo disso. Através dessa pesquisa consegui participar de outras atividades. Cursei uma disciplina da pós-graduação como curso de extensão, participei da equipe de uma pesquisa entre o CRH e o INCRA viajando por vários municípios da Bahia, participei de uma pesquisa nacional entre a FIPE e o MEC por dois anos consecutivos, participei do PEQ-BA também por dois anos consecutivos, dentre outras atividades.

Partindo dessa perspectiva eu me achava a tal. Para animar ainda mais meu ego professores e estudantes me elogiavam. Despertei até a inveja em alguns estudantes. Para completar eu participei da equipe que realizou a matrícula no semestre 2001.1. Depois disso, me tornei mais conhecida, mais popular na FACED.

Confesso que eu gostava desse “sucesso”, mas comecei a pagar um alto preço. Várias pessoas se aproximavam de mim por interesse, pensando que eu era uma pessoa influente (inocentes pessoas) e isso me angustiava muito. Cansei de chorar na faculdade e só uma colega minha sabia os reais motivos de minha angústia, pois ela acompanhou tudo de perto.

Aos poucos foi me acostumando com isso e em vez de me resguardar procurava realizar atividades que me expunha mais. Assim, nesse semestre 2001.2 entrei no Diretório Acadêmico do Curso de Pedagogia e me inscrevi nesse ACC. As

peças que participam de ACCs são vistas com outros olhos. Um dos motivos é a oportunidade ou sorte de conseguir uma das raras vagas que são oferecidas em virtude do processo de matrícula ser realizado de acordo com o escore dos estudantes. Assim, a priori, pressupõem-se que os melhores estudantes estão nos ACCs.

Nesse contexto me achava uma ótima estudante, afinal de conta eu era uma das poucas estudantes que tentava e tinha oportunidade de participar dos serviços que a Universidade oferece (ensino, pesquisa e extensão) ao mesmo tempo. O fato de eu ter facilidade e oportunidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo incomodava algumas pessoas.

Outro fator que me fazia achar superior é ter conseguido adiantar meu curso, tendo assim a oportunidade de me formar em sete semestres, o que corresponde ao tempo mínimo de conclusão do curso de graduação de Pedagogia, três anos e meio.

Minha personalidade forte ajudou em tudo isso, pois tenho coragem de falar o que penso (mesmo que isso me envergonhe), admitir meus erros, reconhecer minhas limitações...

Em suma, percebe-se que eu era uma convencida antes de participar do Projeto Paraguaçu. Me achava uma pessoa cheia de conhecimento, cheia de sabedoria.

PÓS-ACC

Confesso que estava louca para que o semestre acabasse, em virtude do cansaço físico e principalmente mental que ainda estou por assumir várias atividades. Só para ter uma idéia, nesse semestre 2001.2 cursei 8 (oito) disciplinas. Assim estudava nos turnos matutino e noturno, e no turno vespertino fazia estágio. O final de semana que teoricamente eu tinha para descansar e dedicar ao meu lazer dividia aos sábados para o curso de inglês e no domingo para realizar as atividades acumuladas da faculdade. Por isso a ansiedade de ficar livre de todo esse stress, mas vou sentir muita falta de algumas coisas. Acredito que a única coisa que irei sentir saudade de verdade desse semestre atribulado é do Projeto Paraguaçu (as reuniões

na FACED, os comes e bebes, as viagens ao Iguape, as pessoas incríveis que tive oportunidade de conhecer...), pois participar desse ACC possibilitou-me ampliar minha visão da realidade. Só lamento que poucos têm o prazer de transcender os muros escolares e compreender que Universidade não se limita, não se resume apenas ao ensino. O ACC fez me entender com mais exatidão que passei três anos de minha vida pensando que estava convivendo numa Universidade e, no entanto me limitava ao ensino da FACED. Assim, só agora no último ano do curso de graduação percebo que não aproveitei nada, que não usufrui adequadamente os serviços prestados pela UFBA (ensino, pesquisa e extensão).

A experiência de participar do Projeto Paraguaçu é um grande marco na minha vida acadêmica, pois no semestre anterior andava muito angustiada por acreditar que o conceito de Universidade na prática não funcionava. Foi através desse ACC que vi a Universidade com uma roupagem por mim nunca vista.

Hoje, escrevendo esse relatório sinto um grande vazio dentro de mim. E como se o projeto levasse toda minha sabedoria que eu acreditava que tinha, todo meu conhecimento, toda minha convicção de uma intelectual, toda minha prepotência, arrogância, orgulho e muitos outros sentimentos e atributos que não sei mais distingui.

Tenho a sensação de que tudo que sabia/sei, tudo que aprendi antes de conviver com o projeto foi apreendido de forma inadequada e agora tenho que aprender tudo novamente, pois na realidade eu não aprendi nada.

Agora não tenho mais a certeza de concluir minha graduação no próximo semestre, apesar de ser o sétimo semestre do meu curso, pois adiantei um semestre. Hoje me sinto mais oca do que no semestre que entrei.

Aquela garota que pensava que sabia muita coisa não existe mais. Hoje sei que o que sei não é nada nesse mundo do conhecimento. Conviver com as pessoas do projeto fez-me aprender a ser mais humilde, tolerante, flexível, simples, dentre outros ensinamentos.

Hoje sou um novo ser!

Beijos,

AU

ANEXO-G: RELATO DE IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROJETO PARAGUAÇU

RELATÓRIO DE VIAGEM, VIAGEM MESMO (abril / 2003)

As últimas viagens

Após longo tempo sem escrever relatório algum, volto a preparar algo para o projeto. Não consigo ter mais a mesma capacidade de apresentar um relato mais impressionista como nos primeiros momentos do projeto, apesar da riqueza das vivências da viagem dos dias 18 e 19 de janeiro. Terminei sempre entrando em algum tipo de análise, com dificuldade de permitir ser desvirginado (no bom sentido) pelos acontecimentos. Lembro-me da visita ao Caimbongo, da extensa caminhada, das conversas: tem quem votaria em VA, “por ser melhor votar em ladrão conhecido do que desconhecido, que nunca vai dar as caras por lá”; tem sem-terra com as mesmas queixas de três anos atrás: “vocês precisam nos ajudar”; tem também gente como DO (não sei se a grafia é assim) que parece ter uma liderança mesmo no pequeno grupo que cerca sua terra, além de muito orgulho do seu trabalho, fazendo questão de mostrar todo o processo de produção da farinha, desde a retirada até a moagem, a prensagem e a torra, que não pudemos ver até o fim. Aparentemente, em condições bem próximas dos demais assentados, conseguiu construir sua casa de farinha que é dividida com os vizinhos mais próximos, trabalha nas terras dos outros quando é solicitada, acontecendo o inverso também. Afirma que não sai de lá por nada, apesar de algumas dificuldades. Pode ser uma opinião precipitada, mas parece um “oásis” no meio de tanta queixa. Fico me perguntando não mais porque os sem-terra não se unem, mas sim como eles conseguem se unir, mesmo que precariamente, com tanta distância entre as casas. Como marcar uma reunião, como avisar os mais de cinquenta assentados?

Para realizar um trabalho mais efetivo no Caimbongo - mesmo que não tenhamos ainda (?) criado com eles condições para tal - torna-se difícil sem que possamos vivenciar o dia a dia deles. Coisas simples como passar algum tempo arrancando e raspando mandioca e assistir uma aula na escola são coisas mínimas para diluir a imagem que representamos para os assentados, enquanto representantes de uma instituição.

Estamos num momento em que nos perguntamos sobre a exequibilidade de vários propósitos do projeto como a edição dos materiais de vídeo e da home page, (e as oficinas nem começaram!) em virtude da dificuldade de equacionar o tempo que cada membro disponibiliza ao projeto hoje e as demandas que já se acumulam a algum tempo. Na realidade este relato não era nem para isso, mas acabei entrando nestas inquietações.

Nos dias 8 e 9 de fevereiro voltei a Santiago para o Seminário para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Iguape. Devido ao atraso na preparação deste relato, talvez não caiba estar entrando em detalhes mais descritivos, que já pudemos fazer em diversas oportunidades. Deste evento vale ressaltar ainda o poder de organização das pessoas e em certo sentido a liderança de AN, as positivities e negatividades do poder público, não apenas local, que puderam ser identificados nas presenças de um secretário de Estado, de um futuro superintendente do INCRA, que já tem se desdobrado em ações concretas, por reduzir o isolamento de que tanto se queixam as pessoas da região.

Na escola do Caonge

Na viagem realizada no dia 02/04, uma quarta-feira, tive o primeiro contato com a Escola Rural do Caonge, onde JU leciona. Na realidade, até então, não eu mesmo não tinha uma aproximação maior com JU (Gorda ou Baú, como falam os alunos). Logo na chegada, pudemos perceber a distância a voz inconfundível de Juvani, falando sobre os animais do mangue e quais deles os alunos mais gostavam de comer. Ao entrar na escola - ela não sabia que iríamos naquele dia - os alunos inicialmente se assustaram, pensando que fôssemos da vacinação. A turma de CBA 1 (1ª e 2ª séries

juntas) tinha pouco mais de 10 alunos, com idades entre 6 e 11 anos. A dificuldade de leitura era bem evidente, sendo que muitos deles não reconheciam, nem grafavam letras. Três alunos se destacaram pela inquietação e também pelas diversas menções que JU fez aos seus nomes AI, ME e RB, como os que “não querem nada”. Em outro momento, lembro de ouvi-la falar da grande heterogeneidade das turmas, dos alunos com maior dificuldade e dizer na frente dos alunos “que aqui o torto ajuda o aleijado”. Isso tudo poderia parecer discurso de qualquer professora, daquelas mais tradicionais e perversas, se não fosse o cuidado de JU com cada criança, da luta que trava para manter os alunos na escola, da aposta que faz em cada um, do conhecimento que tem sobre a realidade de cada um, e, não é a toa, que justamente os três “alunos problema” dos quais falei, são os últimos a sair da escola e muitas vezes retornam pela tarde, mostrando que o sentido dado à educação na escola do Caonge é muito maior do que a prática pedagógica.

Com relação a esta prática, alguns elementos merecem comentário. Apesar do pouco tempo que passei lá, deu para perceber que para a maioria das crianças, especialmente as mais velhas, já desgastadas pela repetência e pelo “fracasso escolar”, a sala de aula é bastante enfadonha. Nas 1ª e 2ª séries, os alunos copiaram a letra “a” por várias vezes, para só num outro momento poder passar para a letra seguinte, o que contrasta com a vivacidade e a capacidade de improviso de JU quando canta, faz brincadeiras ou mesmo fala da história do Brasil. Os alunos com melhores desempenhos, segundo JU, são aqueles cujos pais “tomam” as lições, o que, em outras palavras, significa que minimamente sabem ler. O que não é de se estranhar é que os demais, que se sentem tão distante desse universo letrado, estranhem e tenham maior dificuldade em dialogar e submeter-se ao ethos escolar. Apesar destas questões todas, o contato com JU, ajudou a tirá-la do lugar quase mítico em que a colocava, para quem sabe, poder realizar alguma atividade conjunta, a qual ela já se colocou a disposição com toda sua experiência e envolvimento com a educação integral das crianças e jovens da sua comunidade.

As inquietações atuais

Sinto a necessidade de “afunilar” as ações de modo a pensar mais realisticamente na nossa disposição (ou disponibilidade) efetiva para o projeto. A comunidade é imensa, e justamente por isso, sinto necessidade de ancorar nossas ações em algum(uns) pontos. Ao pensar em qualquer ação mais efetiva, deparo-me com a limitação concreta de tempo, não apenas minha. Estamos na iminência de iniciar as oficinas, que por si só darão um novo pique ao projeto, mas ainda assim penso que talvez falte alguma ação subjacente a estas atividades, que possa alinhar estes acontecimentos, como a criação de um grupo mínimo que possa aglutinar, gerir, refletir sobre, desdobrar estas experiências. Penso naquele grupo jovem que trabalhou na organização do Seminário para D.S.V.I - boa parte dele remanescente do grupo de dança - que mostrou um grande potencial de organização e trabalho e na possibilidade de criar junto a eles algo que tirasse do papel a idéia do Centro Cultural. Que ocupação poderia ser dada ao espaço do centro? Mostrar nossos vídeos, fotos, etc. e perguntar se existe algo a fazer com eles? Quem sabe um “mostra de vídeos sobre o Iguape - Ver Iguape”? Será existe algum desejo ou projeto, além das já “consagradas” dança afro e capoeira? Há uma série de jovens já formados por lá, que não se mandaram ainda para Salvador, outros que ainda virão e tantos outros que certamente ficarão por lá, e não sabemos até hoje o que eles pensam e querem fazer.

Um ponto que sempre me vem à cabeça é a questão da comunicação na região. Lembro que há quatro anos atrás só existia UM telefone no Iguape; há mais ou menos três anos, apenas uns quatro. O acesso aos povoados, de modo geral, é bem difícil. Não existe um único computador disponível para os alunos. Televisão até que existe. O jornal foi uma tentativa que considero riquíssima de levar informação, mas que para ir a frente não depende apenas dessa avaliação nossa, já que ficou centrado em pouquíssimas pessoas da comunidade, que hoje tem outras ocupações.

Tenho viajado muito na relação entre educação e comunicação, na busca de novas linguagens até mesmo no ambiente de trabalho, em que estou cada vez mais

conseguindo me distanciar das expectativas iniciais em relação ao trabalho tradicional de psicólogo. Fico pensando num projeto de implantar uma rádio interna na escola onde trabalho - com programas produzidos pelos alunos -, em experimentações com vídeos, e aí, não posso deixar de sempre relacionar estas idéias com o Iguape e projetar como seria isso lá.

Um trabalho durante a semana só vem sendo possível, nos casos de BR e LA, por se tratarem de atividades de final de curso, enquanto para os demais membros do grupo as ações tem sido mais panorâmicas. Penso que talvez nossos esforços devessem concentrar-se mais em “meta-ações”, ações que pudessem se dar na relação com algum grupo humano, que talvez ainda não esteja constituído como tal, mas que pode vir a se constituir desde que haja algo em comum. Peraí, mas não é essa a proposta do projeto desde o início? Acho que sim, mais de fato, o contato com os jovens, especialmente, os que estudam, ainda é pequeno.

Pergunto-me se não estou mais uma vez, pensando pelas pessoas da comunidade e querendo colocar meu desejo sobre os delas. De fato corro este risco sempre, mas não vou reler o relatório, nem repensá-lo agora, já que saiu com dificuldade, mas de uma vez. Ficam aí as questões para pensarmos juntos.

ANEXO-H: RELATO DE GL

Universidade Federal da Bahia

ACC - Projeto Paraguauçu: convivência universitária

Relatório da Viagem realizada nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2003.

Cá estou eu outra vez com minhas lembranças, parado em frente a uma tela pensando em tudo que o Projeto Paraguauçu tem significado pra mim, as novas lentes que ganhei, o otimismo recuperado, pessoas inesquecíveis... Esses relatórios são às vezes difíceis de brotar, envolvem sentimento, por isso tenho tentado ser mais descritivo, mesmo assim as emoções transparecem.

Essa é a quinta viagem que faço, cada uma até agora foi singular. Essa última foi intensa e de uma diversidade de atividades boa para encher páginas e mais páginas de relatórios infundáveis, sem serem com isso enfadonhos. Contudo, assim como é diferente cada viagem, me agradaria fazer desse relatório uma experiência distinta, menos descritiva e mais reflexiva, talvez também menos prazerosa de se ler, mas... é uma tentativa. Os fatos, os narro resumidamente nos próximos parágrafos, para os que não estiveram na última reunião de quarta-feira.

Resolvi fazer assim após a leitura do relatório de IV e sua proposta de pensarmos juntos. Perdoem-me se o meu pensar junto estiver um pouquinho atrasado, é que cheguei a pouco e, possivelmente, algumas questões que me faço, vocês já as responderam há alguns anos. Se der sorte talvez consiga contribuir com algo.

Bom, primeira parte: a descrição. Da Ponte ao Mangue, vivências e sobrevivência em Santiago, ou simplesmente, como fazer você mesmo o seu almoço.

Chegamos, eu e LA, a Santiago antes das 10h e fomos direto para o Engenho da Ponte com NO no barco a motor. Na Ponte pretendíamos assistir a uma

aula de TI, na recém-inaugurada escola. Não houve aula, mas um desfile em comemoração às datas cívicas de abril, tampouco chegamos a tempo para o desfile. Ainda em Santiago tivemos que esperar pelo fim de uma forte chuva, o que nos atrasou. Como compensação, pude conhecer Seu AR e provar com ele uma “catuaba”. Perdemos o desfile, mas não a oportunidade de conhecer a escola e conversar com alguns moradores: MR, que prepara a merenda da escola e guarda algumas imagens da capela da Ponte em sua casa; Dona NG, com quem falamos rapidamente; RE, que, apesar de um pouco confuso pelo tanto que já havia bebido, nos explicou como fazer uma camboa e, assim como outros pescadores e agricultores de Santiago, disse que não trabalha quando não precisa, não é irresponsável, mas se está com dois sacos cheios de ostra, pra quê trabalhar? (esse é um discurso que já tive oportunidade de ouvir antes e que me chamou bastante a atenção, parece-me que reflete uma forma completamente distinta de lidar com o tempo e com o trabalho, uma forma muito mais humana, se compararmos com a nossa. Creio que é uma dimensão que não deveríamos jamais perder de vista); e, por fim, MM, presidente da associação de moradores da Ponte, e mais um monte de mulheres, e alguns homens, que se reuniram em volta de nós completamente envolvidas no assunto da distribuição de água para a região. Várias acusações sobre retenção e apropriação indevida da água em Caonge e Calembá foram feitas. Haverá uma reunião no Caonge, na casa de JU, para discutir o problema. LA e eu ficamos com a impressão de que seria muito importante participarmos dessa reunião.

Voltamos. À noite ficamos no porto com RI, AM e MQ e depois fomos para a cama cedo, não havia nada além de grilos nas ruas de Santiago após às 9h, diferente do que estava acostumado a ver nos finais de semana.

No sábado chegaram TC e SH. Havíamos marcado para assistir ao treino de capoeira às 16h e depois nos reuniríamos com GE e o grupo da quadrilha às 19h. Pela tarde não havia nada programado, pois o prefeito, que iria a Santiago, cancelou a visita. Resolvemos ir para o porto conversar com pesadores e tentar convencer uma marisqueira a nos levar para mariscar na manhã seguinte. Também pedimos a TI que nos ajudasse nessa busca. Conversamos muito, nos informamos sobre redes, camboas, peixes e mariscos, mas não conseguimos uma professora de mariscagem

para o dia seguinte, apenas uma promessa de pescaria com MO. Passamos em CA, depois fomos para a capoeira. Treino pesado que só! Haja disciplina! Antes de voltarmos pra casa resolvemos nos aventurar mais uma vez na maré para conseguir uma marisqueira. Conhecemos LI, que pescava siri de linha, conversamos um bocado e marcamos a mariscagem, embora ela nos tivesse dito que descalços nós poderíamos nos machucar. Quando estávamos com LI já era noite e passaram uns seus parentes de canoa indo pescar. Uns jovens que já não nos podiam reconhecer devido á escuridão, apenas à LI reconheceram pela voz. Perguntaram quem estava com ela. - Os amigos de NA!, respondeu. Imediatamente um deles, em tom de brincadeira, mas bastante revelador, gritou já de longe: - Esses bonecos da cidade? Isso não presta! Rimos bastante, agora somos os bonecos da cidade, quer dizer, fomos sempre os bonecos da cidade, isso é outra coisa que não devemos esquecer, fundamental para a existência dos entre-lugares, que a mim, até agora, me parece o essencial do Projeto Paraguaçu.

À noite não conseguimos ns reunir com GE, que não estava muito bem por ter extraído um dente. Ficamos então conversando com LE por um bom tempo. Encontramos TI depois e marcamos a mariscagem com ele mesmo. Não achamos prudente pegar a canoa e ir para longe com o risco de nos machucarmos, ficando por perto seria mais fácil socorrer algum ferido, bonecos da cidade...

Dormimos cedo. Na manhã TI nos acordou e fomos mariscar. Em duas horas de trabalho havíamos garantido bem mais que o almoço, e, acreditem, com uma significativa contribuição nossa, apesar de TI ter contribuído com a maior parte, claro. Preparamos o almoço, e bebemos muito no domingo. Seu AR foi o personagem da tarde.

Segunda parte: pensar juntos, aderindo à proposta de IV.

Como a idéia partiu de IV, selecionei alguns, ou melhor, vários pontos do seu relatório para iniciarmos esse “pensar juntos”. A esses pontos vou agregando outros à medida que os comento. Não pretendo discutir todos agora. Talvez escolha

um ou dois e espere para ver se a proposta vai ter “ressonância”, como gosta de dizer o Professor. Depois que todos inserirem seus comentários, podemos filtrá-los, escolher alguns, tratá-los globalmente, sei lá, talvez isso não dê em nada e seja apenas entusiasmo de um neófito, mas não é um entusiasmo gratuito. Já tive a oportunidade de declarar minha admiração ao Projeto, e a reafirmo aqui. É, indubitavelmente, a mais humana, digna e instigante experiência que já tive em minha carreira acadêmica, e já se vão 12 anos desde que ingressei na Universidade.

Reafirmo essa admiração para que não haja dúvidas, pois ao entrarmos em um debate, gostaria que ele fosse sincero e maduro, que não houvesse lugar para vaidades e que as discordâncias fossem verdadeiramente entendidas como fundamentais para uma síntese e não como ofensas ou desarmonia, aliás, essa é uma das palavras mais conservadoras que conheço, harmonia. Prefiro o caos, que talvez seja apenas uma ordem que desconhecemos e negamos, como sempre fazemos com o desconhecido; negar, perseguir e eliminar, de preferência esquartejando-o, queimando-o vivo, ou, mais sofisticadamente, moldando-o à nossa ordem.

Bom, esclarecido isso e rasgado um bom pedaço de seda, vamos aos trabalhos.

“Fico me perguntando não mais porque os sem-terra não se unem, mas sim como eles conseguem se unir, mesmo que precariamente, com tanta distância entre as casas. Como marcar uma reunião, como avisar os mais de cinquenta assentados?”

Tenho intenção de, nestes comentários, revelar o que pra mim são pontos básicos de sustentação do Projeto que, eu creio, devem ser lembrados sempre. Essa reflexão de IV é reveladora de um deles, aproximação pelas positivities. “Não por que os sem-terra não se unem, mas sim como eles conseguem se unir”. Neste caso prevaleceu a positividade, mas algumas vezes, quando ela não é tão evidente, ela nos escapa. Penso nas queixas que fazemos sobre a desorganização em Santiago, que eles não se unem, que não há associação forte, que há mais de 10 candidatos, etc.

Reclamações que são também feitas pelos Iguapenses e que nós reproduzimos. Primeiro ponto: será que não é apenas uma vontade nossa, e talvez deles, mas que não se materializa por não estar fundada em condições objetivas

propícias? Será que queremos perceber Santiago como uma comunidade, sem percebermos o quão simplificador e ideologizante pode ser esse conceito? E que, se assim for, o fato de os moradores de Santiago o utilizarem é legítimo como estratégia para conseguir benefícios e organizar um discurso reivindicatório. Mas, se assimilamos esse discurso sem percebê-lo como uma “arma”, nós estaremos sempre esperando por coisas que talvez não sejam as mesmas que esperam os Iguapense. E isto é outra coisa muito difícil de praticar, e por isso mesmo devemos sempre lembrar: não temos o direito de falar, nem de querer pelos outros.

Questão: Por que em vez de nos impacientarmos com a falta de organização de Santiago, não buscamos entendê-la? Por que saem 20 vereadores e não 2? Por que não há associação de pescadores, etc? Podemos descobrir uma outra lógica, o que seria fantástico, ou simplesmente podemos descobrir que os motivos são os mesmos que nos impede de invadir a secretaria geral de curso exigindo o fim da cobrança por qualquer documento.

Aqui gostaria de fazer um auto-crítica e pedir ajuda. Um dos esforços que venho fazendo é conseguir colocar em prática uma idéia que já consegui assimilar; o Projeto Paraguaçu não é atividade de pesquisa, mais sim de extensão. Pelos comentários e verbos (descobrir, perceber, analisar, etc.) por mim usados nas propostas vocês perceberão que, embora consiga entender isso, ainda não consigo colocar em prática. Talvez seja uma dificuldade de entender o que seja, de fato, uma atividade de extensão...

“Para realizar um trabalho mais efetivo no Caimbongo - mesmo que não tenhamos ainda (?) criado com eles condições para tal - torna-se difícil sem que possamos vivenciar o dia a dia deles. Coisas simples como passar algum tempo arrancando e raspando mandioca e assistir uma aula na escola são coisas mínimas para diluir a imagem que representamos para os assentados, enquanto representantes de uma instituição”.

Outra virtude do Projeto: “coisas simples”. Apenas não acho que são coisas mínimas, não são detalhes. Talvez detalhes sejam canoas de fibra e o mais importante seja construir espaços de convivência, os chamados entre-lugares, dos

quais surjam “trabalhos mais efetivos”. Construir esses espaços não parece ter sido a maior dificuldade, mas sim saber aceitar a sua dissolução. Como várias vezes insiste o Professor FE, entre-lugares são interseções efêmeras, esse é seu trunfo, isso é o que lhes permite criar convivências e respeitar alteridades.

Outra questão: O que são “trabalhos mais efetivos”? Coisas simples não são efetivas?. Não é uma questão retórica, é uma pergunta verdadeira. Qual o limite entre interação e imposição de valores? Dois corpos que se tocam se modificam (e isso é ótimo, nada pior que o imobilismo), mas se não se repelem correm o risco de se homogeneizarem. Qual é o limite da efetividade de nossos trabalhos?

“Estamos num momento em que nos perguntamos sobre a exequibilidade de vários propósitos do projeto como a edição dos materiais de vídeo e da home page, (e as oficinas nem começaram!) em virtude da dificuldade de equacionar o tempo que cada membro disponibiliza ao projeto hoje e as demandas que já se acumulam a algum tempo. Na realidade este relato não era nem para isso, mas acabei entrando nestas inquietações”.

Tempo, grande inquietação que nos trouxe o relógio e os prazos da Fapesb. Que tal fazermos como RE, da Ponte, enquanto houver trabalho e pudermos, trabalhamos. É notório o envolvimento de todos, então... “de cada um segundo suas possibilidades”.

“Deste evento vale ressaltar ainda o poder de organização das pessoas e em certo sentido a liderança de AN”

“Logo na chegada, pudemos perceber a distância a voz inconfundível de JU, falando sobre os animais do mangue e quais deles os alunos mais gostavam de comer (...). Em outro momento, lembro de ouvi-la falar da grande heterogeneidade das turmas, dos alunos com maior dificuldade e dizer na frente dos alunos “que aqui o torto ajuda o aleijado”.

Esses dois trechos são pra levantar a questão de como trabalhar com lideranças. Mais uma vez creio que pelas positivities e pela emergência de entre-lugares. Em vez de buscar lideranças para conduzir nossos projetos e depois enfrentarmos decepções, como os projetos pessoais, vaidades, centralismo, etc. ou

pior, perceber que contribuímos para reforçar esses aspectos que nos desagradam, trabalhar com o maior número de lideranças, se possível, mesmo antagônicas, em projetos específicos, nos quais acreditemos, mantendo sempre independência e capacidade de crítica aberta. Acho que isso já é feito, apesar de algumas vezes eu sentir que as frustrações e diferenças podem criar certas barreiras. Mas até o momento todas parecem ter sido contornadas quando preciso.

“Sinto a necessidade de “afunilar” as ações de modo a pensar mais realisticamente na nossa disposição (ou disponibilidade) efetiva para o projeto. A comunidade é imensa, e justamente por isso, sinto necessidade de ancorar nossas ações em algum (uns) pontos. Ao pensar em qualquer ação mais efetiva, deparo-me com a limitação concreta de tempo, não apenas minha. Estamos na iminência de iniciar as oficinas, que por si só darão um novo pique ao projeto, mas ainda assim penso que talvez falte alguma ação subjacente a estas atividades, que possa alinhar estes acontecimentos, como a criação de um grupo mínimo que possa aglutinar, gerir, refletir sobre, desdobrar estas experiências”.

Novamente a questão do tempo, da comunidade e da efetividade... Sobre a criação de um “grupo mínimo”, outra vez insisto nos limites da convivência. Acredito que não um, mais alguns grupos podem surgir das oficinas, mas isso não depende de nós e não é assunto nosso, é a própria dinâmica interna das oficinas que determinará o aparecimento destes grupos. Acho que a única ação subjacente que deveríamos ter é estar presente, interagindo sem coagir, ou mesmo induzir.

“Que ocupação poderia ser dada ao espaço do centro? Mostrar nossos vídeos, fotos, etc. e perguntar se existe algo a fazer com eles? Quem sabe um “mostra de vídeos sobre o Iguape – Ver Iguape”? Será existe algum desejo ou projeto, além das já “consagradas” dança afro e capoeira? Há uma série de jovens já formados por lá, que não se mandaram ainda para Salvador, outros que ainda virão e tantos outros que certamente ficarão por lá, e não sabemos até hoje o que eles pensam e querem fazer”.

“Penso que talvez nossos esforços devessem concentrar-se mais em “meta-ações”, ações que pudessem se dar na relação com algum grupo humano, que talvez ainda não esteja constituído como tal, mas que pode vir a se constituir desde que haja

algo em comum. Peraí, mas não é essa a proposta do projeto desde o início? Acho que sim, mais de fato, o contato com os jovens, especialmente, os que estudam, ainda é pequeno”.

“Mostrar nossos vídeos, fotos, etc...” Não vejo nada de ruim nisso, poderia ser até interessante. Desde que não criássemos expectativas, nem esperássemos nada disso. Não tenho certeza se os Iguapenses estão interessados no que temos pra dizer a eles sobre eles. Posso estar completamente enganado, mais ainda acho que a maior contribuição que podemos dar aos Iguapenses, ao usar o material produzido pelo Projeto, é divulgá-lo fora dos povoados, isso inclui tornar público todo esse riquíssimo material. Sobre as “meta-ações” e outros projetos, além dos já “consagrados”, isso só descobriremos ampliando as redes de convivência e possibilitando novos entre-lugares. Tenho certeza que ainda há espaço para isso, e enquanto houver novas possibilidades o Projeto Paraguaçu se renovará, desde que não se prenda a nenhum entre-lugar, transformando-nos em lugar-comum. Enquanto formos “bonecos da cidade” terá sentido o trabalho e novos projetos surgirão.

“O jornal foi uma tentativa que considero riquíssima de levar informação, mas que para ir a frente não depende apenas dessa avaliação nossa, já que ficou centrado em pouquíssimas pessoas da comunidade, que hoje tem outras ocupações”.

“Tentativa de levar informação”. Disso discordo. Primeiro, e antes de tudo, porque não nos pode escapar jamais: nós não levamos nada, pelo menos não de forma pré-determinada, as coisas surgem nos entre-lugares. Segundo, porque considero ingênuo crer nesse discurso de que estamos na era da informação, e muita gente boa se deixa levar por isso, haja vista nosso querido presidente se deixando levar por estranhas ideologias de fortalecimento do serviço de inteligência brasileiro, tudo em nome da informação. Informações nesse nível são produzidas e manipuláveis, essa é sua maior utilização, por isso não gosto da expressão “levar informação”. Não nos esqueçamos de que as informações veiculadas pelo jornal foram produzidas lá. Talvez fosse melhor então a idéia de circularidade de

informações, aí sim podemos contribuir como “intermediário cultural”, conceito que considero compatível com o de entre-lugar. Mesmo assim, creio, a circulação se daria mais no sentido Iguape – Ufba, que no sentido contrário.

“Um trabalho durante a semana só vem sendo possível, nos casos de BR e LA, por se tratarem de atividades de final de curso, enquanto para os demais membros do grupo as ações tem sido mais panorâmicas”.

Ótima maneira de resolver o problema do tempo! Por que não aproveitar essa possibilidade de maior inserção de BR e de LA. Não querendo sobrecarregá-los, mas a abertura de novos caminhos e contatos será consequência de seus trabalhos, e a gente vai junto até onde for possível. Seguramente novos entre-lugares serão criados.

“Pergunto-me se não estou mais uma vez, pensando pelas pessoas da comunidade e querendo colocar meu desejo sobre os delas. De fato corro este risco sempre, mas não vou reler o relatório, nem repensá-lo agora, já que saiu com dificuldade, mas de uma vez. Ficam aí as questões para pensarmos juntos”.

Algumas vezes acho que sim, pensamos pelas pessoas da comunidade. Acho isso um equívoco, difícil de ser evitado, mas que deve sê-lo. Todos corremos esse risco o tempo todo, e é mais fácil evitá-lo se “pensarmos juntos”. Por isso, além das reuniões de quarta-feira, proponho a criação desse novo espaço de pensar junto e resolver os problemas levantados por IV, como tempo e efetividade, e outros que nos incomodem individualmente ou em grupo. Talvez assim fique mais fácil... ficam aí as minhas sugestões para pensarmos juntos.

ANEXO-I: PROPOSTA DE TRABALHO EM JAGUARIBE

Relatório de viagem precursora

Município de Jaguaribe – BA

Março de 1999

Jaguaribe, cidade ribeirinha

O município de Jaguaribe faz parte do Recôncavo Baiano. Para chegar lá, existem duas vias de acesso: a primeira, pela BR-101 via Santo Antônio de Jesus; a segunda, via *ferry-boat* a 80km de Bom Despacho, a partir de Nazaré, pegando a estrada para Valença.

O povoado surgiu em 1697 e emancipou-se, tornando-se município, em 1889. Tem uma importante relevância histórica, pois foi um ponto de grandes batalhas, citando-se a “Batalha do Funil”, que ocorreu em 29 de julho de 1823, contra os portugueses.

Jaguaribe tem extensão territorial de 868 km², sendo considerado o maior município do recôncavo baiano. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população é de 13.487 habitantes, porém, segundo a administração local, esse número deve chegar a 18 mil. Compõe-se de quatro distritos e quatro povoados, citando-se Barreiras, Pirajuía, Palmas e Camaçandi de um lado; Cações, Mutá, São Bernardo e Ilha da Ajuda, de outro, respectivamente. Dentre estes, o distrito mais povoado é Palmas, sendo mais populoso que a sede.

A cidade é ladeada pelo rio com o mesmo nome, e que nasce em Castro Alves e desemboca no Oceano Atlântico próximo a Ilha de Itaparica. O rio Jaguaribe representa a principal fonte de renda do município, que tem sua economia baseada na pesca.

O grande escoamento do produto é destinado às regiões de Salvador: Itapuã e Feira de São Joaquim. Porém, uma pequena parte é comercializado no Entreposto de Pesca João Durval Carneiro, localizado na sede e em Nazaré. Na

margem oposta à cidade, há um grande manguezal que sustenta muitas famílias do local. Ocorre que, há, por vezes, um problema de ordem ambiental: a excessiva pesca realizada no período de desova do caranguejo, prejudica o fluxo regular do ecossistema, bem como a evolução da espécie.

Os distritos inseridos no interior do município desenvolveram outros tipos de rendas: madeira, piaçava, mandioca e laranja, destacando-se as três primeiras alternativas.

Anteriormente, o escoamento da produção era feita por via fluvial e marítima, em saveiros. Hoje, o transporte se dá de modo terrestre.

Não há feira. O abastecimento da cidade é realizado através dos municípios próximos de Santo Antônio, Nazaré e Valença.

Como a alimentação das pessoas baseia-se em mariscos e peixes, não há grandes problemas de desnutrição e saúde bucal, considerando-se o que foi observado na sede do município.

Jaguaripe possui um Centro de Saúde localizado na sede, de nome Governador ACM, e o hospital utilizado pelos moradores é o de Nazaré, para casos mais graves. O transporte é realizado por meio de quatro ambulâncias. Os demais distritos apresentam, cada um, um posto de saúde.

O Programa do Ministério da Saúde, PACS, se encontra em desenvolvimento com a participação de nove agentes comunitários: sete nos distritos e dois no centro. Ainda na área de saúde, há um convênio com a BENFAM, para orientações sobre planejamento familiar e distribuição de preservativos. Existem, também, planos para implantação do programa "Médico da Família", que trabalha para instruir na prevenção de doenças.

A verba mensal enviada enviada pelo SUS para manter a saúde é de 2.491 reais, insuficiente para as necessidades básicas do município.

No setor educacional, notamos uma melhoria salarial dos professores devido ao FUNDEF. Antes do fundo, o salário médio de um professor, que trabalha quarenta horas, era de oitenta reais. Hoje, está em torno de quatrocentos e vinte. Atualmente, todos os professores são concursados e normalistas. O concurso público desempregou vários professores leigos.

Existe uma média de cento e cinquenta professores, distribuídos em cinquenta e quatro escolas: duas na sede e as demais nos distritos, incluindo uma estadual.

O ensino básico de primeiro grau é realizado nessas escolas e conta com cinco mil alunos matriculados, considerando as creches. O segundo grau é inexistente em Jaguaripe, efetuando-se em Nazaré. O transporte escolar é cedido pela prefeitura: nove ônibus escolares estão disponíveis para conduzir, em média, novecentos alunos.

Em conversa com administração a equipe percebeu um olhar voltado para educação, que indicou um caminho fértil para possíveis ações de parceria com a cidade.

Jaguaripe possui um grande potencial na área de cultura. Há um grande número de festas folclóricas dentre as quais a principal é a comemoração do 29 de julho, a “Batalha do Funil”, motivo de orgulho local, já que representa uma luta contra os portugueses:

Com orgulho os revolucionários baianos de 1823, quando se ergueram em armas para expulsar as últimas tropas lusitanas do Brasil, convocaram, em proclamação, os “povos do Recôncavo” para libertarem o que chamaram “a mais bela região do Novo Mundo” (Pinto, 1997, p. 32)²¹

Além desta, o dois de julho, “Independência da Bahia”, é também muito comemorado na região. Acrescente-se a isso, festas relacionadas as comunidades pesqueiras, como a “chegança” e “burrinha”.

O folclore junino também possui grande destaque, citando-se o Bumba-meu-boi. O carnaval engloba cinco dias de folia. Apresentam-se blocos de rua, caretas ou mascarados, bandas no palanque entre outras atrações. Há um concurso de máscaras em que são avaliados três pontos: criatividade, beleza e a mais assustadora.

²¹ In: PINTO, L. A. Costa. **Recôncavo**: laboratório de uma experiência humana. Salvador, Costa Pinto, 1997.

O município tem forte aptidão para a música, notada pela presença de duas filarmônicas. Uma delas foi criada em 1912 e localizada na sede. A outra, está inserida em um dos oito distritos.

Existe ainda um concurso anual de poesias e um grupo de teatro que se apresentava no Salão Comunitário - espaço destinado as atividades artísticas. Hoje, as pessoas o abandonaram por falta de interesse nos ensaios.

Jaguaripe possui um sistema de alto-falante, "A voz da participação". O funcionamento é de segunda-feira a sexta, das 8 às 18 horas, com programação fixa. Aos sábados e domingos, eventualmente, há transmissão de músicas. As rádios mais ouvidas na região são a Valença (de Valença), a Cruzeiro (de Nazaré), Recôncavo (de Santo Antônio) e todas as outras da capital. A denominação do sistema de alto-falante muda de acordo com a gestão da prefeitura. Já chamou-se "A voz da inovação" e "A voz da integração".

Quanto ao patrimônio histórico, a cidade apresenta uma igreja, Nossa Senhora da Ajuda, tombada a nível federal, assim como a Casa de Câmara e Cadeia, além do fórum Dr. Ildefonso de Oliveira. Acrescente-se duas outras igrejas não tombadas: uma, só ruína, a igreja da Lapinha; outra, a do Rosário.

A valorização histórica do local contribuiu para a intensificação do turismo. Para isso, a cidade conta com uma pousada, a Santa Rita, e um hotel, Porto Jaguaripe. Em conversa com o Secretário de Cultura, AA, pudemos conhecer algumas das crenças locais. A primeira delas, diz respeito a possível existência de uma cadeia de túneis, criada pelos jesuítas, ligando a Casa de Câmara e Cadeia, o fórum e a igreja de Nossa Senhora da Ajuda. A segunda, conta-nos os moradores, é sobre uma fonte milagrosa que ao banhar-se as pequenas doenças são dissipadas. A última, trata-se do deslocamento de uma santa do local de origem, a igreja do Rosário, para a da Ajuda, sem qualquer ajuda humana.

Existe também em Jaguaripe um correio, um posto telefônico, uma delegacia, um cemitério na saída da cidade, uma secretaria de Educação, Cultura e Esportes com sede provisória e coleta de lixo. Esta última, depara-se com a grande dificuldade: o destino do lixo. A postura mais comum é a queima a céu aberto em uma fazenda no início da cidade.

Tanto as crenças como toda a infra-estrutura apresentada são também “armas”, que se divulgadas e bem administradas, contribuirão para o crescimento turístico.

Pudemos, nesse primeiro contato, ficar a par das demandas de Jaguaripe, bem como das personalidades importantes do local. De acordo com a prefeita, as possíveis ações conjuntas com a Universidade, seguiriam os seguintes interesses: curso de capacitação dos professores (do ensino primário), desenvolvimento de atividades de música e teatro e relação dos jovens com as drogas. Os prováveis espaços dedicados para o desenvolvimento das atividades são a praça da cidade (normalmente ponto de encontro dos jovens), o Salão Comunitário e a sede da Sociedade Filarmônica.

As personalidades citadas durante a nossa estadia no município e que deverão ser conectadas, durante andamento dos trabalhos, foram: Néilton Brito, historiador nato de oitenta e quatro anos; o professor Braz, leigo com experiência no ensino multiseriado; Jair Gramacho, poeta formado em Letras e professor da UNB, que reside em Jaguaripe há alguns anos.

A equipe considerou um ambiente fértil para o desenvolvimento de atividades culturais e educacionais, podendo ainda expandir-se para os demais setores tais como saúde, economia etc. Constatamos também que há um vasto interesse por parte da prefeitura em realizar um trabalho de cooperação com a Universidade.

Salvador, 13 de março de 1999

ANEXO-J: PROPOSTA DE TRABALHO EM SANTIAGO DO IGUAPE

PROJETO PARAGUAÇU : CONSTRUINDO A COMUNIVERSIDADE

HISTÓRICO:

Tendo surgido durante o UFBA em Campo II, Programa vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA e apoiado pela Faculdade de Educação, o "Projeto Paraguaçu: Convivência Universidade/ Comunidade", desde agosto de 1999, vem se desenvolvendo no distrito de Santiago do Iguape, município de Cachoeira-Bahia.

Construído, na sua essência, pelos estudantes da UFBA e contando com a teorização e orientação de dois coordenadores, o Projeto, juntamente com membros dessas comunidades, tem caminhado na busca de novos caminhos para a Universidade, com base no desenvolvimento do singular substrato cultural dos grupos humanos da região. Iniciando uma nova teia de relações entre a comunidade e a universidade, o Projeto Paraguaçu tem como filosofia principal a convivência com o diferente, com as múltiplas culturas objetivando a construção da COMUNIVERSIDADE.

A nova parceria firmada com o CADCT - Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico -, em 2000, marcou uma segunda fase do projeto que, no entanto, conservou a filosofia de origem. Tal parceria garantiu a continuidade das atividades iniciadas (de apoio à comunidade bem como financiamento para os custos com viagens, hospedagens, alimentação).

No intuito de evidenciar o substrato cultural das comunidades e de desenvolver o sistema produtivo da região, buscamos contatos com grupos culturais locais (dança, capoeira, samba de roda, teatro etc.) e pescadores e marisqueiras que, basicamente, abarcam a grande maioria da população do distrito.

Muitas transformações ocorreram oriundas dessa convivência. Uma delas, por exemplo, foi a fundação do Jornal Regional do Vale do Iguape, "O Iguape", financiado, inicialmente, pelo Projeto (os dois primeiros números) e, a partir do

terceiro número, assumido pela comunidade que arrecadou recursos para a impressão – a editoração eletrônica continua a cargo do Projeto.

"O Iguape", hoje, representa uma força de coesão dos grupos humanos em torno de questões de interesse de todos. Também a Biblioteca Pública do Iguape tem essa função de convergir as singularidades locais em prol de um horizonte coletivo. Dessa forma, mantém-se as idiossincrasias de uma pequena reunião de fios, unidos por razões de afinidades (culturais, políticas, esportivas, econômicas, social etc.), mas provoca-se alguma reflexão ou desdobramento de ação no sentido da construção da comuniversidade.

Em anexo, os relatórios desses três anos.

JUSTIFICATIVA :

O Projeto Paraguaçu reside, sobretudo, na busca do estabelecimento de novas possibilidades de relação entre universidade e comunidade, que oferece alguns elementos para pensar acerca dos planos oficiais para reestruturação da instituição pública e, ao mesmo tempo, novos caminhos de desenvolvimento de grupos humanos.

A autonomia universitária tem sido colocada, diversas vezes, como sinônimo de “universidade empresarial” (venda de serviços), atrelando-se, cada vez mais, a trabalhos de encomenda, com resultados, mais ou menos, delimitados.. Nesse contexto de crise, é pertinente uma proposta com esse teor, diferente das formas tradicionais de conhecimento e significativo, também, do ponto de vista da sobrevivência da instituição, enquanto bem público,.

A natureza deste trabalho têm importância para a instituição, na medida que cria potencial para a construção de novos processos paradigmáticos para a formação profissional e produção do conhecimento. Sob o ponto de vista social, no momento que se colocam as questões de cidadania e do desenvolvimento humano, a ênfase passa pelos processos sociais que promovam o surgimento de novas subjetividades, ponto de partida para o desenvolvimento desses grupos, considerando os valores contidos nos seus modos de vida.

As vivências do Projeto Paraguaçu nesses três anos (agosto/99 a junho/ 2002) mostraram a complexidade da organização destas comunidades: as conversas, as entrevistas, as tentativas de ações conjuntas nos mostraram faces surpreendentes destes grupos humanos, pois a compreensão inicial do seu cotidiano derrubou qualquer mito de coesão comunitária.

Os momentos de instabilidade nos fizeram ter certeza de que a comunidade não é um fio, mas sim um entrecruzamento de uma multiplicidade de fios, constituindo uma verdadeira teia. E o nosso desafio foi nos inserirmos nessa grande teia que dá significado aquilo que chamamos de comunidade – no caso, Santiago do Iguape. A constituição dessa teia de relações contraria as visões ingênuas, carregadas de conceitos Iluministas e lineares, e propõe uma visão multifacetada da história, da cultura e da realidade de cada grupo humano.

O exercício de fazer parte dessa complexa teia e com os outros fios agregar valor humano, leva-nos a um ponto fundamental que é a percepção e compreensão do ambiente no qual estamos trabalhando, movendo-nos, constituindo e solidificando nossas relações. Aqui, queremos trazer a imagem do entre-lugar como aquele que não é, essencialmente, nem o lugar da Universidade e seu saber, nem do grupo humano, em questão, e seu saber. Constitui-se em uma ressonância entre eles, configurando um novo lugar, que enriquece os dois lugares que entraram em ressonância e indica novos caminhos.

A busca da construção desses entre-lugares, de novas composições, em nossa vivência e convivência com os grupos humanos da comunidade tem sido um exercício constante de dissoluções e negociações – não subordinação – entre saberes e discursos. Já alcançamos uma familiaridade que nos permitiu estancar as amplas expectativas em torno da atuação da Universidade. O percurso tem sido novo: há uma mudança de perspectiva, consequência dessa familiarização. Desta forma, as nossas atividades em campo buscaram prover a viabilização de iniciativas coletivas e autônomas, a partir das demandas identificadas pela própria comunidade. Assim, os grupos humanos, cujos processos identitários convergiram para uma essência comum, incorporaram o espírito do Projeto Paraguaçu e já nos convocam para ações coletivas ressonantes nos entre-lugares.

E enquanto processo educativo de construção da comuniversidade, requer de todos uma aprendizagem contínua nos entre-lugares. as idéias de cunho diferente bem como a gama de material acumulado durante a convivência com esses grupos humanos ressoou do modo como esperávamos, apontando novos caminhos para a Universidade.

A proposta de continuidade do Projeto, por mais dois anos, agora em outro patamar, decorre do que aprendemos nesses três anos, e possibilitará a constituição da Comuniversidade.

Esta aprendizagem consistiu em verificar a íntima relação entre as atividades de produção e as expressões culturais dos grupos humanos comunitários, constituindo o todo da teia que expressa o modo de vida da comunidade.

Assim, nossa proposta parte da relevância do modo de vida da comunidade e da necessidade da Universidade aprender a vivenciar e compreender essa dinâmica: religiosidade, expressões corporais da dança e da capoeira, prática da música de percussão e atividades produtivas em torno da pesca artesanal, da mariscagem e do dendê formam uma teia que só poderá desenvolver-se como um todo, pois constituem os modos de vida comunitários.

OBJETIVOS :**A) geral :**

Dimensionar e implantar novos caminhos para o desenvolvimento humano local e outras alternativas acadêmicas para a Universidade.

B) específicos :

- 1- Editar uma série de vídeos temáticos com duração de 5 a 10 minutos associada a uma coletânea de textos sobre os mesmos temas para distribuir nas escolas da região do Recôncavo.
- 2- Formar um Banco de Dados do material das gravações de áudio e das fotos.
- 3- Implantar uma Oficina de Construção de Barcos para a formação de 20 jovens entre 14 e 18 anos em técnicas de construção naval em Santiago do Iguape.
- 4- Desenvolver as comunidades negras dos povoados em torno da Escola Rural de Caonge, a partir da produção do dendê.
- 5- Sistematizar o processo educativo de crianças e jovens em Oficinas de Dança Afro-brasileira e Capoeira.
- 6- Articular a comunidade em um Arranjo Produtivo Local, de acordo com o Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional do Ministério de Ciência e Tecnologia.

METODOLOGIA :

Desde o começo do projeto não há um método de trabalho *a priori* e a lógica que vem dirigindo as ações da equipe continua sendo a da busca da formação de um sujeito-coletivo. A convivência continua sendo a fórmula de aproximação das fronteiras entre dois territórios, até hoje, fortemente delimitados: o da universidade e o da comunidade. A proposta é de manter a relação de negociação e não de subordinação entre saberes, na construção de “entre-lugares”, que caracterizam as fronteiras como uma espaço vivo de ação e locomoção.

Durante este processo de convivência, iniciativas conjuntas foram sendo construídas como a formação da biblioteca comunitária e o jornal, sem que fosse utilizada uma metodologia específica, além de muito diálogo, da diluição de expectativas tradicionais na relação entre comunidade e instâncias públicas (universidade, governo) marcadas normalmente pelo assistencialismo e/ou tecnicismo.

Um outro aspecto essencial do projeto é o da continuidade, já que a construção da proposta requer uma aprendizagem contínua nos dois sentidos. As vivências mostraram a complexidade da organização destas comunidades, derrubando a idéia homogeneizadora de coesão comunitária. A experiência acumulada nesses três anos, permite que se avance no sentido de ações mais específicas, a partir da identificação de agrupamentos humanos e desenvolvimento de relações com demandas específicas e abertura para a construção de ações coletivas. Essa focalização não exclui, pelo contrário, reforça uma outra linha de ação do projeto que é a de registro, de documentação de imagens, de história oral, que inclusive pela quantidade e qualidade do material produzido, requererão atividades específicas de organização e edição.

A seguir um detalhamento das atividades com as possíveis ações metodológicas:

1. Edição de vídeos temáticos associados a uma coletânea de textos.

Com o objetivo de produção de material paradidático para as escolas do ensino fundamental da região do recôncavo, propomos editar dez vídeos temáticos e

uma coletânea de textos, considerando o acervo já existente de 25 horas de vídeo sobre a região e material escrito de mais de uma centena de relatórios de campo.

Os temas, em princípio, serão: samba de roda, capoeira, dança afro, procissão, terno de reis, caruru, produção de dendê, pesca, mariscagem e religiosidade.

Os roteiros do vídeos, bem com os textos temáticos de apresentação dos vídeos serão elaborados pela equipe do projeto. A edição dos vídeos será feita por um profissional especializado em edição digital acompanhado por membros do projeto.

2. Formar um banco de dados do material das gravações de áudio e das fotos.

Durante esses três anos coletamos depoimentos e fotos que envolvem a história da região dos últimos cem anos, bem como o imaginário dos grupos humanos.

Pretendemos sistematizar esse material em um Banco de dados e editar um catálogo a fim de possibilitar o acesso de pesquisadores e estudiosos.

A montagem do Banco de dados das gravações já foi iniciada com a identificação de 128 horas de audio, devendo a equipe dar prosseguimento da atividade, anexando material ainda não analisado, bem como a digitalização dos dados no programa Access ou similar. A montagem do arquivo de fotografias compreenderá a seleção e a catalogação das fotos e dos negativos, incluindo também a digitalização das informações em Banco de dados no programa Access.

3. Oficina de Construção de Barcos.

A localidade de Santiago do Iguape ainda possui um estaleiro, onde pode-se desenvolver a construção de barcos. Há um mestre construtor naval, com uma equipe de quatro trabalhadores em construção de barcos que ainda os constroem (o último foi construído em 2001).

Pretende-se com essa oficina formar 20 jovens em construção de barcos, a fim de que a atividade produtiva da pesca tenha pessoas com conhecimento para a produção e manutenção dos instrumentos da atividade pesqueira, base para se

pensar em um arranjo produtivo local de pescadores, marisqueiras e pequenos comerciantes.

A seleção dos participantes será feita sob a coordenação do mestre, com a colaboração da equipe do projeto. As atividades da oficina serão fundamentalmente práticas, e apoiadas na construção de uma embarcação durante todo o processo. Quando necessário, serão buscados apoios com organizações especializadas na área náutica, como, por exemplo, o CEFET de Valença.

4. Oficina de produção de dendê.

Os povoados de Caonge, Calembur, Dendê, Engenho da Ponte e outros do Vale do Iguape, além das atividades de pesca artesanal e mariscagem, desenvolvem a produção do dendê, também artesanalmente.

Em Caonge, a Escola Rural e sua professora constituem-se em um pólo de organização dos povoados. A partir desse pólo, agregaremos valor no processo produtivo do dendê, a fim de criar condições para a organização de um arranjo produtivo local em torno do dendê.

A Oficina de produção do dendê capacitará trabalhadores rurais, implantará unidades de beneficiamento do dendê e estimulará a organização e divulgação das manifestações culturais.

5. Oficina de Dança Afro-brasileira e Capoeira.

A capoeira e a dança afro são atividades que permeiam a vida de muitos jovens da região, reunindo um grande número de pessoas de forma espontânea, embora fiquem a margem das atividades educativas oficiais, materializadas pela escola.

A partir da existência do Grupo de Dança Afro-brasileiro e dos dois grupos de Capoeira da região, propomos o desenvolvimento de processos educativos em torno da dança e da capoeira para crianças e jovens, filhos de pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores, para alimentar a base cultural dos modos de vida dos grupos humanos locais e possibilitar o desenvolvimento das atividades produtivas da região que dão a sustentação a esses mesmos grupos.

6. Oficina de desenvolvimento de Arranjo Produtivo em Santiago do Iguape em torno da pesca.

Arranjos Produtivos locais são fenômenos empíricos caracterizados pela aglomeração de unidades produtivas do mesmo ramo da economia, em uma determinada e definida fração do território (Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional, Ministério de Ciência e Tecnologia, Secex).

Essa Oficina tratará da preparação de um Arranjo Elementar Básico, por existir na localidade de Santiago do Iguape uma concentração de unidades produtivas de pesca artesanal e de comercialização e distribuição, indicando a existência de tradição técnica artesanal, mas com um grau de especificidade suficiente apenas para garantir a subsistência do mesmo.

Praticamente toda a comunidade local vive da pesca artesanal, da mariscagem e de sua comercialização e distribuição.

Pretende-se agregar valor a atividade da pesca artesanal, articulando os pescadores, as marisqueiras e os pequenos comerciantes em um conglomerado produtivo envolvendo os instrumentos de produção e a pesca, bem como a comercialização e a distribuição do produto.

ATIVIDADES :

- 1- Edição de vídeos (5 a 10 minutos), acompanhado cada um de um texto com fotos.
- 2- Elaboração de um catálogo do acervo de áudio, constituído de 140 horas de gravação já transcritas.
- 3- Oficina permanente de Dança Afro-brasileira e de Capoeira para crianças e jovens, filhos de pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores.
- 4- Oficina de Construção de Barco para a formação de 20 jovens entre 14 e 18 anos.
- 5- Oficina de Produção de Dendê na região dos povoados de Caonge, Calembar, Dendê e Engenho da Ponte.
- 6- Oficina para desenvolver o Arranjo Produtivo Local em Santiago do Iguape em torno da pesca.

Salvador, junho de 2002